

===== ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E SEIS DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E QUINZE: =====

===== *Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano dois mil e quinze, pelas dezassete horas e trinta minutos, na Sala Polivalente da biblioteca Municipal Ferreira de Castro - Oliveira de Azeméis, reuniu, em Sessão Ordinária, sobre a Presidência do Senhor António Luís da Fonseca e Grifo – Primeiro Secretário, Secretariado pelas Senhoras Maria Helena Soares de Oliveira Lestre e Carla Sofia Esteves Barreira Nunes da Silva e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:* =====

===== **Ponto um:** *Votação das atas n.ºs 16, 17, 18 e 19;* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto três:** *Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 30 de junho de 2015 – Apreciação;* =====

===== **Ponto quatro:** *Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 30 de setembro de 2015 – Apreciação;* =====

===== **Ponto cinco:** *2.ª Revisão ao Orçamento e PPI/ 2015 – Aprovação;* =====

===== **Ponto seis:** *6.1. Documentos previsionais – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o ano 2016 - Aprovação; 6.2 Aprovação/ Autorização das normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do ponto VII – 1.a), 1.b) e 2.* =====

===== **Ponto sete:** *Mapa de Pessoal para o ano 2016 – Aprovação;* =====

===== **Ponto oito:** *Autorização de contratação de empréstimo de curto prazo para o ano económico 2016;* =====

===== **Ponto nove:** *Fixação das Taxas sobre os Prédios Urbanos no âmbito do Imposto Municipal de Imóveis – IMI para 2016;* =====

===== **Ponto dez:** *Fixação da Taxa de Derrama para 2016;* =====

===== **Ponto onze:** *Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2016;* ==

===== **Ponto doze:** *Definição de percentagem no IRS sobre os rendimentos de 2016;* ==

===== **Ponto treze:** *Tabela de taxas, licenças e outras receitas municipais para o ano 2016 – Apreciação/ Aprovação da proposta de não atualização;* =====

===== **Ponto catorze:** *Tabela de taxas constante no regulamento municipal de taxas relacionadas com a atividade urbanística e operações conexas - Apreciação/ Aprovação da proposta de não atualização;*=====

===== **Ponto quinze:** *Proposta de isenção de taxas, tarifas ou outros encargos à União Desportiva Oliveirense, pela utilização do Pavilhão Municipal Prof. António Costeira, até ao final da época desportiva 2015/2016 – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Proposta de isenção de taxas, tarifas ou outros encargos ao Futsal Clube de Azeméis, pela utilização do Pavilhão Municipal Prof. António Costeira, até ao final da época desportiva 2015/2016 – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezassete:** *Proposta de isenção de taxas, tarifas ou outros encargos à Enesse Basquetebol Clube, pela utilização do Pavilhão Municipal Prof. António Costeira, até ao final da época desportiva 2015/2016 – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezoito:** *Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis – Isenção de pagamento de taxas pela cedência do Cine-Teatro Caracas – Aprovação;*

===== **Ponto dezanove:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação de Pais da Escola EB1, n.º 2, de Nogueira do Cravo (atual Escola EB1 e JI do Largo da Feira), para acompanhamento do serviço de refeições escolares aos alunos da Escola EB1 e Jardim-de-Infância do Largo da Feira) – Autorização;* =====

===== **Ponto vinte:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Comissão de Melhoramentos de Palmaz, para acompanhamento do serviço de refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico da freguesia de Palmaz – Autorização;* =====

===== **Ponto vinte e um:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa, com vista à*

realização da “Queima das Fitas 2015”, do “Rapagão – Festival de Tunas Masculinas da Rapazinhos Mui e Nobre Tuna da ESECVPOAZ” e do “Pik’Aqui – Festival de Tunas Femininas da K’RICA TUNA” – Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e dois:** Protocolo de cooperação celebrado com o Tribunal Arbitral de Consumo do Porto/ CICAP – Ratificação; =====

===== **Ponto vinte e três:** Protocolo de cedência de instalações a celebrar com a Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Cucujães), com vista à instalação e funcionamento do Gabinete de Inserção Profissional (GIP), na freguesia de Cucujães – Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e quatro:** Adenda ao protocolo de delegação de competências celebrado com a freguesia de Loureiro – Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e cinco:** Proposta de participação/ apoio à freguesia de Loureiro, no âmbito do protocolo de delegação de competências celebrado em 2004, relativo à sinalização toponímica – Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e seis:** Contrato de arrendamento a celebrar com Licínio Vieira Dias – Repartição de encargos em mais do que um ano económico; =====

===== **Ponto vinte e sete:** Proposta de sinalização vertical na Rua Prof. Manuel Pinheiro Magalhães, freguesia de Ul – Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e oito:** Proposta de sinalização horizontal na Rua Condessa de Penha Longa, freguesia de Cucujães – Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e nove:** Sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros na Área Metropolitana do Porto: autorização de delegação de competências e aprovação de minuta de contrato interadministrativo – Aprovação; =====

===== **Ponto trinta:** Minuta de acordo complementar à cessação do contrato de concessão de estacionamento de superfície – Aprovação; =====

===== **Ponto trinta e um:** Desclassificação do Caminho Público 191, em S. Tiago de Riba-Ul, atualmente integrado na União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, S. Tiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail – Aprovação; =====

===== **Ponto trinta e dois:** *Reconhecimento de Interesse Público Municipal das Explorações Pecuárias, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11 – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta e três:** *Reconhecimento de Interesse Público Municipal da empresa Bastos e Valente, Lda., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11 – Aprovação;*=====

===== **Ponto trinta e quatro:** *Reconhecimento de Interesse Público Municipal, da empresa A. Silva Godinho & CA, Lda., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11 – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta e cinco:** *Reconhecimento de Interesse Público Municipal empresa Sonacol – Indústria Metalúrgica de Utilidades Domésticas, Lda., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11 – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta e seis:** *Contrato de prestação de serviços – Serviços Postais – Autorização para assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos em mais do que um ano económico;* =====

===== **Ponto trinta e sete:** *Aquisição de serviços de seguros – Autorização para assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos em mais do que um ano económico;* ==

===== **Ponto trinta e oito:** *Aquisição de serviços, na modalidade de avença, para o desenvolvimento de ações no âmbito do funcionamento/ dinamização de um Gabinete de Inserção Profissional – Autorização de assunção de compromissos plurianuais.* =====

===== **Ponto trinta e nove:** *Redução de taxas urbanísticas sobre pedidos de legalização de explorações pecuárias bovinas – Aprovado por unanimidade.* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *João Pedro Queirós Xará, António Ilídio Martins Godinho, José Filipe da Silva Carvalho, Sérgio Manuel Esparrinha Leite, António Filipe Costa Valente de Almeida Ferreira, José Domingos Campos Silva, Carlos Manuel Costa Gomes, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, António Castro Alves da Cruz, Nuno Ricardo Fernando Pires, António Manuel Fernandes Aguiar, André Lourenço Pereira Ribeiro, José Rodrigues dos Santos e Carlos Manuel Pinho e Silva.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Bruno Armando Aragão Henriques, Helena Maria Dinis dos Santos, Manuel José Tavares Soares, José António Domingues Marques Lourenço, Ana Sofia Ferreira Pinho, José Manuel Marques Ribeiro, José*

Ramos da Silva, Ana Raquel Simões Teixeira, Pedro Luís Paiva Dias, Nuno Miguel Soares de Jesus, Cristina Maria Valente de Pinho, António Marques Silva, Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Bernardo Amaro Moreira Simões, Simão da Costa Godinho, Armindo Fernando Martins Nunes e Agostinho Tavares. =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** António Pinto Moreira, Jorge Paulo de Melo Pereira e Jorge Fernando Rocha Pinto Paiva. =====

===== **Independente:** Augusto Moreira. =====

===== **Ausência dos Membros:** Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva, António Manuel da Costa Alves Rosa, Ana Maria Ferreira da Silva Neves, António da Silva Xará, José Francisco Brandão Oliveira, Helga Alexandra Freire Correia (PSD) e Carlos Afonso de Bastos Oliveira (PS). =====

===== O Senhor Presidente da Mesa em exercício verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: José Filipe da Silva Carvalho, Carla Sofia Esteves Barreira Nunes Silva, António Ilídio Martins Godinho, António Filipe Costa Valente de Almeida Ferreira, Sérgio Manuel Esparrinha Leite, João Pedro Queirós Xará (PSD) e Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha (PS), que marcaram presença nesta Assembleia para substituir os seus Colegas de Partido que solicitaram a sua substituição. =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== O Senhor António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, deu início à Sessão. =====

===== Boa tarde a todos. Vamos dar início a esta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal. Agradecia a quem ainda não assinou a folha de presenças, o favor de o fazer. Agradecia aos líderes de cada bancada o favor de entregar a relação dos inscritos para efetuar intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Jorge Oliveira e Silva, por motivos profissionais não pode estar presente e para completar a constituição da Mesa eu pedia à Dr.ª Carla Barreira e à professora Helena Lestre para me acompanhar na condução dos trabalhos. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada Ana Sofia Pinho, do PS. =====

===== *Boa tarde a todos. Cumprimento todas as pessoas na pessoa do Senhor Presidente em funções e passo a ler: “ No passado dia 13 de novembro o Mundo assistiu a mais um ato bárbaro de um grupo de homens que se autodenomina Estado Islâmico: Falo-vos do atentado de Paris. Nessa noite por onde passaram deixaram um rasto de morte, medo, selvageria e destruição. Sou católica, mas acima de tudo cidadã. Respeito todo o meu semelhante independentemente da cor, raça, género, idade, religião, cor partidária ou, até, mesmo, cor clubística. Independentemente do Deus de cada um, não consigo acreditar nem conceber que exista um Deus que queira propagar o ódio, a dor, a intolerância, o medo, a morte, o horror e a desconfiança. Já dizia Saramago que matar em nome de Deus é converter o Deus num assassino. Por mais palavras que existam nos dicionários não sou capaz de verbalizar a dor e angústia, indignação, e o medo vivenciado nesse dia. Depois do dia 13 de novembro a nossa visão do Mundo mudou e o próprio Mundo também mudou. Recordo aqui todas as famílias que sofreram com estes ataques bárbaros, não só as famílias das vítimas de Paris, mas também as famílias do Quênia, da Turquia, da Tunísia, do Líbano e até do Egipto”. Por todos eles, não nos podemos render. Neste sentido, entrego à Mesa um voto de pesar. =====*

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Jorge Pereira, do CDS/PP.=====*

===== *Muito boa tarde. Na pessoa do Senhor Presidente em exercício aproveito para cumprimentar toda a excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e colegas membros desta Assembleia e público em geral. Em 27 de fevereiro de 2014 veio à Assembleia, no seu ponto dez da ordem de trabalhos: - Protocolo a celebrar com o Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis – Autorização. Podemos verificar que este ponto foi aprovado por falta de comparência, diremos apenas por insuficiência de votos contra, pois a bancada do PS havia anteriormente abandonado a sala. A Câmara Municipal fechou-se em blackout. Pedimos que o Executivo pudesse apresentar um parecer jurídico onde se atestasse a capacidade legal da Assembleia Municipal para aprovar a comparticipação, em dinheiro, nos gastos de funcionamento do Centro de Línguas. Para ir resolvendo o futuro pedimos que fosse elaborado um plano orientador para, no decorrer deste mandato, o Centro de Línguas pudesse atingir a sua sustentabilidade económica. Pedimos para nos ser informado qual era a estrutura de gastos efetiva, por exemplo: quem paga a renda e qual é o seu valor? Pois, além da comparticipação em valor monetário, também estava previsto no protocolo de colaboração aquilo a que chamamos “ dois cheques em branco”. Todo o apoio logístico: qual é a estimativa em euros? Todo o apoio técnico: qual é a sua estimativa em euros? Fizemos três pedidos de esclarecimento: E estamos ainda em branco. Mais surpreendentemente foi ainda que o mesmo ponto esteve agendado para a Assembleia Municipal de 26 de fevereiro deste ano; O ponto foi retirado da ordem de trabalhos. Afinal, este ano de 2015, como se financiou aquela instituição? Já é autónoma financeiramente? Tem mais alunos? Pagam menos aos professores? Aumentaram*

a prestação aos alunos? Que mecanismo foi então gizado para a Câmara continuar a financiar? Em que rubrica da despesa ela está cabimentada? Pedimos este esclarecimento. É que, mais à frente vamos ter de votar o Orçamento e Plano Plurianual de Investimento 2016. E está é uma informação que consideramos relevante. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Filipe Carvalho, do PSD. =====

===== Boa tarde, Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, público, comunicação social. Em Oliveira de Azeméis acontece cultura, ação social, gastronomia, entre outras áreas. Está a decorrer a 1ª Edição do Concurso de Culinária “Sabores de Azeméis” que pretende revelar os talentos culinários do nosso concelho sejam eles amadores ou profissionais da restauração. O concurso é dividido para concorrentes amadores e para restaurantes, sendo que a vertente amador tem cinco categorias e os restaurantes três, tendo para o efeito algumas regras que obrigam à utilização de produtos da região tais como: arroz carolino; lacticínios; a farinha e como ingrediente obrigatório nas entradas ou sobremesa o nosso pão de Ul. Esta iniciativa inédita no distrito tem como júri nomes bem-sonantes da área como o nosso Chefe Lindolfo Ribeiro, Olívia Rocha vencedora da 2ª Edição da Mesa dos Portugueses, o presidente da APTECE, José Borrvalho, todos liderados pelo famoso Chefe Cordeiro. Chefe que já reconheceu várias vezes o sucesso dos intervenientes, sejam eles amadores ou restaurantes. No passado mês de outubro decorreu a 3ª edição do evento Azeméis é Social, este ano sobre o lema do Ano Europeu para o desenvolvimento “ O nosso Mundo, a nossa dignidade, o nosso futuro”. O evento promoveu os valores para uma cidadania ativa, bem como a informação sobre o papel direito e deveres dos cidadãos envolvendo-os cívica e socialmente. Durante os três dias foi possível promover e divulgar as respetivas respostas sociais concelhias em prol da coesão social e do desenvolvimento local. Foram debatidas diversas temáticas passando pela mostra social, exposições, espetáculos, workshops, sessões temáticas permitindo a dinamização de toda a sociedade. A Câmara Municipal através da divisão Municipal de Ação Social tinha alguns objetivos, como por exemplo: promover o envolvimento, a responsabilização e a participação da comunidade no desenvolvimento local; refletir sobre a intervenção para uma ação mais eficaz; fomentar unidade e planeamento e intervenção integrada. O pavilhão municipal esteve dividido em sete espaços distinto onde: poderíamos viajar pelas emoções e sentidos, no espaço sentido e emoções, pelo espaço à mesa com a diferença – onde podemos ver as dificuldades que as pessoas com deficiência enfrentam no seu dia-a-dia, o espaço infantil permitiu algumas brincadeiras, o espaço criativo onde foram dinamizados diversos ateliers pelas diversas IPSS; O Gabinete de Inserção Profissional e o Instituto de Emprego e Formação Profissional juntamente com algumas empresas tentaram dinamizar o espaço emprego e empreendedorismo; O espaço solidariedade permitiu a mostra dos bens recolhidos na campanha de recolha de bens

alimentares que decorreu entre 10 e 17 de outubro integrada na iniciativa pelo combate à pobreza e à exclusão social dinamizada pelas IPSS de Oliveira de Azeméis; No espaço projetos foi possível apresentar alguns projetos relevantes como por exemplo: Azeméis Intercultural; Projeto Time (CLDS+); Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social do Município; Projeto Trapézio com Rede II, entre outros. O espaço palco permitiu diversos espetáculos, diversos workshops que passou pela importância do pequeno-almoço, o reaproveitamento alimentar, a nova nota de 20,00€ (vinte euros), peças de teatro e até a apresentação do livro “ O Senhor Empreendedorismo”. Neste evento estiveram representadas as dezanove freguesias do concelho, onze entidades locais e nacionais, vinte e seis IPSS, sessenta entidades ou associações que se mostraram nos stands das diversas freguesias, dez escolas e agrupamentos de escola. Iniciou-se a 9 de dezembro o Programa RLIS, com a duração de três anos, tendo por objetivo temático promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação, sendo a instituição beneficiária a Fundação Manuel Brandão. A RLIS (Rede Local de Intervenção Social) assenta numa lógica da intervenção articulada integrada de diversas entidades com responsabilidades no desenvolvimento social. Este programa destina-se a acompanhar em termos sociais cidadão e famílias vulneráveis, tendo como prioridade de intervenção a emergência social na proteção de vítimas de violência doméstica, pessoas sem-abrigo, pessoas idosas, pessoas com deficiência, crianças e jovens em risco. O programa terá várias atividades que permitirão um grande trabalho em rede que juntará diversas entidades de cariz social. Ontem mesmo tivemos a apresentação do Projeto CLDS + 3G Time for Change que está inserido num dos quatro programas operacionais temáticos do continente e irá assentar em oito áreas temáticas tais como: Potenciar território e capacitar cidadão e famílias; Promoção da equidade territorial a igualdade de oportunidades e inclusão social; Reforçar a pró-atividade de todos os agentes na procura de soluções para os problemas dos cidadãos; Promover o crescimento sustentável inclusive dos territórios; Potenciar a economia local e regional, para gerar novos postos de trabalho sustentáveis e duradouros; Criação de ações para promover a cultura e o bem-estar; Inclusões ativas de pessoas com deficiência e incapacidade; Promover ações de combate à exclusão social, em particular a pobreza infantil. Mais uma vez o nosso associativismo vem demonstrando a sua energia e capacidade, desta vez através da Obra Social de S. Martinho da Gândara que coordenará este projeto em termos administrativos, financeiros, e dinamização. O projeto terá uma duração de trinta e seis meses e contará com um financiamento de 150.000,00€ por ano. Será dividido em três eixos: Emprego, formação e qualificação; Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil; capacitação da comunidade e das instituições. Para não alongar muito mais, resumimos alguns dos projetos e iniciativas levadas a cabo no nosso Concelho que o coloca como um concelho pujante dinâmico e atrativo na nossa região e que se traduz no reconhecimento do trabalho efetuado pela Câmara Municipal em parceria com as excelentes associações e entidades do nosso concelho. A todos eles, o nosso bem-haja pelo trabalho desenvolvido. Muito obrigado. =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Rui Luzes Cabral, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro.* =====

===== *Muito obrigado Senhor Presidente. Começo por cumprimentar a Mesa, Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, Presidentes de Junta, membros desta Assembleia, comunicação social, caros amigos e amigas. Um voto de pesar: “ Faleceu no passado dia 4 de novembro Joaquim Tavares Girante, foi o primeiro presidente da Junta de Freguesia de Loureiro, eleito democraticamente a 12 de dezembro de 1976, tendo permanecido no cargo até 1979. Ocupou a presidência da Banda de Musica de Loureiro durante 8 anos, desde fevereiro de 1978 até maio de 1986. Foi também sócio fundador da Associação Recreativa e Cultural de Loureiro, sediada na Quinta do Barão e seu vice-presidente desde a fundação a 4 de fevereiro de 1980 até 1987. Fez ainda parte dos órgãos sociais da Cooperativa Elétrica de Loureiro. Participou em diversos Grupos Paroquiais, destacando-se a Comissão Fabriqueira e a Irmandade do Santíssimo Sacramento. Loureiro perdeu um homem ativo na sociedade, dando muito de si às instituições por onde passou. Nos últimos anos de vida a doença não o deixou intervir diretamente da forma como queria, mas sempre que podia aprecia nos eventos e nas diversas assembleias gerais das referidas instituições”. A Junta de Freguesia apresenta aqui as mais sentidas condolências à família e espera que a Assembleia Municipal se associe a este voto de pesar. Obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Pinto Moreira, do CDS/PP.* =====

===== *Cumprimento a Mesa, Senhor Presidente e Secretários, Senhor Presidente da Câmara; Vereadores, os meus companheiros aqui na Assembleia Municipal, comunicação social, funcionários da Autarquia e público. Está em discussão pública a estratégia para a reabilitação urbana de Oliveira de Azeméis. Este trabalho e o documento que o suporta servem para, entre outras coisas, orientar candidaturas aos fundos públicos no médio prazo e no curto prazo, sendo o plano de desenvolvimento estratégico urbano (PEDU) o próximo. Em 29 de junho deste ano, o Grupo do CDS entregou ao Senhor Presidente um conjunto de propostas para serem avaliadas em sede própria. Das propostas que apresentamos: O que lhes aconteceu? Foram tidas em análise e não consideradas? Ou consideradas, mas julgadas não exequíveis? O que aconteceu ao papel? Senhor Presidente: O nosso papel, o nosso documento, nem á equipa de projetos de reabilitação urbana chegou. Assim: Como é que quer que a gente continue a trabalhar com gosto por Oliveira de Azeméis? No documento que está em análise, dos seus objetivos estratégicos, fala-se num plano estratégico; Isto é como, muitas vezes diz-se: de um testamento, por dia faz-se um cento. Portanto, um plano estratégico hoje é este, amanhã é: não deveria ser, mas pode ser outro. E em nosso entender isto está completamente invertido. Como é*

que nós num horizonte de 15 anos estamos a projetar investir 38 milhões de euros, dos quais 25 milhões são para construir obra, construir casas, construir prédios? São cerca de 13 mil para reabilitar prédios já existentes; vamos gastar o dinheiro ao reabilitar esses prédios; vamos instalar lá provavelmente serviços da Câmara; vamos micronizar ainda muito mais os serviços da Câmara; vamos ter despesas de funcionamento e de manutenção e passado mais meia dúzia de anos temos outra vez a necessidade de um outro plano para reabilitação dos mesmos edifícios. Isto nunca mais acaba. Além disso, temos depois o outro conjunto de 12 milhões para executar edifícios. E, a pergunta que eu faço é esta: Então, em Oliveira de Azeméis, para nós construirmos cidade, nós não precisamos de fazer demolições? Não há pontos, não há centros, não há espaços da cidade onde é pura e simplesmente preciso rasgar de um lado ao outro? Eu seria primário e básico se viesse aqui com o velho argumento dos concelhos vizinhos. Não o vou fazer. Mas ainda não aprendemos. Há sítios em que é preciso demolir, deitar abaixo, aquilo que não tem qualificação. Pura e simplesmente, não é qualificado, é deitar abaixo, rasgar. Temos 1.800.000€ em 15 anos previstos para rede viária, 1.8 milhões em 38 milhões sendo que 25 milhões são para obra. Senhor Presidente: Este Município já teve um passivo financeiro de 55 milhões, ainda nos faltam pagar 30 milhões. Um gestor nestes casos o que é que faz? Olha para este plano: Tudo o que não é estratégico é puro e simplesmente alienado. O nosso Concelho é um Concelho que vale, por ano, cerca de 500 milhões de valor acrescentado bruto- trabalho dos nossos empresários. Como assim? Porque, qualquer empresário que se levanta de manhã diz: “O que é que vou fazer hoje de diferente, o que é que vou criar”. Portanto, o Município também tem de pensar da mesma maneira. O que não é estratégico nós não temos. Devemos dinheiro. Temos investimentos importantíssimos e estratégicos a fazer o que não é a reabilitar edifícios, - tenham paciência, - do meu ponto de vista não são estratégicos têm de ser alienados e têm de ser depois entidades privadas a fazer a sua reabilitação. Estratégico: 1º - Edifício Municipal; esse é estratégico é a primeira condição sine qua non; 2º - Casa de Espetáculos; 3º - Mercado Municipal; 4º - Salão Nobre. Avenida António José de Almeida, Salão Nobre e a Praça José da Costa constituem uma espinha dorsal de Oliveira de Azeméis que foi projetada, planeada e construída por um Cucujanense, em 1938, há 80 anos. Aquilo que nós temos, as plantas, esta espinha dorsal tem 80 anos. Daqui por três anos vamos celebrar 80 anos desse trabalho. Assim como, vou dar alguns exemplos que me parecem também congruentes, mas isso também são propostas. Nós propusemos demolição do Mercado Municipal e devolução daquele espaço ao espaço urbano, ao espaço para fruição pública. Dir-me-á o Senhor Presidente: “Mas estes edifícios também são espaços públicos”. Mas, são de acesso limitado. A Câmara Municipal é um espaço público; Mas, eu chego à porta e sou barrado, entro só em determinadas condições. Portanto, os edifícios são públicos mas são de acesso limitado. Não é um banco, nem é uma árvore que eu me possa sentar à sombra na hora que eu quiser. E depois algumas incongruências, uma delas: Nós propusemos nesse documento a demolição do mercado. Vem proposto aqui gastar um milhão de euros a remodelar o Mercado Municipal e, depois, 4 milhões de euros para construir um Mercado Municipal novo, ou coisa parecida. - Parece-me que não

bate muito bem; - Senhor Presidente é muito milhão de euros. Seguidamente, são previsões obviamente: Temos 3.8 milhões, ou coisa parecida, para construção de um Fórum Municipal e 4 milhões para reabilitar o Caracas. Não me parece que bata uma coisa com a outra. Isto para dizer que nós CDS/PP estamos radicalmente contra a filosofia inerente a este plano de reabilitação. Eu esperaria outra coisa; Uma coisa mais rasgada e mais ousada. Terminando fazendo uma sugestão: Que até 2018 o Salão Nobre, como espaço emblemático que permite receções em Oliveira de Azeméis de entidades externas, seja dignamente reabilitado até 2018 quando completa 80 anos e que esse edifício seja nomeado com o nome “Alfredo Andrade”. Muito obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito Obrigado. Senhor Presidente da Assembleia, senhores deputados municipais, Senhores vereadores, público presente, uma saudação especial ao senhor Presidente em exercício. Dizer que a Câmara Municipal se associa ao voto de repúdio, pelo atentado em Paris, que foi apresentado pela senhora deputada Ana Sofia Pinho. A Câmara Municipal também aprovou um voto na reunião do seu Executivo e fizemo-lo chegar à Embaixada de França. Julgo que a Assembleia Municipal, depois de aprovado, poderá seguir o mesmo procedimento relativamente a essa matéria. Porque, efetivamente, subescrevo integralmente as palavras que foram ditas. E dar nota que, o ataque que foi feito não só em Paris, infelizmente depois houve outros a seguir, não é um ataque contra o povo francês, é um ataque contra todos nós. Portanto, todos nós é que estamos em causa. Acho que é importante, nós que temos competências políticas, podermos manifestar o nosso veemente repúdio e desagrado com essas situações absolutamente lamentáveis. Quanto às questões que foram colocadas pelos senhores deputados: Eu vou fazer chegar, durante a próxima semana, ao senhor deputado Jorge Pereira do CDS/PP o plano de atividades, o orçamento e relatório de contas do Centro de Línguas, para que ele possa verificar, analisar e, depois, então, poder questionar relativamente a alguma das matérias sobre as quais falou. Ao senhor deputado filipe Carvalho, dar nota que: Não vou fazer uma apreciação pormenorizada de tudo aquilo que ele disse. Mas chamar à atenção para a Rede Local e Intervenção Social (RLIS), para as respostas de emergência social, porque é fundamental nós estarmos preparados e o Município de Oliveira de Azeméis através da sua rede social e das suas instituições tem tido uma resposta pronta, capaz e a RLIS é um novo instrumento a par do CLDS+, neste caso CLDS - 3G. E salientar que as nossas associações, IPSS(s) e não só, que desempenham este trabalho social mostram uma vez mais a sua extraordinária prontidão e a sua qualidade na prestação e implementação das políticas sociais. O senhor deputado Rui Luzes Cabral, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro, apresentou um voto de pesar que não tenho dúvida nenhuma que será sufragado por toda a Assembleia

Municipal. Efetivamente, o senhor Joaquim Tavares Girante, foi o primeiro presidente de Junta eleito de Loureiro, foi um autarca na altura com muitas dificuldades no exercício daquelas funções. E, infelizmente, deixou-nos. Também em sede de Executivo nós levamos um voto de pesar pelo seu falecimento, mas julgo que ele ganha outra dimensão aprovado também por esta Assembleia Municipal. Também nos associamos a esse mesmo voto apresentado pelo senhor Presidente da Junta de Loureiro. Quanto à intervenção do senhor deputado Pinto Moreira queria dizer-lhe o seguinte: Com todo o respeito pela intervenção de cada um dos membros da Assembleia Municipal; Mas, - senhor deputado Pinto Moreira, - vai-me perdoar, na sua intervenção há ali um grande confusão. É verdade que não é fácil. E nós que estamos em exercício de funções em full time temos algumas dificuldades em perceber os instrumentos e os planos que temos de construir e que fazer para nos candidatarmos a fundos comunitários. Mas não é só na Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. São todas as Câmaras. E não são só as Câmaras do PSD, são todas as Câmaras. E dizer-lhe que há um conjunto de planos, muitos planos, que temos que fazer, é PEDUS, é o PAMUS, é o PARU; Eu podia estar aqui cinco minutos a dizer coisas começadas por “P”. Depois, há as ARUS (Áreas de Reabilitação Urbana) que já foram aprovadas aqui na Assembleia Municipal, nós temos duas: Uma no Centro Urbano e uma no Centro Vidreiro, que foram aqui aprovadas. E, senhor deputado Pinto Moreira esteja tranquilo, vamos discutir e aprovar, se for caso disso, em sede de Assembleia Municipal os Planos. E vamos também discuti-los em sede de Executivo Municipal para, depois, serem discutidos aqui em sede de Assembleia Municipal para que todos possam saber o que é que estamos a discutir. Porque, se perguntar à maioria dos membros da Assembleia Municipal aquilo que o senhor esteve ali a dizer: Se calhar os membros da Assembleia Municipal não estavam a perceber aquilo que é o que senhor estava a falar. E deixe-me dizer-lhe o seguinte: quanto ao PEDUS, Plano Estratégico Desenvolvimento Urbano Sustentável, estão disponíveis 384 milhões, para 17 mais 12 municípios do norte de Portugal: 17 da Área Metropolitana a única CIM que tem a totalidade dos municípios e depois 12 grandes cidades do norte do país: Significa que são 29 e há 384 milhões. O senhor Eng.º Pinto Moreira falou que o Município de Oliveira de Azeméis tem no seu Plano 38 milhões. Plano esse que foi apresentado, numa primeira fase, à Comissão coordenação e Desenvolvimento Regional. Ainda estamos numa fase técnica. Há também a decorrer um período... - E o senhor deputado Pinto Moreira pode estar tranquilo que a equipa da Câmara Municipal que está a fazer esse plano vai receber o documento do CDS/PP, vai apreciar-lo, e, se for caso disso, vai inclui-lo ou fazer parte da discussão pública. Eu ainda hoje recebi uma carta com 6 páginas, de propostas, de sugestões para o plano. Agora é que estamos na parte da discussão pública; Não está nada decidido; Todos os contributos são válidos. Eu agradeço os seus contributos e os contributos do CDS/PP para o plano. Estamos agora na fase da discussão pública. Repare: Há várias formas de construir os planos; Há Câmaras Municipais que optaram por contratar empresas; Como o senhor deputado Pinto Moreira sabe, quando se contrata para fazer o plano nós não podemos condicionar a empresa à construção do plano a dizer: “ O senhor vai fazer o plano mas, agora,

tem aqui a sugestão deste, daquele, daquele, para fazer o plano.” A empresa diz: - Não; - Esqueça; - Isso é a seguir; - eu vou fazer o plano. O Município de Oliveira de Azeméis optou por fazer os planos com a equipa interna. Eu acho que devia ter sido aqui saudado e não foi. É uma equipa interna e nós não gastamos um tostão a construir os planos; Não contratamos ninguém; É a Dr.^a Ângela Fernandes e a Arq.^a Maria Emília Costa que estão a coordenar esses planos que terão a discussão e os contributos, dos cidadãos interessados, dos partidos políticos. Discussão ao máximo. Ninguém esta a fazer o plano nas costas de ninguém. Ninguém está a fazer o plano às escondidas de ninguém. Aliás, estes planos vão ter que ser públicos. Mas são vários os planos. Nós estamos a falar na área da reabilitação urbana e, depois, estamos a falar de outros planos e outros programas. Fica já também, senhor deputado Pinto Moreira e outro qualquer deputado que o queira e se houver mais do que um - excelente, para marcarmos uma reunião de trabalho, não política, uma reunião técnica, porque nós ainda estamos no plano técnico não estamos no plano político, e no plano técnico a equipa técnica dar as explicações, dar a sua visão. Porque o plano final há-de ser aprovado aqui e apreciado e aprovado em sede de Assembleia Municipal. Nós ainda estamos na fase de construção. O senhor deputado Pinto Moreira tem uma opinião; Eu respeito-a; Mas há outras opiniões. O senhor deputado Pinto Moreira disse aqui: “ Eu, por mim, demolia o Mercado Municipal.” Pelo menos percebi isso - era a sua ideia. É a sua ideia. Aceito a sua ideia. Eu não tenho essa ideia. E, portanto, a Assembleia Municipal é que vai decidir se quer demolir o Mercado Municipal ou não quer demolir o Mercado Municipal. Sabe que isto está muita coisa em causa: Eu hoje recebi uma empresa estrangeira de dimensão considerável, recebi o seu presidente do conselho de administração, hoje de manhã, também interessado no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável de Oliveira de Azeméis. Porquê? Porque - como o senhor falou - há partes deste plano que estão abertas à iniciativa privada. E ele enquanto privado disse: “ Eu quero conhecer o vosso plano.” Eu disse: - Tenha calma. - Vai conhece-lo. (Numa área importante que é a área da mobilidade). Foi feita essa equipa interna. Foi apresentado, numa primeira fase, só a técnicos da CCDRN. Ainda nem sequer foi discutido em sede de Executivo Municipal. Só posteriormente é que virá á Assembleia Municipal. Mas não vem como um documento fechado; vem como um documento aberto. E portanto senhor deputado Pinto Moreira, o documento que o CDS/PP teve o cuidado de enviar à Câmara Municipal será entregue à equipa que tem essa responsabilidade que, o colocará também em apreciação, numa fase posterior. Não é nesta fase. O senhor expressou aqui uma opinião concreta. Não é hoje que vamos discutir se somos a favor ou se somos contra a demolição do Mercado Municipal e a extensão da Praça José da Costa. O que nós sabemos é que aquela área será uma área de intervenção. Como há outras: A Zona Histórica; A Zona de Reabilitação o Centro Vidreiro - como sabem, foi aqui explicado, - tem a ver com a origem do vidro em Oliveira de Azeméis, e toda essa história, tem a ver com, a requalificação do parque de La-Salete, acessibilidades ao Parque, Centro da Interpretação do Vidro, requalificação de toda aquela zona; E depois há o nosso Núcleo Central. Lembram-se que até aumentamos, aqui, em sede de Assembleia Municipal, a nossa ARU? Porque numa

primeira fase ela era mais restrita e depois foi alargado esse âmbito. Portanto essa discussão mais pormenorizada vai ser feita em sede de Assembleia Municipal. Todos os senhores deputados municipais terão acesso a essa discussão e participarão nela. E faremos as reuniões que tivermos que fazer. Nós fizemos aqui, nesta mesma sala, (- Eu tive o cuidado de cá vir no início, depois ficou o senhor Vice-presidente Ricardo Tavares a tomar conta dessa reunião), onde a Arq^a Filomena Farinhas fez uma apresentação e deu um conjunto de sinais e falou, inclusive, nos incentivos fiscais aos privados. Porque nós precisamos também de mobilizar os privados, aproveitando instrumentos comunitários, para requalificarem o património. Não é só o património público. Quando nós estamos a falar da reabilitação do património, às vezes temos a tendência de olhar só para aquilo que é público. Com todo o respeito, nós em Oliveira de Azeméis até nem somos um bom exemplo porque até temos património público que não está devidamente edificado: Casa Sequeira Monterroso, precisa de ser requalificada não há dúvida nenhuma. Agora, temos é que estar preparados, quando os instrumentos estiverem disponíveis, para nós podermos apresentar. Já aqui foi falado. É discutível? Senhor deputado Pinto Moreira: Estão a falar de 4 milhões para a requalificação do Caracas - o senhor diz que é pouco. Tecnicamente é que temos de perceber se é pouco ou se não é. Com todo o respeito pela sua opinião: Eu não sei se o senhor acha que é muito? - Eu não fiquei com essa certeza. Essa é uma discussão que tem que ser feita também com base em documentos técnicos, com estudos técnicos preliminares; O que é que queremos naquela Casa de espetáculos? É uma Casa de referência. Vejam bem: Cine teatro Caracas; é um nome que toda a gente conhece na Avenida António José de Almeida. Mas a equipa técnica, - não nossa mas do Porto - da CCDRN que terá também que validar -, até pergunta porque é que isto se chama Cineteatro Caracas? Cinema? Tem lá cinema? Mas, cinema não pode sequer candidatar a fundos comunitários, têm de tirar de lá o cinema. Quando não há lá cinema nenhum - como os senhores sabem. Já houve um cinema. Hoje é uma casa de espetáculos é um teatro. Chegamos a este ponto, nesta fase inicial onde ainda estamos. E estamos dentro dos prazos os prazos estão a decorrer. Nós até apresentamos antes do prazo final o PEDUS para a tal discussão. Porque isto vai passar por fases. Agora reparem: Outra fase importante que merece reflexão da nossa parte. Reflexão política. Nós sabemos que 384 milhões - como eu já disse - para 29 municípios. E sabemos que, só da Área Metropolitana do Porto, dos 17, há 1.2 milhões de candidaturas. Sabemos que há 384 para 29. Mas só 17 apresentaram 1.2 milhões. Como é que se vão distribuir os fundos comunitários? Vai ser por fezização dos mesmos? Vai ser por mérito dos projetos? Vai ser em concorrência? O regime é concorrencial. Porque as candidaturas vão ser todas abertas no mesmo dia. Quem é que vai decidir? Como é que vai decidir? Pelo mérito ou vai fazer uma distribuição fezizada? (percebam que estes valores são valore imaginários). O nosso Plano tem 38 milhões. Mas imaginem que na redistribuição do acordo que vai ter que haver dizem assim: Oliveira de Azeméis tem 5 milhões. (Interpretem os 5 milhões não como nenhuma orientação). O que é que fazemos perante o nosso plano, (o tal plano que havemos aqui de discutir e de aprovar), o que é que temos de fazer? Hierarquizar as prioridades. Porque uma coisa é 38 milhões. Tem 38

milhões. Como por exemplo: Câmara Municipal de Gaia apresentou 200 milhões tal como a Câmara Municipal do Porto. É neste plano que nós estamos a falar. Eu não sei se viram, a Câmara Municipal apresentou um projeto que é fazer a ligação do Cais de Gaia à Serra do Pilar (toda a gente sabe onde é a Serra do Pilar, toda a gente sabe onde é o Cais de Gaia). Eu não sei quanto é que aquilo custa? Mas, é neste plano que aquilo está, nada nos garante que aquilo vai ser financiado, a Câmara de Gaia nunca vai fazer aquilo se não tiver financiamento. Aquilo está no tal plano deles dos 200 milhões tendo em conta a dimensão do concelho. Isso foi decidido entre todos os presidentes de Câmara: Que não havia limitação para fazer o plano. Portanto, o plano era assim: Deixem sonhar. Ok, pronto. Vejam bem onde é que foi o sonho. A gente já sabe que só há 384 milhões, mas o sonho comanda a vida. É evidente que, estamos a falar de planeamento, estamos a falar de estratégia. Eu agradeço ao senhor deputado Pinto Moreira que tenha trazido o ponto a esta Assembleia, que até serve de alerta para todos porque efetivamente isto vai ter um envolvimento e nós vamos querer que tenha o envolvimento de todos e da comunidade também e vamos incentivar a própria população. É evidente que: Quem é que procura informação mais pormenorizada? É muito fácil: Quem tem casas na área da reabilitação urbana; Quem tem intenções de comprar. Não é segredo nenhum: A antiga Garagem Justino está à venda. Julgo que até foi feito um leilão, mas não teve comprador. A garagem de Santiago teve comprador. A garagem na Avenida António José de Almeida, tem várias entradas, onde eram as antigas bombas de gasolina da Shell, o que é que aconteceu? No processo da insolvência e do leilão, quem fez o leilão veio à Câmara Municipal saber se aquilo podia ter incentivos ou não no processo de reabilitação. Porque o valor - como os senhores percebem - muda logo. Uma coisa é financiar ou requalificar com capitais próprios, outra coisa é poder ir aos fundos comunitários. Portanto, são proprietários, são pessoas que tratam das questões imobiliárias que, logicamente, têm mostrado algum interesse em perceber qual é o caminho e quais é que são as regras. Porque aquilo que nós queremos, naturalmente, é salvar o nosso património. Nós temos uma responsabilidade que é nosso património público. Mas também não podemos ser indiferentes ao património privado e devemos estar ao lado dos privados para encontrar soluções e mecanismos para eles poderem requalificar o seu património. Senhor Presidente peço desculpa alonguei-me um bocadinho mas julgo que era importante este esclarecimento para futuro. Dizer que esta discussão será uma discussão muito interessante num futuro próximo em sede de Assembleia Municipal e noutros fóruns. Podemos criar uma comissão. Depois a Assembleia Municipal decidirá aquilo que quer fazer. Mas eu já também dar nota à Dr.ª Ângela Fernandes e à Arq.ª Maria Emília, que são as coordenadoras desta equipa, para terem já uma conversa com o deputado Pinto Moreira para que se possa de alguma forma tranquiliza-lo relativamente ao futuro. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== *Obrigado Senhor Presidente. Cumprimenta-lo no exercício das suas funções e na sua pessoa também toda a Assembleia. Numa nota prévia a bancada do partido Socialista não pode deixar e enaltecer o civismo e a urbanidade que os oliveirenses demonstraram, mais uma vez, na última campanha eleitoral e nas eleições legislativas. Qualquer que seja a ideologia que nos move e nos apaixona, o modelo de sociedade que preconizamos, ou partido que apoiamos, será sempre no campo político que nos devemos ou saudavelmente relacionar. Neste sentido também, e tendo sido eleita à Assembleia da República, pelo círculo de Aveiro, uma deputada de Oliveira de Azeméis, membro desta Assembleia Municipal, não podemos deixar de lhe desejar os melhores sucessos no desempenho das suas funções. Dificilmente haverá melhor forma de comemorar Abril do que manter vivo o espírito da democracia e este é pois o mote mais adequado para refletir sobre formas de promover a democracia, o envolvimento dos cidadãos, a proximidade entre eleitos e eleitores, a contiguidade às decisões. Este é o mote mais adequado para refletir, sobre as taxas de abstenção crescentes, sobre a apatia ou indiferença dos cidadãos que muitas vezes, legitimamente, vão sentindo em relação às escolhas dos seus governantes, das decisões que tomam, da intervenção cívica que vão fazendo. Mas no exercício dos nossos mandatos, devemos mais do que refletir: Devemos com genuinidade encontrar formas de envolver as pessoas, de as chamar à discussão e à decisão; Devemos encontrar maneiras de tornar a democracia, mais do que representativa, efetivamente participativa. Os últimos meses, e nas últimas semanas de alguma forma vamos assistindo a isso. Qualquer que seja, a nossa leitura, a visão que defendemos sobre os acontecimentos, o posicionamento que temos perante os resultados: É inegável que se voltou a discutir políticas alternativas, visões e opções; É inegável que voltou a haver conteúdo nessa discussão, que se discutem caminhos, números e modelos de sociedade. E nisso devemos todos, genuinamente, sentir satisfação. Também no Município podemos fazer bastante mais para envolver as pessoas. Para as trazer à discussão nas políticas locais, para as envolver nas decisões que tomamos, enquanto coletivo, e, pelas quais, discordando ou não, nos vamos debatendo. Para lhes mostrar que podem e devem ter um papel ativo que não se esgota nos atos eleitorais ou, eventualmente, nas intervenções que possam fazer numa assembleia municipal ou nas reuniões camarárias em que, infelizmente, pouca gente vai participando. Há anos a esta parte em muitos concelhos do país se tem procurado isso mesmo, seja: em orçamentos participativos, consultivos; em orçamentos participativos, deliberativos, temáticos; em referendos locais. Há, experiências mais bem-sucedidas que outras, modelos em que nos podemos rever mais ou menos. Mas há sem dúvida uma vontade manifesta de participar. Há uma vontade de propor projetos, de os acompanhar, em que podemos concordar e comprometer. Muitas destas experiências, não sendo novas, galvanizam a sociedade e, como facilmente percebemos, envolve séria e apaixonadamente as pessoas. Nos últimos anos tem ganhado visibilidade os orçamentos participativos. Precisamente há um ano abordamos neste Assembleia esta questão. Como respondia então o senhor Presidente da Câmara: - “Eu acho que é um mecanismo de participação, nós temos de estimular a participação dos cidadãos e esta é uma forma de o fazer; acho que podemos, sinceramente,*

não vejo porque não.” – Fim de citação. Neste momento, podemos verificar que em muitos municípios têm procurado promover instrumentos de participação deste tipo: Como podem ver, a nível nacional, podemos ver o número de iniciativas municipais nesta matéria: Aqui, encontram orçamentos participativos, meramente consultivos, outros deliberativos, outros orçamentos temáticos só para a juventude ou terceira idade; orçamentos municipais ou de freguesia; referendos locais. Em alguns concelhos vizinhos (aqui foco só o distrito de Aveiro) encontramos também este tipo de prática. Se quisermos focar-nos apenas nos orçamentos participativos municipais com caráter deliberativo, isto é: vinculativo; onde há um compromisso das autarquias em respeitar o sentido das votações e não as considerar meramente consultivas, encontramos muitos exemplos: Cada um daqueles números com a cor laranja é um conjunto de concelhos ali à volta, por exemplo: Região norte, concelho de Braga: Braga, Vila Verde, ..., Guimarães; Ou na zona de Lisboa, tem todos os concelhos ali à volta: Cascais, Odivelas, ..., Lisboa. No distrito (Aveiro), esta prática pode ser encontrada já na Mealhada, Águeda, Aveiro, Albergaria-A-Velha, Estarreja e Ovar. Santa Maria da Feira também; É verdade. Está pois no momento de verter esta ideia em proposta que submeteremos à consideração da Mesa da Assembleia para que possa colocar a sua admissibilidade a votação. Como dizia o senhor Presidente de Câmara na reunião do ano passado: “ Se calhar até para o próximo ano podemos dar um primeiro passo nesse sentido.” Antes de ler a proposta, dizer que podem retirar mais alguma informação, sobre estas matérias, neste portal. Que é um portal de um grande projeto de investigação suportado pela Noruega, Liechtenstein, e pela Islândia, e pela Fundação Gulbenkian, e que se dedica em exclusivo a este tipo de práticas e à sua monitorização no país. Estando certo que encontrará da parte dos senhores deputados genuíno acolhimento, passo a ler: “Proposta para a definição de um projeto de orçamento participativo. – A participação dos cidadãos é fundamental num sistema democrático, num sistema que procura refletir uma democracia representativa numa efetiva democracia participativa. Mais do que procurar a proximidade dos cidadãos aos decisores, faz sentido procurar a proximidade dos cidadãos às decisões. Assim, considerando que: - O poder autárquico procura na sua génese uma política de proximidade; A política de proximidade é aquela que procura envolver os cidadãos; O envolvimento dos cidadãos é tão maior quanto mais sentirem a sua consequência. A consequência passa pela materialização de projetos e pelo seu acompanhamento. E que, para essa materialização, são necessários instrumentos de participação concretos. A bancada do Partido Socialista propõe: Que Orçamento Municipal de 2017 possa alocar 5% das suas despesas de capital, que se traduzem em investimento efetivo, a projetos apresentados e escolhidos pela sociedade civil num modelo de orçamento participativo previamente definido pela Autarquia durante o ano de 2016.” A bancada do Partido Socialista sugere ainda que: Sendo aprovada a proposta, as diferentes bancadas representadas na Assembleia Municipal possam participar na elaboração de um modelo de orçamento participativo, em articulação com o Executivo Municipal, num âmbito mais alargado que se possa traduzir num esforço para o envolvimento da sociedade civil, individual, ou coletivamente organizada. Sugerimos ainda que:

A Mesa da Assembleia possa, nesse sentido, em articulação com o Executivo Municipal, procurar dar visibilidade a esse esforço em Assembleia Municipal Temática ou outra iniciativa de igual relevo. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Carlos Costa Gomes, do PSD.==

===== Senhor Presidente, - só para dizer, referente à proposta que o deputado Bruno Aragão acabou de apresentar, não vemos qualquer inconveniente sobre a substância. Mas, tendo em conta que, num passado recente houve uma proposta apresentada e depois foi preciso baixar ao Executivo para ver a validade da proposta a nível de processo administrativos, uma vez que envolve verbas a aplicar e a fazer dotação orçamental; Se, facto, esta proposta, tendo em conta que no passado já houve esta mesma situação, terá que baixar primeiro ao Executivo (reunião de câmara) e depois então ser submetida à Assembleia já numa proposta clarificada? Da nossa parte não rejeitamos qualquer tipo de bondade da proposta. Mas, neste sentido, gostaríamos de saber, em termos Regimentares, se pode ser ou não já aprovada nestes termos?==

===== Pelo Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal foi dito:=====

===== A proposta pode ficar para discussão em termos de orçamento para 2017? É o que se está aqui a pedir, não é? Julgo que vai haver altura (oportunidade) suficiente para a discussão. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =

===== Senhor Presidente não sei como quer organizar: Primeiro se admitimos ou não, a proposta, e depois discutimos? A questão é: Isto é para o exercício, naturalmente, do orçamento de 2017 e não para este que vamos discutir. E o Executivo, então, em 2017, vê o melhor modelo a melhor forma de organizar uma atividade tipo e também a disponibilidade da Assembleia Municipal. Naturalmente a Câmara é que proporá o orçamento para 2017. Isto é um projeto de orçamento participativo para 2017. Nós propomos o valor de 5% sobre a despesa de capital que é a que nós consideramos investimento direto. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.=

===== *Eu gostava mais de falar nisto no período normal da Assembleia, ouvir as opiniões de todos, mas o senhor deputado Bruno Aragão falou e estamos já a discutir o assunto. Portanto, eu pergunto ao Senhor Presidente da Assembleia se estamos, ou não, já discutir o ponto? Porque eu quero falar sobre o ponto.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal foi dito:*=====

===== *Estamos a falar sobre a aceitação da proposta.*=====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou à votação a admissão da proposta apresentada pelo grupo parlamentar do Partido Socialista, a qual foi admitida por unanimidade.* =====

===== *Seguidamente procedeu-se à discussão e análise da proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.* =====

===== *Aberto o período de inscrições para a discussão da proposta apresentada, registou-se o pedido de inscrição de Senhor Presidente da Câmara Municipal – Dr. Hermínio Loureiro, Nuno Pires do PSD e Bruno Aragão do PS.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.* =

===== *No plano do princípio - conforme foi dito já o ano passado - rigorosamente nada contra. É preciso situarmo-nos e é preciso balizarmos – como disse e bem o senhor deputado Bruno Aragão. Como sabe, - tem a ver com a essência da nossa democracia, - as coisas vão-se construindo. E precisamos de manter alguma coerência em termos de funcionamento dos órgãos políticos porque, eu só recorde que já nesta Assembleia Municipal, houve um grupo parlamentar (não importa qual) que apresentou uma proposta para apoiar os Grupos dos Escoteiros. E houve um senhor deputado que prontamente se levantou e disse: “Está tudo muito bonito mas, não podemos discutir nada disto, hoje.” Por acaso o senhor deputado não está cá hoje; É pena; Porque se calhar também pedia a palavra a seguir ao senhor Bruno Aragão e dizia: “Ó Bruno, se calhar não podemos discutir, hoje”. Mas eu estou a dizer: No plano dos princípios, nada contra o orçamento participativo. Certo? Agora, vamos é manter a coerência: Quando a proposta vem de um lado, a gente vota de uma maneira; Quando a proposta vem do outro, a gente vota de outra. Essa é a minha opinião. Eu acho que a Assembleia Municipal já deu provas, muitas provas, (se me permitem fazer esta apreciação sem nenhum menosprezo), de enorme maturidade política. E o orçamento participativo é um instrumento excelente – conforme*

já foi dito. Portanto, ninguém, aqui, muda de opinião; Porque às vezes é aquela coisa: agora mudaram de opinião. É preciso perceber o contexto e a conjuntura que o Município de Oliveira de Azeméis viveu e que tem vindo a viver ao longo dos últimos anos do ponto de vista da preparação dos orçamentos. Certo? E por isso o senhor deputado Bruno Aragão até limitou num valor, numa percentagem, podia até ser um valor fixo sem ser uma percentagem, podia dizer x milhares de euros para o orçamento participativo. Ó senhor deputado, o que acho que nós precisamos também de discutir seriamente aqui na Assembleia Municipal é: Repare, o senhor como pessoa atenta viu ainda recentemente as notícias sobre o orçamento participativo de Guimarães. Viu? Não viu? - 3 mil votações online em cinco minutos (não me pergunte como isso é feito porque eu não percebo nada de computadores). Mas o que é certo é que: foi desvirtuado o princípio que estamos todos de acordo do orçamento Municipal, foi desvirtuado com uma votação. (Eu até ia utilizar um termo, mas já não uso porque já percebi que a gente usa termos, a gente, peço desculpa de falar assim; Sou uma pessoa do povo; As vezes as pessoas depois levam isto para outros campos). Aquilo foi uma banhada (não levem a mal o termo) – houve 3 mil votos numa coisa. O senhor deputado sabe disso, em Guimarães? O princípio do orçamento participativo foi desvirtuado – acho que estamos todos de acordo. Aliás, na altura, até se falava que foi uma fraude que aconteceu. O que é preciso é acautelar, e o senhor deputado Bruno Aragão seguramente que me acompanha nesta preocupação, que estas coisas não aconteçam, certo? Portanto, definir o valor, o princípio e ter mecanismos de preparação do orçamento participativo, ferramentas, para evitar que esta coisa aconteça. Imaginemos que há uma coisa destas: Depois, estamos todos aqui chateados. Certo? Repito, para que não subsistam nenhuma dúvida daquilo que é a opinião do Executivo, que eu aqui represento, no plano do princípio: estamos de acordo. Acho que, o Município de Oliveira de Azeméis já está mais do que preparado, do ponto de vista da preparação de um orçamento para contemplar um orçamento participativo. Isso nem se discute, estamos de acordo. É uma decisão que a Assembleia Municipal terá que tomar. Mas a opinião do Executivo é que, estamos de acordo, salvaguarda que está as questões de funcionamento. Eu tenho a certeza absoluta que o senhor deputado Bruno Aragão, que genuinamente apresenta a proposta, também não quer que estas coisas sejam desvirtuadas. Não que depois haja um grupo qualquer que durante a noite “martele” lá no “enter” 3 mil vezes e desvirtue o orçamento participativo. Eu posso-lhe dizer senhor deputado, e o senhor se calhar também sabe, hoje há ferramentas tecnológicas que estão a ser preparadas pelas empresas que dão consultadoria às câmaras municipais, para evitar que isto aconteça, para evitar que haja estes martelações. Guimarães foi o último caso. Mas há mais. O que é que eu acho que nós podemos aqui assumir o compromisso, que é: Definição de regulamento ou de normas de participação de todos. Ou seja: (se estiver de acordo) O princípio genérico de orçamento participativo: Ok, não há problemas, estamos todos de acordo. Depois, se a Assembleia Municipal disser: A Câmara Municipal discute e apresenta uma proposta e traz à Assembleia; Ou a Assembleia compromete-se (os Grupos parlamentares todos) a definir um regulamento ou normas para o orçamento participativo: Acho que estamos todos de acordo

relativamente a isso. Eu só chamo à sua atenção que é: Repito – no plano do princípio: Nada contra, antes pelo contrário, balizando esta questão. Agora, quem é que fica com a responsabilidade de apresentar as normas e as regras - É a Câmara? Se for a Câmara temos que discutir em reunião de Câmara, aprovar e trazer à Assembleia Municipal. Se for a Assembleia Municipal: A minha sugestão é que crie um grupo de trabalho, um de cada partido, e faça isso. Mas isso, compete-vos a vocês decidir, não nos compete a nós. Eu queria era dar a minha opinião: Não temos nada contra, certo? É para não haver dúvidas sobre isso.=====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Nuno Pires, do PSD. =====

===== Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal em funções, Senhores Secretários, Câmara Municipal, caros colegas. Eu queria apenas dizer que acho que é uma boa proposta apresentada pelo Senhor deputado Bruno Aragão; mas acho também que o caminho faz-se caminhado. E, por isso, acho que o senhor Presidente já se antecipou um bocadinho nesse sentido, acho que seria importante estudarmos um modelo, acho que seria mais importante ainda estudarmos a dotação que pode ser cabimentada para esse orçamento participativo. O tal grupo de trabalho também foi sugerido pelo senhor Presidente da Câmara, no sentido de se perceber e evitar estes constrangimentos surgidos em Guimarães. E termino apenas dizendo que é bom. Porque isto só demonstra que equilíbrio financeiro da Câmara Municipal já nos permite fazer algumas coisas no sentido de poder libertar verbas para aquilo que todos queremos que é o desenvolvimento do concelho de Oliveira de Azeméis. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente de Câmara, muito obrigado pelas suas explicações. As vezes ficava aflito que achava que não tinha nada em comum consigo, mas temos: Eu também sou do povo. Dizer que acho que se calhar estamos a dizer coisas diferentes, ou a mesma coisa por palavras diferentes e fui eu que não me expliquei muito bem. A proposta que apresentamos é só uma proposta de princípio. Na proposta, naturalmente que a metodologia tem de ser Câmara Municipal, é a Câmara Municipal que prepara o orçamento da proposta. Nunca poderia propor a metodologia de orçamento participativo: Qual é? Se é pela Internet? Se pelo Correio? – O que for? Naturalmente isso é durante 2016 que poderemos preparar. E portanto, aquilo que nós propomos é: o Princípio do orçamento participativo. Aí acho que estamos todos de acordo. Depois, exatamente porque nós não podemos dizer - vamos alocar tanto ou não vamos; E aí é que está a diferença em relação ao outro modelo. Quando nós pedimos as contas sobre a outra proposta é porque ela altera o orçamento, altera o que estava

previsto. Aqui não. O que nós estamos a dizer é: para o valor previsto, há 5% em que a Câmara Municipal diz assim: - Vou fazer isto - prescindindo de ser eu (Câmara Municipal) a decidir e deixo que os munícipes decidam. É só isto. É o princípio. Naturalmente que depois será dentro da metodologia. A metodologia ainda será desenvolvida pela Câmara Municipal, se entenderem envolver a Assembleia muito bem. Em termos de valor, o que estamos a falar, se fosse com orçamento deste ano, é um valor de mais ou menos 200 mil euros. Naturalmente, há aqui também algum sentido de responsabilidade. Relativamente ao que aconteceu em Guimarães e noutras Câmaras: É verdade, em alguns momentos, as coisas não correram tão bem. Nenhuma dessas Câmaras, no entanto, desistiu do processo. Repetiu e continuou. E, enfim, naturalmente, confiamos sempre nos oliveirenses que têm sido ao longo destes 40 anos de democracia pessoas muito civilizadas e muito envolvidas. As nossas coletividades, como estamos sempre a dizer, são um bom exemplo disso. E, portanto, naturalmente mantemos a proposta dizendo que é uma proposta de princípio e propomos um orçamento participativo que possamos pensar e desenvolver em 2016 com reflexos para o orçamento municipal de 2017. =====

===== Colocada à votação a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foi a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Retomando o período de “Antes da Ordem do Dia”, Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Pedro Paiva, do PS. =====

===== Os meus cumprimentos, à Mesa da Assembleia na pessoa do Senhor Presidente, à Câmara Municipal na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, caros colegas, cidadãos presentes, jornalistas e demais público. Trago aqui à discussão, a esta Assembleia, a questão do Centro de Línguas que é um tema caro a todos nós e acho que aqui também estamos todos de acordo relativamente a esta questão. Todos nós sabemos que algo se passou de mal no Centro de Línguas; Falta saber o quê? Comungamos da posição do CDS e pensamos que o CDS também comunga da nossa posição: Queremos saber efetivamente o que é que lá se passou e o que se encontra a passar lá atualmente? Nesse pressuposto, e também pensamos que essa é a posição do PSD e da Câmara Municipal, por isso, é uma posição que se prevê que seja de reforço à posição da Câmara Municipal e por isso pensamos também que venha a ser aprovada por unanimidade. E nesse sentido, apresentamos uma proposta da Bancada do Partido Socialista para ser admitida, discutida e votada na Assembleia Municipal Ordinária de 26 de novembro de 2015. “No ano de 2010 foi efetuada uma auditoria interna ao Centro de Línguas ordenada na sequência de telefonemas que a Senhora Vereadora Gracinda Leal recebeu das finanças informando existência de dívidas e da necessidade de efetuar o seu pagamento. No âmbito da auditoria, interna, apurou-se: - Que o Centro de Línguas tinha recebido da Câmara Municipal, entre os anos de 2005 e 2010, subsídios no montante de 473.500€ (quatrocentos e

setenta e três mil e quinhentos euros) valor que não englobava os protocolos referentes às atividades extracurriculares; – Que o Centro de Línguas apresentava nessa data uma dívida às finanças no valor de 124.884,03€, sendo: 97.731,00€ de IRS retido dos funcionários e não entregue; e 25.536€ de juros; e 1.616,00€ de coimas. E ainda uma dívida à Segurança Social no valor de 378.849,00€ de contribuições e quotizações não pagas, acrescido de cerca de 123 mil euros de juros. Isto é, a dívida em setembro de 2010 a estas duas entidades ascendia aproximadamente a 625.000,00€. - Repito: 625.000,00€. Apurada esta situação, sempre foi exigido por parte do Partido Socialista um apuramento exaustivo do motivo da dívida e consequentemente a atribuição de responsabilidades. Necessidade essa corroborada pelo Executivo PSD, razão pela qual fez participação ao Ministério Público. Garantia nessa altura o Senhor Presidente da Câmara que a verdade seria apurada e atribuídas as respetivas responsabilidades. Perante a denúncia feita e as garantias dadas pelo Senhor Presidente, aguardou esta Assembleia o decurso do processo-crime. Temos agora conhecimento que já foi proferida a sentença e a mesma transitado em julgado, nos termos da mesma a arguida foi condenada pelo crime de abuso de confiança por se ter apropriado da quantia de 113.091,00€. Ora, considerando que a dívida é de 625.000,00€ retirando a quantia de 113.091, 00€ que a então responsável da contabilidade fez sua transferindo-a da conta do Centro de Línguas para contas suas e seus familiares, resta apurar qual o destino dado aos outros mais de 500.000,00€ ainda em falta. Assim, estamos convictos que a Câmara Municipal e esta Assembleia Municipal não podem deixar de tomar todas as iniciativas para apurar o que aconteceu no Centro de Línguas. Essa será melhor forma de proteger o erário público e o próprio Centro de Línguas. O erário público: porque sabemos quem vai pagar esta dívida se o dinheiro não for recuperado: Todos os oliveirenses. Na verdade, é o que já está a acontecer. Pois, os montantes dos últimos apoios aprovados são superiores ao necessário para fazer face às despesas de funcionamento do Centro de Línguas. Proteger o Centro de Línguas – garantindo a sua viabilidade, o que só se consegue apurando todos os factos e responsabilizando os autores de eventuais usos indevidos de dinheiros pertencentes a esta entidade. Assim, considerando que a auditoria interna não conseguiu o apuramento de todos esses factos, impõem-se entregar essa tarefa a entidades externas especializadas para o efeito. “Assim, propomos: ao abrigo do disposto no artigo 25º, nº2, alínea b), g) e q) e ainda nos termos do disposto do artigo 3º alínea c) do Regimento desta Assembleia Municipal, que a Câmara Municipal solicite a uma entidade externa uma auditoria ao Centro de Línguas no sentido de: 1 – Apurar a razão da dívida existente, aquando da auditoria interna e responsáveis pela mesma, tendo em consideração o já apurado no processo-crime; 2 – Se pronuncie se foi dado provimento às recomendações feitas nas referidas auditoria interna para a regularização da situação administrativa e contabilística.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.=

=====
Naturalmente que o Período de Antes da Ordem do Dia tem esta particularidade e não nós vimos preparados para os assuntos que não estão na ordem e que nos são apresentados mas, eu queria dizer já o seguinte, também no plano do princípio: Senhor deputado Pedro Paiva, o senhor, ainda por cima, é jurista, é advogado está à vontade naquilo que diz. A Câmara Municipal, - o senhor disse e bem, fez uma auditoria, mandou fazer uma auditoria. Hoje reconhece que a Câmara Municipal fez uma auditoria. Mas já houve tempos que se pôs em causa a auditoria. Agora, há uma coisa que eu lhe posso dizer: Eu assumo as minhas responsabilidades todas, enquanto Presidente de Câmara. Como o senhor assumirá as suas, enquanto deputado municipal, não tenho a menor das dúvidas. Agora, eu não sou o Ministério Público. Portanto, repare: - acho que me está a acompanhar neste raciocínio? A auditoria que o senhor fala foi entregue ao Ministério Público que, durante não sei quanto tempo, fez investigação. Quando estamos a falar de Ministério Público, estamos a falar de Policia Judiciaria que andou à procura, que andou a ver tudo o tinha que ver. Portanto, depois de haver uma auditoria já houve esse trabalho, já houve um julgamento, já houve uma sentença. Eu não sou jurista. O senhor é que é advogado e sabe bem do que é que estamos a falar. Portanto, cada um tem que assumir as suas responsabilidades. Nós assumimos as nossas e demos tudo ao Ministério Público. Já agora dizer: Em reunião de Câmara isto já foi falada também; E nós estamos a aguardar o relatório do advogado (seu colega) que representou o Centro de Línguas neste processo, para perceber qual o caminho a seguir. Se o senhor fica mais tranquilo: - deixe-me dizer: O auditor externo que o senhor quer contratar vai apreciar o trabalho do Ministério Público? Qual é o âmbito da auditoria que o senhor quer? O auditor externo vai analisar a auditoria da Câmara? Está certificada. Mas, muito bem – dirá o senhor: é da Câmara. Mas eu acredito naquilo que a Câmara apurou. O auditor externo vai fazer a apreciação do trabalho do Ministério Público? O Centro de Línguas é uma entidade externa que é financiada pela Câmara Municipal, estrategicamente, porque tem a ver com tudo aquilo que lá se faz. Agora, eu gostava que o senhor me enquadrasse nisso: Porque você para lançar um concurso para uma auditoria externa tem que se dizer o que é que ele vai apreciar. Eu não sei se algum auditor ou se alguma empresa de auditoria quer analisar o trabalho do Ministério Público. Eu não sei. Repare: Eu não estava nada à espera que o senhor falasse nisso. Estou a dar-lhe a minha opinião agora, sem estar a ler. O senhor disse ao abrigo do artigo não sei quê. Eu nem tenho aqui a legislação; Eu acredito piamente naquilo que o senhor está a dizer. Certo? Somos todos pessoas sérias. E garanto-lhe que a minha preocupação é, no mínimo, igual à sua. Se o senhor achar que fica tranquilo com uma auditoria externa: Ouça - venha a auditoria externa. Aquilo que eu espero senhor deputado Pedro Paiva deixe-me dizer isto em jeito de desabafo: A auditoria externa é proposta por si, se nós entendemos que ela é feita, vai ser feita, e que depois o resultado da auditoria externa vai-lhe ser dado conhecimento e que o senhor diga: Pronto, acabou, “morreu” o assunto. Porque andamos sempre a falar. A seguir à auditoria externa se ela não disser o que o senhor quer, o que é que se vai dizer a seguir? Nós temos de uma vez por todas, definitivamente, acabar com isto. Já aqui hoje foi falado pela segunda vez no Centro de Línguas.

Eu proponho ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, - eu não sei se tem muita aderência mas agora vou eu também fazer uma proposta: “ Que a Mesa da Assembleia Municipal organize uma fichinha e aceite inscrições dos senhores deputados municipais que queiram conhecer como é que funciona o Centro de Línguas, para tirarem uma tarde, uma manhã, um dia, um fim-de-semana para irem ao Centro de Línguas ver o que é que lá se faz”. Porque eu acho que há pessoas que falam do Centro de Línguas e nunca lá foram e nem sabem o que é que lá se faz. Aquilo tem pessoas. Tem gestão. Tem professores. Tem alunos. O número de alunos está a aumentar; Por alguma coisa é. Se o serviço prestado fosse miserável não aumentava o número dos alunos. E também aumentaram as prestações; Os alunos hoje pagam mais do que o que pagavam o ano passado e do que o que pagavam há dois anos. Senhor deputado compreenda que quando se fala dessa maneira estamos a pôr tudo em causa. E eu acho que isso o senhor também não quer pôr, não é? Portanto: Se o senhor disser o âmbito da auditoria, só para eu estar tranquilo: - eu quero que a auditoria faça isto. Agora, eu não sei se, do ponto de vista legal, o auditor pode estar a apreciar o trabalho do Ministério Público. Isso eu não sei. Eu garanto que eu fiz o meu papel: Quando percebemos que alguma coisa não estava bem entregamos tudo ao Ministério Público - e dissemos: Investigue. Aliás, entregamos todo e entregamos em dois sítios. E depois deixamos a justiça funcionar. Basicamente, o que eu gostava que o senhor me explicasse é: Para que é que é a auditoria? Para esclarecer? Estamos todos de acordo. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Pedro Paiva, do PS. ==

===== Senhor Presidente fico plenamente satisfeito, quando concordamos ou acordamos em concordar, quando estamos todos em concordância. O princípio subjacente é, efetivamente, terminar com este capítulo que, e, estamos todos de acordo, nunca ninguém questionou efetivamente os serviços que o Centro de Línguas presta. Posso dizer que eu, acima de tudo, enquanto pessoalmente fui beneficiário. E, acima de tudo, perante cidadãos de outras autarquias congratulo e elogio sempre o trabalho que aqui foi feito pelo Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis. Agora, não podemos confundir o serviço prestado pelo Centro de línguas com a gestão do Centro de Línguas. É isso que está em causa: É saber para onde é foi esse dinheiro, que é o que todos nós queremos saber. Esta é a única questão. E mais, a questão que se coloca, não queremos deixar o pendor sobre a Câmara Municipal. Porque a Câmara Municipal disse e bem - como o Senhor Presidente defendeu e muito bem porque teve de defender a sua dama e disse: “Nós já fomos lá e fizemos os nossos estudos”. Agora, eu, enquanto membro, enquanto cidadão, digo assim: - Não me sinto esclarecido. Enquanto cidadão, enquanto munícipe, enquanto utilizador que fui do Centro de línguas, enquanto pagador de impostos, digo: - Não me sinto esclarecido. Entendo que se estão lá a ser aplicados os meus impostos, pretendo saber mais informação. Acho que essa é a base que o CDS partilha

também da nossa opinião. Queremos saber efetivamente como é que o Centro de Línguas está a ser financiado e concretamente como é que foi investido o dinheiro nestes últimos anos. E de facto pôr uma pedra sobre este capitulo. É este o princípio que nós queremos. É isto que nós defendemos com a auditoria externa. E mais, com a auditoria externa pretendemos, acima de tudo tirar a responsabilidade da Câmara Municipal e de uma vez por todas terminar com este ponto. Por outro lado, só para responder, isto é uma questão técnico-jurídica, ou seja: O Ministério Público, o Senhor Presidente da Câmara não deve ter conhecimento, mas o Ministério Público, quando analisa efetivamente as auditorias analisa do ponto de vista criminal. Correto? Não faz uma tutela de mérito à gestão. Porque as auditorias não é só para apurar responsabilidade criminal, é também para apurar efetivamente certos desvios ou certos problemas de gestão que não mereçam a tutela criminal. Correto? Algo que o Ministério Público não faz e o que nós queremos enquanto cidadão e volto a dizer novamente, enquanto cidadão, enquanto utilizador, enquanto pagador de impostos, saber efetivamente quais são esses desvios ou quais são esses erros de gestão e corrigi-los. É essa a finalidade da auditoria e para isso é que serve uma auditoria. Senhor Presidente, nesse sentido, acho que estamos todos de acordo. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.=====

===== Senhor Presidente, só dar um esclarecimento. E pegando na palavra do senhor deputado Pedro Paiva, que é: “ Nós queremos tirar esse peso de cima da Câmara”, - foi o que o senhor disse, não foi? Então, só para nós nos situarmos e nos entendermos, o que nós podemos hoje aqui aprovar é: Recomendar ao Centro de Línguas que faça uma auditoria externa. Eu vou-lhe dar um exemplo: Eu não quero falar em nenhuma Banda de Música que também são financiadas pela Câmara Municipal, Misericórdia, IPSS; E o senhor diz-me aqui: Ó Senhor Presidente, a Câmara financia, eu pago os meus impostos, eu quero saber o que é que se passou, etc..., etc.... Está a perceber? O que é importante aqui decidir é assim: Recomenda-se, quando se recomenda está-se a sugerir, ao Centro de Línguas, se for aprovado por todos tem outra força, que mande fazer uma auditoria externa à sua gestão. Falta saber desde quando até quando; mas isso é uma questão que acertamos; quais são os exercícios. Senhor deputado quero que o senhor esteja tranquilo, completamente à vontade, fazer auditoria ao que o senhor quiser. Já percebi que o senhor não quer que a auditoria vá fazer a análise do que o Ministério Público fez. Mas, a auditoria vai ter que se pronunciar sobre tudo, também sobre aquilo que aconteceu. Agora, não vai fazer de certeza absoluta nenhum juízo de valor sobre o que é que o Ministério público fez. Portanto, a recomendação tem que ser ao Centro de Línguas para fazer a auditoria. Nós não podemos mandar fazer uma auditoria ao Centro de Línguas, - nós Assembleia ou

Câmara podemos recomendar. E quando vem uma recomendação de uma Assembleia Municipal: Ouça, é para levar a sério não para fingir que ela aconteceu. Está-me a entender? =

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Pedro Paiva, do PS. ==

===== O Senhor Presidente, com devido respeito, mais do que eu, sabe perfeitamente como é que funciona o pagamento de subsídios ou contribuições a entidades que têm dívidas ao fisco e à segurança social, correto? E mais, nós sabemos que uma recomendação: Eu entendo que poderá cair em saco roto; Eu entendo que a Câmara Municipal no peso que tem sobre o Centro de Línguas não pode recomendar, tem que exigir e dizer: Temos de fazer aqui de facto uma auditoria. E exigir. Pode exigir enquanto associado e dizer: Se, não fazem uma auditoria cortamos as verbas. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =

===== Obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente, senhores deputados, que grande confusão. Acho que, até no seguimento da proposta anterior onde conseguimos chegar a um consenso, conseguiremos certamente chegar também aqui. Ponto prévio: Se a Câmara Municipal fez uma auditoria interna, poderá com certeza fazer uma auditoria externa. Estamos conversados relativamente a isso. Ponto dois: O Ministério Público prenuncia-se sobre desvios, não se prenuncia sobre gestão. Exemplo: Quando a Câmara Municipal teve de pedir um plano de saneamento financeiro porque tinha uma determinada dívida, o Ministério Público não se foi pronunciar sobre o assunto. Apurou-se a dívida, fez-se um plano de saneamento financeiro e vamos pagando o plano de saneamento financeiro. Ponto três: Se todos já percebemos que houve um desvio, uma perda, enfim, o que quiserem chamar, de um valor avultado superior a 600 mil euros. Reparem, que é três vezes o valor que propusemos para o orçamento participativo, dava para fazer 3 anos de orçamento participativo nos moldes em que o aprovamos. Durante algum tempo toda a Assembleia aguardou diligências exatamente porque havia um outro processo a correr. Esse processo apurou que, houve algum dinheiro, efetivamente, desviado por alguém. A justiça pronunciou-se, a justiça funcionará. Ainda assim, há um valor muito avultado superior a 500 mil euros que desapareceu. Se nós entendemos que um valor desta dimensão não é relevante; Se nós, Câmara Municipal, Assembleia Municipal, não sentimos responsabilidade para tentarmos perceber o que é que aconteceu: Bom, tudo bem; Naturalmente são opções. É isto que nós propomos numa auditoria. Não é a atividade do Centro de Línguas, não é às crianças que vão lá ter inglês, não é aos professores que abnegadamente exercem lá o seu trabalho, não é aos pais que vão levar os filhos, não é a estas pessoas que nós propomos uma auditoria. O que se propõe é: Meus amigos há aqui um valor, elevado, que

desapareceu. Simplesmente desapareceu. Eu volto a dizer: - É três vezes o valor que propusemos para um orçamento municipal participativo. Acho que, naturalmente, todos nós temos interesse em perceber o que é que aconteceu: Se há pessoas a responsabilizar, responsabilizam-se as pessoas; Se não há, não se responsabilizam; Se a auditoria concluir que não houve má gestão, ou que o dinheiro foi para pagar isto ou para pagar aquilo. Pronto: renunciar-nos-emos pela auditoria e o assunto fica arrumado. O que não podemos é, enquanto representantes eleitos, achar que é normal ou que um assunto destes não nos merece naturalmente todo o esclarecimento. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Carlos Costa Gomes, do PSD. =

===== Senhor Presidente para dizer que, no sentido desta proposta, o PSD considera importante que haja clarificação sobre este assunto. E dizer que estamos no alinhamento naquilo que o Senhor Presidente da Câmara acabou de propor e na análise que acaba de fazer. A bancada do PSD não se opõe, com certeza, a que no alinhamento e com aquilo que o Senhor Presidente da Câmara se propõe realizar para que essa auditoria, eventualmente, possa ser feita a bancada subescreve naquilo que por princípio for a que decidir. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal usou da palavra para dizer o seguinte: =====

===== Acho que se esteve aqui a gastar tempo. Acho que estava tudo a correr muito bem. Vamos ser breves. Acho que coletivamente podíamos poupar muito tempo em coisas que julgo que são redundantes. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Senhor Presidente, eu prometo ser breve mas é preciso dar aqui alguns esclarecimentos, ainda estamos na segunda fase do período de antes da ordem do dia e há aqui coisas que ainda estão por esclarecer que é seguinte: O que o senhor deputado Pedro Paiva propôs foi uma auditoria ao Centro de Línguas. Certo? Foi isso que foi proposto. O senhor deputado Bruno Aragão na sua intervenção quase que já fez a auditoria; porque falta isto, falta aquilo; foi feito isto, foi eito aquilo, etc..., etc.... Senhor deputado Bruno Aragão ouça-me com atenção, se faz favor: Quando eu cheguei à Câmara Municipal, quando ganhei as eleições; - Olhe podia estar hoje aqui a Dr^a Helena Terra. Sabe porquê? Porque o Presidente da Câmara, não tinha direito a escolher, era presidente do Centro de línguas (ponto final, paragrafo). Nem era eleito, estava nos estatutos: O Presidente da Câmara era o Presidente do Centro de Línguas.

Hoje, não é assim. Portanto, as coisas evoluíram e vão continuar a evoluir. Até porque, a forma de colaboração da Câmara Municipal com outras entidades, por via legislativa, têm vindo a alterar-se. Portanto, não podemos dizer porque é que na altura foi feito assim e porque é que agora não é, se a Câmara já fez? As coisas mudaram. Eu acho que nós estamos todos de acordo, mas é que estamos mesmo todos de acordo, que, se houver conforto da Assembleia Municipal para que o Centro faça uma Auditoria. É o Centro de Línguas. Senhores deputados: A Câmara Municipal não pode fazer nenhuma auditoria ao Centro de Línguas, nem mandar fazer nenhuma auditoria; Vamos lá a ver se nos entendemos; O Centro de Línguas é que tem de mandar fazer uma auditoria. Estamos completamente de acordo se a Assembleia Municipal recomendar. Se os senhores disserem: - Ó meus caros - estejam à vontade, se os senhores disserem: Não; É Câmara que tem que mandar fazer. Eu mando fazer e depois, - eu estou à espera -, juridicamente vamos ter que discutir aqui a questão, vamos dizer assim: Mas, ouça lá, o que é o que senhor tem a ver com isto? Vai fazer uma auditoria a onde? Uma coisa era há dez anos, há vinte anos quando aquilo foi fundado. Hoje, a realidade, é diferente. Está a perceber? Eu acho que nós estamos aqui, não chover no molhado; Todos nós queremos atingir o mesmo objetivo que é fazer a auditoria. Os senhores querem meter a Câmara na auditoria. Se legalmente for possível, eu também não tenho nenhum problema. Eu quero é fazer uma auditoria que é para o senhor deputado Pedro Paiva e toda a sua bancada e toda a população ficar tranquila. Dê o que der. Quando a gente manda fazer uma auditoria, sabe como ela começa, nunca sabe como acaba. Certo? Portanto, esteja completamente à vontade, esse é que é o princípio. Agora, se é a Câmara que vai fazer; Ouça, há coisas, eu só estou a chamar à atenção para ver se elas são possíveis. Eu não vou estar aqui a dizer se é possível e depois não ser. E depois tenho que vir aqui dizer: Olhe não foi assim porque a lei não permitia. Certo? É só para que fique claro. Se os senhores insistem nessa situação; Muito bem; A gente fará o que a Assembleia Municipal disser, dentro da legalidade como é evidente. Como é evidente. Para que não subsista nenhuma dúvida, a Assembleia Municipal é soberana. Só para vocês perceberem: Eu estou farto de ouvir que a Câmara Municipal não se pode meter nisso, certo? Estou farto de ouvir, hoje, desde que vocês começara a falar nisso. Mas há uma coisa que eu não quero que subsista em nenhum segundo, e´ que ninguém está aqui a encobrir nada nem ninguém. Daqui a bocado quem exige a auditoria sou eu. Mas quero que ela seja feita pelo Centro de Línguas. Porque é Centro de Línguas que a tem que fazer. Porque a Câmara Municipal se calhar não tem autoridade para mandar a fazer. É o que eu estou a tentar dizer. Se percebem: percebem. Se não percebem: eu também já não consigo explicar mais, peço desculpa.=====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =

===== Obrigado Senhor Presidente. Exatamente para não nos alongarmos com coisas redondas. Coisas redondas são 600 mil euros. Senhor Presidente, obrigado pelas suas

explicações, acalme-se, a auditoria não é sobre si nem é sobre o seu executivo. Volto a dizer: Todos concordamos que há aqui um valor que, sumiu-se, desapareceu, ninguém sabe o que é que aconteceu. É só sobre esse valor que estamos a pedir esta auditoria. Como o Senhor Presidente disse - também está de acordo porque, naturalmente, também tem as mesmas preocupações. O CDS tinha colocado, também, a mesma preocupação, no início desta Assembleia. O senhor deputado veio dizer que estava de acordo com o Senhor Presidente e portanto também com preocupação sobre o que é que aconteceu. Ou seja: estamos todos a dizer a mesma coisa, mais uma vez; Há aqui um determinado assunto que uma auditoria pode esclarecer o que é que aconteceu. É um valor que todos consideramos muito considerável para qualquer estrutura mas, ainda mais para nós e com a necessidade que temos em aproveitar todos os recursos. E, portanto, penso que podemos também estar todos de acordo nesta matéria e então fazê-lo seguir. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Pinto Moreira, do CDS/PP. ===

===== Muito obrigado. Eu queria fazer aqui um esclarecimento para que fique muito claro: Nós, CDS, o que falamos o ano passado e hoje, foi relativamente ao ponto dez da ordem de trabalhos da assembleia de 27 de fevereiro de 2014, foi sobre a atribuição de um subsídio da Câmara Municipal para o funcionamento regular do Centro de Línguas. Que nós não somos contra. Nunca fomos contra a atribuição de subsídio ao Centro de Línguas. Pretendemos é que isso tenha um enquadramento jurídico que a gente perceba. E foi isso que o Senhor Presidente até hoje ainda não conseguiu demonstrar. É o que está em causa. Não somos contra a atribuição. Agora, queremos é saber qual o enquadramento legal. Relativamente aos assuntos, às notícias e tudo isso que tem acontecido à volta do Centro de Línguas; Nós sempre o temos entendido como seguindo o seu processamento normal e natural. Portanto, hoje, estamos aqui a ser surpreendidos, se calhar com razão de quem o apresentou, que afinal há questões que ainda não estão devidamente escalpelizadas. Estamos de acordo. Mas isso não é o nosso ponto. Agora, se não está? Então, terá que se fazer. Agora aqui uma questão: Por um lado, há uma proposta à Mesa e, é essa que vai ter que ser votada, provavelmente, em que essa proposta é para que a Câmara faça uma auditoria ao Centro de Línguas. O Senhor Presidente, por outro lado: Não, não, não; Nós devemos sugerir ao Centro de Línguas para que seja o Centro de Línguas a fazer. Nós, concretamente eu não tenho conhecimento e domínio para poder votar, para poder decidir. Não tenho conhecimento, neste momento. Se tiver que o fazer, nós vamos, obviamente, votar pela abstenção. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado José Campos, do PSD. =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. Só para fazer aqui um esclarecimento. Efetivamente, se for para votar que seja a Câmara Municipal a fazer ou a mandar fazer a auditoria externa, nós votaremos contra. Agora, seguindo as palavras do Senhor Presidente, se o texto for alterado para recomendação ao Centro de Línguas para fazer à sua gestão uma auditoria externa, aí votaremos favoravelmente.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Pedro Paiva, do PS.* ==

===== *Eu acho que, se calhar, não me fiz entender e acho que tenho que me fazer entender, ou seja: deixem-me fazer compreender uma coisa. A Câmara Municipal não pode chegar ao Centro de Línguas e dizer - Vamos fazer uma auditoria externa. Não pode. Não pode. E isso sempre disse inicialmente. Mas, a Câmara Municipal, pode dizer assim: Eu como maior, acima de tudo, patrocinador exijo que façam uma auditoria externa. Sob pena das consequências que depois daí decorram. Agora, se lhe quiserem chamar recomendação, se lhe quiserem chamar auditoria, isso é uma questão de semântica. A ideia que tem que ficar assente é que, de facto, o Município tem que fazer pressão ao Centro de Línguas para fazer uma auditoria externa. Por isso toda a alteração da semântica, para mim, aceito qualquer alteração da semântica, não há problema nenhum.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado José Campos, do PSD.* =

===== *Por um lado, ainda bem que o proponente da proposta veio de encontro aquilo que também é a opinião do Senhor Presidente, ou seja, que a Câmara Municipal não pode exigir uma auditoria. Já agora era importe porque o senhor deputado Pedro Paiva falou do serviço de excelência que o Centro de Línguas faz. Já agora, quais é que seriam as consequências da chantagem que o executivo camarário deveria fazer, no caso do Centro de Línguas dizer, simplesmente, não, não queremos fazer uma auditoria externa? Porque, se calhar, aí o serviço ficaria em causa? Pergunto eu: as consequências seria o corte de subsídio? Obrigado.* =====

===== *Seguidamente, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal solicitou ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS) para que reformulasse o texto da proposta apresentada a qual ficou a ter a seguinte redação: “Propomos que a Câmara Municipal recomende ao Centro de Línguas que a mesma proceda a uma auditoria através de entidades externas.”* =====

===== *Colocada à votação a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foi deliberado por unanimidade que a Câmara Municipal recomende ao Centro de*

Línguas para que efetue uma auditoria externa, no sentido de: 1- Apurar a razão da dívida existente aquando da auditoria interna e responsáveis pela mesma, tendo em consideração o já apurado no processo-crime; 2- Se pronuncie se foi dado provimento às recomendações feitas na referida auditoria interna para regularização da situação administrativa e contabilística. =====

===== Retomado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado José Campos, do PSD. =====

===== Muito boa tarde a todos. Foi com enorme satisfação e orgulho que ficamos a conhecer a decisão do tribunal relativamente ao julgamento do senhor Ápio Assunção, ex-presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, que foi julgado, pela prática dos crimes de participação económica em negócio em concurso aparente com o crime de abuso de poder. Em causa, esteve a apreciação do negócio de aquisição, pela Câmara Municipal, da Quinta da Cachana, para implantação do Troço III. Para além da absolvição dos crimes, isto é: não se ter provado a prática de qualquer crime, o que mais há a destacar é a confirmação pela Meritíssima Juíza que fez questão de frisar ao longo da fundamentação da sentença que a aquisição do dito prédio foi feita por preço dentro dos valores de mercado, não causou qualquer prejuízo para o Município e que foi devidamente fiscalizada, quer pelos órgãos municipais (Câmara Municipal e Assembleia Municipal), quer pelo Tribunal de Contas que emitiu o respetivo visto. Concluiu a Meritíssima Juíza que provou-se não haver lesão de quaisquer interesses patrimoniais confiados ao então arguido, enquanto autarca presidente de câmara. Este julgamento surgiu por denúncia apresentada pela então Comissão Política do PS de Oliveira de Azeméis justificada, como tem sido hábito, no pressuposto que o então presidente da Câmara Municipal, Ápio Assunção, teria feito um negócio ruinoso para os cofres do município e para os oliveirenses. Pois bem, o tempo e a justiça vieram mais uma vez dar razão ao senhor Ápio Assunção, mas também ao que sempre defendeu o PSD e os seus representantes na Câmara e na Assembleia Municipal. E também por isso, não podíamos deixar de registar a importância desta decisão para os membros da Assembleia Municipal, em especial do PSD. Quando defendemos uma posição temos perfeita consciência da nossa responsabilidade, mesmo que for vezes não seja a eleitoralmente mais fácil. Mas é a posição, decerto, mais responsável. Apesar da denúncia e da oportunidade que todos os queixosos tiveram em Tribunal de defender as razões das suas queixas e das suas amarguras o Tribunal eu razão a quem, tranquilamente, responsabilmente, sem grandes alaridos públicos geriu, em nome e sob a bandeira do PSD, os destinos de Oliveira de azeméis deixando um importante legado a todos nós. Um bem-haja, senhor Ápio Assunção. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Nuno de Jesus, do PS. =====

===== Boa noite a todos. Um cumprimento a todos na pessoa do Senhor Presidente de Assembleia em exercício. Eu vou dividir a minha intervenção em duas partes. A primeira parte tem a ver com aquilo que nós entendemos que deve ser consequência daquilo que é dito aqui, nomeadamente pelo Senhor Presidente da Câmara que é líder do executivo. Eu não me vou alongar muito, vou apenas me cingir a duas intervenções minhas ao longo deste mandato. Senhor Presidente da Câmara, na Assembleia Municipal do dia 30 de setembro, do ano passado, 2014, essa intervenção minha foi suportada com imagens (fotografias), confrontei o Senhor Presidente com duas situações, com duas problemáticas: Uma delas era a situação dos polidesportivos: – Questionei o Senhor Presidente acerca do estado de alguns deles; Fiz alguma história relativamente a alguns deles; E deixei (deixamos) a recomendação que deveriam ser direcionados investimentos nessas infraestruturas. Nessa altura, como resposta, o Senhor Presidente agradeceu a forma como foi colocada a situação, sugeriu que era importante uma reflexão conjunta, mas a determinada altura da sua intervenção disse o seguinte e passo a citar: “Aliás, o senhor vereador Pedro Marques fez um levantamento exaustivo de todos os polidesportivos e nós temos esse levantamento na Câmara Municipal.” Pergunto - e isto porque a situação de aí até agora não se alterou: O que é que foi feito? Se esse levantamento existe? Quias foram as conclusões desse levantamento? E, para que haja consequências desta situação, o que é que nós tem a dizer, um ano e algumas semanas depois, sobre isso? Nessa mesma intervenção, referi-me a sinalização horizontal e também sinalização vertical. Eu reconheço, e aqui devo dizer que aqui houve evolução e reconheço isso à Câmara que tem vindo a fazer um trabalho de reposição de passadeira e de marcações no pavimento e, também acho que o devo fazer, reconhecer que esse trabalho está a ser feito se calhar não com a celeridade desejável, mas reconheço que está a ser feito. Neste ponto referia-me essencialmente aquelas fotos que eu trouxe na altura, creio que a assembleia se vai recordar, e tem a ver com aqueles sinais muito antigos, nomeadamente na Estrada Nacional 1 (N1) em ambas as entradas da cidade. E, nessa altura, o Senhor Presidente respondeu-me que, passo a citar: “Já está o trabalho feito pelo menos não precisamos de os tirar outra vez (- afirmo: que se referia às fotografias). E está a ser feito pela divisão de trânsito não só o levantamento mas o encontrar de soluções.” - Fim de citação. Senhor Presidente um ano e algumas semanas depois disso, o que é que foi feito? Porque os sinais continuam lá e continuam a não ser um bom cartaz de visita nas entradas da nossa cidade. Depois, Senhor Presidente, na Assembleia de 28 de novembro 2014, - eu trouxe a esta Assembleia uma situação que tem a ver com a concessão das redes de água e saneamento e, muito rapidamente, para que todos façam um bocadinho de memória, - eu li aqui um email de um munícipe que o munícipe recebeu da Indaqua a negar-lhe a ligação de cerca de 45 metros de rede em que esse email dizia textualmente “... que não está prevista execução de ampliação de rede pública de abastecimento de água e drenagem de águas residuais.”; Isto no que tem em conta o plano de investimentos. Porque o mesmo indicou que tinha enviado esta mesma comunicação à Câmara; Questionei o Senhor Presidente, quando é que vai responder ao munícipe? Nessa altura, o Senhor Presidente manifestou alguma estranheza com a tal resposta

da Indaqua. Nessa altura, nesse dia, uma quinta-feira ou sexta-feira, – não sei precisar, o senhor disse: “... na segunda-feira seguinte o senhor vice-presidente tem uma reunião com o dr. Eduardo Marques da Indaqua ...”, mais à frente disse e cito: “... nós não concordamos com aquela resposta.” Já nessa altura o senhor disse, relativamente às redes, que os projetos estão agora a ser feitos; E respondeu-me, passo novamente a citar: “... se o Nuno de Jesus conhecer o munícipe dizer-lhe que ele vai ter resposta relativamente à carta que enviou à Câmara Municipal.” Senhor Presidente, até hoje, o munícipe não recebeu resposta. E tenho informação por parte do mesmo que todos os meses a reenviou por email para a Câmara Municipal. Aproveitando a questão das redes de água e saneamento e isto porque, para que haja consequências daquilo que é questionado aqui, na última Assembleia Municipal Senhor Presidente questionei-o acerca dos projetos já elaborados pela Indaqua para a ampliação das redes de água e saneamento, os investimentos. O Senhor disse-me: “... na próxima Assembleia levar-lhe-ei informação acerca disso.” Aguardo. Fim desta primeira parte. A segunda parte é muito rápida, Senhor Presidente, tem a ver com a rede viária do nosso município que, de uma forma geral, não está muito boa. Nós gostávamos de saber: O que é que a Câmara pensa, relativamente à rede viária? Se tem algum plano a curto, médio, longo prazo, relativamente à intervenção na rede viária? E apenas dou-lhe de memória três vias estruturantes, três vias de grande tráfego e de grande importância estruturantes do nosso concelho que estão a entrar numa fase de grande degradação: Estrada que liga Oliveira de Azeméis a Adães; As duas vias das Zonas Industrias de Pindelo e Nogueira do Cravo; A via que liga Cesar passando por Fajões (parte de Fajões) até Carregosa, portanto desde o Largo da Gândara até ao centro da Freguesia de Carregosa. São vias demasiado importantes no nosso município que estão a entrar em fase de enorme degradação. E volto a questionar o Senhor Presidente o que é que tem pensado não só para estas situações, mas no conjunto de todo o concelho, o que é que nos tem a dizer relativamente ao planeamento de curto, médio ou longo prazo? Tenho dito. Muito obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O segundo ciclo de questões foi iniciado pelo senhor deputado Bruno Aragão, já há mais de uma hora, que se referia ao civismo e urbanidade com que decorreu o último ato eleitoral. Logicamente que, acho que todos nos associamos à eleição da senhora deputada Helga Correia que, ainda por cima é Secretária da Assembleia Municipal, por essas razões não pode estar aqui hoje porque há plenário. Já agora dizer que tive a secreta esperança que hoje ainda podia dar os parabéns à senhora deputada Inês Lamego, que está à porta, ou seja há dois deputados do Partido Socialista eleitos por Aveiro que foram chamados ao Governo: senhor deputado Pedro Nuno Santos e o senhor deputado Fernando Rocha Andrade. E seguramente

que, é com agrado que se a senhora candidata Inês Lamego, que por vezes também vai à reunião de Câmara enquanto vereadora, pudesse assumir funções na Assembleia da República porque quanto mais representantes de Oliveira de Azeméis tivermos no hemiciclo melhor, estando ela à porta pode a qualquer momento haver a chamada de alguém para outras funções. E é verdade, também, senhor deputado Bruno Aragão, pegando nas suas palavras, que as eleições correram bem, demos uma prova de civismo. A coligação Portugal à Frente venceu inequivocamente as eleições em Oliveira de Azeméis, em todas as freguesias. O dr. Pedro Passos Coelho foi Primeiro-ministro, formou Governo durante 29 dias, e, aconteceu a particular singularidade que foi a tomada de posse de um novo Governo, hoje, legítimo naturalmente, o qual aproveitou publicamente para saudar e desejar um excelente mandato. Que não vai ser um mandato fácil já todos percebemos, tendo em conta as contingências do país e os compromissos internacionais que temos que cumprir. Mas, naturalmente, que a democracia funcionou. É verdade que há muitas pessoas que ficaram surpreendidas com o que aconteceu mas, é a constituição, é o funcionamento da democracia. Eu sou democrata, respeito e sei adaptar-me às circunstâncias. E como disse, desejo, naturalmente, e não tenho dúvidas que, aquilo que desejamos, a partir de hoje que há um novo governo, é que o Governo governe bem e que Oliveira de Azeméis continue a ser bem tratada, - não tenho dúvidas que vai continuar a ser. E, a postura do Presidente da Câmara será igual aquela que tinha com o governo anterior e será igual a que vai ter com o próximo Governo, e disso que não subsista nenhuma dúvida relativamente a essa matéria. Eu tinha aqui nas minhas notas e eu não vou reabrir a discussão do orçamento participativo, mas só para dar um exemplo: foi nesta sala, ainda na semana passada numa iniciativa do GISday, (que é o sistema de cartografia e de informática que ajuda os nossos serviços), teve uma ampla participação, no âmbito do assinalar do GISday havia uma iniciativa que se chamava –“Nós propomos”; E foram duas turmas da Escola Soares de Basto que participaram, aliás isso está publicado na Câmara Municipal e foi-me entregue em mão, aqui nesta sala, com propostas dessa turma de jovens, não tinham projetos de execução mas tinham desenhos, eu lembro-me porque era uma proposta bastante ousada, - Uma Ciclovia de Loureiro a Oliveira de Azeméis -, e tinha um desenho, um boneco de Loureiro a Oliveira de Azeméis. Era uma proposta dos jovens. Havia outras ciclovias. Havia os Paços do Concelho. Coisa interessantes. Portanto, um modelo mais caseiro, menos sofisticado de orçamento participativo mas sem nenhuma obrigatoriedade de assimilar. Senhor deputado, não sei já viu alguma vez, é muito semelhante aos “políticos de palmo e meio” que é uma iniciativa que nós temos Oliveira de Azeméis de promoção da cidadania que envolve as Escolas do Concelho e também os senhores presidentes de Junta participam com frequência. É muito interessante ver aquelas crianças, muitas delas ajudadas pelos professores e algumas até pelos presidente de Junta a fazerem aquelas propostas. Logicamente sem nenhum carater vinculativo, mas não deixam de marcar e de ser motivo de reflexão da nossa parte. Portanto, queria dar essa nota, também, ao senhor deputado Bruno Aragão que o acompanho na forma como decorreram as questões relativamente às últimas eleições legislativas. Quanto à intervenção do senhor

deputado José Campos: Estou naturalmente feliz com a sentença e só me apraz dizer uma frase que é: “na política não vale tudo”. A justiça funcionou. Quanto ao senhor deputado Nuno de Jesus: Senhor deputado Nuno de Jesus, o levantamento que eu referi dos polidesportivos foi feito pela engenheira Clara Marques e tem, - como lhe disse, polidesportivo a polidesportivo, soluções, ameaças, oportunidades. Porque, o senhor deputado Nuno de Jesus acompanha-me, às vezes as localizações não são boas para toda a vida e há alguns polidesportivos que a sua localização neste momento não é a melhor e a gente não pode pegar neles meter umas rodinhas e muda-los de sítio. Eu quero-lhe dizer o seguinte sobre os polidesportivos: Neste momento, a Câmara Municipal equaciona intervenção de requalificação em três polidesportivos: Travanca (foi conversado com o presidente de junta – Armindo Nunes,); Carregosa – Teamonde (numa associação de Teamonde), é também um lugar que tem uma associação muito ativa e tem um polidesportivo e que merece e que precisa também dessa requalificação; S. Martinho da Gândara – um espaço polidesportivo que tem junto ao campo principal. A intenção de requalificação da Câmara Municipal passa por colocação de relva sintética nestes polidesportivos tornando-os naturalmente mais apetecíveis e que possam ter uma dinâmica diferente. Nós não podemos fazer isto a todos; O senhor deputado percebe isto, seguramente? Depois temos que conjugar com investimentos que estamos a pensar fazer também em conjunto com as juntas de freguesia e com as associações, de campos de futebol de onze. Temos um plano mas ainda não é hoje o dia ideal para o fazer, estamos a discutir o orçamento, se calhar na próxima Assembleia Municipal, até tome note para me lembra disso, se calhar já podemos falar sobre isso. Porque, nós temos hoje um Regulamento, o Regulamento que a Câmara Municipal tem hoje é de pagamento de 50% da associação ou junta de freguesia: Eu acho que esse regulamento precisa de ser alterado, precisa de ser adaptado às realidades, para ver se nós podemos construir mais campos de relva sintética estratégicos e que sirvam de atração aos nossos jovens, às nossas crianças e também a crianças e jovens de outros concelhos. Porque sabemos que há crianças do nosso concelho a fugir para outros locais e nós não desejamos isso mas percebemos que tendo em conta a oferta. Quanto à sinalização: Loureiro- na zona em frente à escola de Loureiro, aquela estrada que estava num estado miserável hoje tem um tapete fantástico e precisa agora de ser pintadinha; da Rotunda da Igreja Travanca até à Rotunda do Intermarché, o senhor deputado Nuno de Jesus passa lá todos os dias. Quer do Café – vou ver se o seu pedido é aceite – como é que se chama esse café? S. Martinho. Porque há uma passadeira mais a frente: Senhor dr. Ricardo Tavares tome nota. O que tínhamos combinado era da Rotunda da Igreja (aliás o senhor Armindo já sabia disto) até à Rotunda do Intermarché, porque há ali zonas que nem se vê à noite. As pessoas falavam aqui da Via do Nordeste, aquela rua também é igual á noite não se vê. E portanto isto insere-se na questão da N° 1 que o senhor deputado Nuno de Jesus falou. Logicamente, dar-lhe ali uma outra imagem que posteriormente passa para a questão dos sinais. Investimento de água e saneamento: Concursos lançados – o senhor falou em projetos a executar, - eu já lhe estou a falar em concursos que já foram lançados: ETAR – Sul; Emissário do Cercal, portanto tudo o que tem a ver com a zona de S.

Roque, Nogueira do Cravo, Cesar, Macieira de Sarnes, de toda aquela zona que liga à ETAR do Salgueiro; E uma questão ed água muito complicada no Pinheiro da Bemposta que, este ano, teve muitos dias com pouca água, para não dizer sem água. E portanto vai haver uma ligação a pegar num ponto de água em Loureiro e faze-lo chegar ao Pinheiro da Bemposta que teve, e o senhor Armindo poderá confirmar, este verão, esta zona muito tempo sem água. Estamos a falar de, grosso modo, 4 milhões de euros de concursos lançados. Portanto, já não é projetos, é concursos. Agora, é só a fase de adjudicar e entrar em obra. Quanto á rede viária que o senhor falou, Cesar/ Fajões/ Carregosa, essa estrada vai ser uma empreitada que está acordada com os três presidentes de Junta. Vai começar, em princípio, Carregosa ou Cesar e é para começar e acabar não é para ficar a meio. Portanto, aquilo passa por Fajões também, há ali um cruzamento que, se o senhor presidente da Junta de Fajões conseguir convencer os proprietários, (eu sei que ele consegue, só não consegue o que não quer), a ceder o terreno nós fazemos uma rotunda ali naquele cruzamento que dá para Fajões, portanto no início do próximo ano vai ser repavimentada toda esta estrada. Oliveira d Azeméis / Loureiro: É verdade que a zona que está pior é da Ponte Cavalari para cima: Mais movimento; mais industria, mais camiões e, portanto, a estrada está a precisar de uma intervenção que eu gostava de poder fazer antes das chuvas fortes. Para está, estou-lhe a dizer, já foi pedido orçamentação mas ainda não está o processo de empreitada pronto a lançar. O que já foi lançado é em Pindelo/ Nogueira do Cravo. Portanto, o senhor presidente da Junta de Nogueira do Cravo queria uma requalificação desde o cruzamento de Pindelo – passando pela zona industrial de Pindelo indo ter à zona industrial de Nogueira do Cravo. Aquilo que eu combinei com o senhor presidente da Junta, ele não ficou completamente satisfeito, ficou meio satisfeito: Primeira intervenção já possivelmente já durante a próxima semana – Nogueira do Cravo em frente à Gestamp, aquela rua está bastante degradada, na Rua da Industria. O senhor Presidente da Junta, queria que se fizesse depois tudo até Pindelo. Não temos hipótese de fazer agora isso tudo até Pindelo. Portanto, vamos fazer agora esta intervenção na Rua da Industria, - como disse: a empreitada já foi entregue; estamos a fazer uma intervenção em frente à escola de Ouriçosa, onde vai ser o Rancho das Pandeirinhas de UL; era para ser feita hoje, não sei se foi feita? E, temos também já contratualizada uma reposição de pavimento em vias muito, muito, degradadas, pequenas ruas em Santiago de Riba-Ul junto à farmácia - Lugar da Pereira. São ruas onde foi feita intervenção rede de águas e onde as valas foram sendo repostas mais ou menos e que nunca se fez nada e, está também já adjudicada, vai ser feita essa intervenção. Do ponto de vista da rede viária, senhor deputado Nuno de Jesus, estamos a falar daquilo que é para fazer já. Depois, há outros planos que estamos a desenvolver com os senhores presidentes de junta na hierarquização de prioridades. Temos o compromisso com o senhor presidente de junta da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta/ Travanca/ Palmaz que é na estrada que vai até Vilarinho de S. Luís. É uma estrada que tem pouca gente mas tem muitos quilómetros e que precisa de ser requalificada porque há muitos anos que não tem uma requalificação como deve ser. Tapa-se buracos. Dizer, já agora, aproveitando a questão do senhor deputado Nuno de

Jesus, a questão da nossa metodologia de tapar os buracos: Eu tenho que fazer aqui um elogio aos presidentes de junta porque, eles têm sido impecáveis, nessa matéria. Como sabem, o compromisso que nós temos com eles é a disponibilidade da massa asfáltica, um plafond para levantar e utilizar; Aqueles que têm meios próprios utilizam os meios próprios, aqueles que não têm tem que se equacionar as equipas operativas da Câmara para fazer essa reposição. Mas, hoje, não há dúvida nenhuma que, podemos dizer que há muito menos buracos do que os que haviam no passado. E, aí, o mérito não é da Câmara, o mérito é da junta de freguesia porque têm esta metodologia que nós definimos e que estamos a pensar para o futuro acrescentar aqui mais materiais ao asfalto para não ser só asfalto. Aí tem que ser em conformidade com a legislação para não estarmos aqui a correr riscos. Senhor Presidente peço desculpa, acho que não ficou nada por responder, mas se calhar alonguei-me. =====

===== Pelo Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== “Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, temos aqui voto de repúdio e condenação, um voto de pesar apresentado pelo PS, um voto de pesar apresentado pelo PSD, e também um voto de pesar apresentado pela Junta de Freguesia de Fajões.” =====

===== Para fazer a apresentação dos votos, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à professora Helena Lestre: “No passado 13 de novembro de 2015, o mundo assistiu estupefacto a mais um ataque terrorista que assolou a capital de França – Paris. Para além da chacina e evasão no passado recente à sede do jornal Charlie Hebdo, este foi o mais grave e violento ataque terrorista em França nos últimos 50 anos. Um terror cobarde e absurdo ataque contra a vida, contra a liberdade, contra a paz e contra a sociedade ocidental. Move-nos um sentimento de revolta e ao mesmo tempo de impotência perante um inimigo sem rosto que ataca deliberadamente pessoas de bem e indefesas e atravessa-nos um mar de indignação perante tão grande barbárie. A violência sem precedentes, ancorado no terrorismo investiu mais uma vez contra o coração da Europa. As centenas de pessoas francesas e europeus que morreram neste cobarde e ignóbil ataque não podem ser esquecidas. O terror e o terrorismo não podem vencer os valores universais. O terror e o terrorismo não podem nunca serem compreendidos como forma de luta, porque não há razão para a morte inocente de vítimas de terrorismo. Como também pelo terrorismo não há morte para a razão. A razão é a matriz dos valores universais, dos direitos, das garantias e da liberdade de toda a pessoa humana. Assim, neste sentido, considerando a importância deste acontecimento á escala mundial, mas também local, propõe-se que a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis se associe a todos quantos se têm manifestado contra o terrorismo fazendo aprovar um voto de repúdio e condenação ed tão violentos atos. Paris, é agora a nossa casa, é lugar onde moramos e onde temos de encontrar a

verdade para lutar contra a razão pela dignidade pela liberdade e pela democracia. Neste contexto impõe-se também à Assembleia Municipal enquanto órgão de soberania local a manifestação de pesar à família das vítimas e de todas as formas de solidariedade ao Estado e ao povo Francês, porque a cultura da guerra e da violência não podem vencer a cultura da paz entre os povos e entre todas as nações. Considerando o exposto, propõe-se: Um voto de repúdio e condenação pelos ataques terroristas ocorridos em Paris; Um voto de pesar às famílias das vítimas.” =====

===== *O PSD associa-se ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro - Rui Luzes no voto de pesar pelo falecimento do senhor Joaquim Tavares Girante e manifesta à sua família as mais sentidas condolências.* =====

===== *A Junta de Freguesia de Fajões vem apresentar à Mesa da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis o seguinte voto de pesar: “No passado dia 23 de novembro faleceu na nossa freguesia o senhor João Correia. Pessoa pacata, dinâmica com a idade de 93 anos. O senhor João Correia exerceu o cargo de presidente da Junta de Freguesia de Fajões no mandato de 1974 a 1977 com dedicação, zelo e interesse pelo exercício público. Foi presidente da comissão instaladora do Centro Social de Fajões, hoje renomeado Centro Social Dr.ª Leonilda Aurora Silva Matos, até 1983 nunca deixando de ser seu associado. Foi associado de várias associações e instituições da freguesia, sempre mostrou interesse no desenvolvimento da sua terra. Proponho. A esta Assembleia, que se guarde um minuto de silêncio e aprove este voto de pesar em sua memória e seja comunicado esta deliberação à sua família.”* =====

===== *Colocados à votação os votos de pesar apresentados, foram os mesmos aprovados por unanimidade.* =====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal foi dito:* =====

===== *Para finalizar o período de Antes da Ordem do Dia, eu vou dizer os tempos gastos por cada uma das bancadas: O PS gastou 28 minutos e 20 segundos; O PSD gastou 12 minutos; O CDS/PP gastou 10 minutos e 40 segundos.* =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão:* =====

===== **Ponto um:** *Votação das atas n.ºs 16, 17, 18 e 19;* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Colocada à votação, a ata n.º 16 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 29.06.2015 foi aprovada por maioria com uma abstenção.* =====

===== *Colocada à votação, a ata n.º 17 da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 14.08.2015 foi aprovada por maioria com uma abstenção.* =====

===== *Colocada à votação, a ata n.º 18 da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 07.09.2015 foi aprovada por maioria com uma abstenção.* =====

===== *Colocada à votação, a ata n.º 19 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 28.09.2015 foi aprovada por maioria com uma abstenção.* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente, muito obrigado. Como é habitual nas Assembleias, depois de distribuída a informação, se alguém quiser colocar alguma questão que tenhamos a possibilidade de responder; Estejam completamente á vontade.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *A Assembleia tomou conhecimento da referida informação.* =====

===== **Ponto três:** *Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 30 de junho de 2015 – Apreciação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Carlos Costa Gomes, Nuno Pires e José Campos, do PSD e Bruno Aragão, do PS.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Carlos Costa Gomes, do PSD.* =

===== *Senhor Presidente, volvido mais um ano de análise e tendo presente o relatório de acompanhamento da execução do plano financeiro no âmbito do apoio à economia local, este reporte de acordo com a documentação que nos foi enviada devo dizer, Senhor Presidente, considerando os dados que nos foi aqui apresentados no referido relatório e na prática da sua gestão, a execução económico financeira que resulta dos indicadores que aqui expressam, evidência que a gestão municipal persegue os objetivos fundamentais de equilíbrio económico e financeiro e de cumprimento da Lei das Finanças Locais. A dívida que temos vindo falando quase sistematicamente nas nossas Assembleias, na nossa perspetiva e penso que na perspetiva de todos aqui presentes, resulta de grandes investimentos realizados e concretizados no passado. O senhor Bruno Aragão já está a dizer que não. Mas é normal. Era o que eu ia dizer: Alguns teimam em dizer e não concordar com esta realidade. Oliveira de Azeméis (concelho) - se repararmos - mudou - não é o mesmo que conhecíamos há 20 anos. O investimento que o Município operou e operacionalizou nas últimas décadas potencializou o concelho, dinamizou freguesias, criou infraestruturas estruturais para as populações, enriqueceu o património concelhio e catapultou Oliveira de Azeméis para a vigésima segunda (22ª) posição do ranking dos cerca de noventa (90) concelhos da Região Norte. E é considerado um dos melhores concelhos para viver do ponto de vista da qualidade de vida e do ponto de vista económico. Sem receio, Senhor Presidente, devo dizer que, e sem retirar algum mérito aos agentes políticos do passado, o concelho cresceu mais em vinte anos (20) do que em dois séculos de existência. Portanto, Senhor Presidente, apesar de todos não quererem ver o que nós vemos, devo dizer que aqui há uma diplopia intelectual em perceber isto: todos veem com certeza um concelho melhor; um concelho mais atrativo do ponto de vista cultural. Aliás, já há quem reconheça que, do ponto de vista de iniciativa cultural, social e até desportiva, hoje, o município é uma organização capaz para realizar eventos de nível e de qualidade elevada. Muitos também diziam que o Município não tinha agenda cultural. Hoje, parece que há eventos a mais. Ao nível da indústria e ao nível comercial o concelho é dinâmico. Ao nível da saúde e da área social: Ainda hoje, estive aqui à tarde, num workshop gratuitamente realizado aqui no âmbito do trabalho da rede social, onde mais de 50 pessoas estariam aqui presentes e todas elas da área social assinalavam esta importância e a valorização da Câmara como uma Câmara atenta nesta área. E, portanto, é uma referência. E também é uma referência ao nível da saúde: Quando alguns já diziam que o*

Hospital S. Miguel era um serviço encerrado, hoje ele continua a ser uma unidade de referência onde o Hospital do Entre Douro e Vouga vai apostar. Mas, eu vim aqui falar da dívida. E perguntarão os senhores: Há dívida? Eu digo: Há sim. Tem reduzido? Tem sim. Tem tido uma redução sustentada e graduada? Também tem. Era uma dívida brutal (como afirmou muitas vezes o partido maior da oposição)? Sim. Era uma dívida pagável? Também é. Era uma dívida estrutural, como afirmavam? Não, não é e está provado na documentação e no trabalho desenvolvido pelo Senhor Presidente e este executivo. O facto é que ela tem reduzido, porquê e de que forma? Quando se apregoava aos quatro ventos que o Município estava falido ou na bancarrota: O PSD ainda não foi embora. Quando se apregoava que a dívida era irreversível: O PSD não virou as costas como alguns Costas apregoavam - a dívida não é para pagar. E o PSD assumiu a execução da liquidação da dívida, ao leme deste executivo com Dr, Hermínio Loureiro ao longo de seis anos à frente dos destinos camarários. É verdade que realizado uma gestão e uma estratégia ao nível do equilíbrio financeiro que, em vez de agradar a alguns, parece incomodar esses mesmos alguns não pelo sucesso desta matéria mas pela sua gestão que de facto tem sido uma gestão de equilíbrio orçamental. Na verdade, para reduzir a dívida, uma dívida brutal e estrutural como classificaram e basta ler os jornais e as conferências da altura, do passado e recentes: Só um homem, só um gestor não brutal mas com uma capacidade brutal e uma capacidade intelectual de gerir recursos técnicos e humanos como tem demonstrado o Senhor Presidente da Edilidade e que não está ao alcance de todos nem de muitos. A redução da dívida tem sido realizada de forma sustentada sem por em causa o investimento estrutural e possível, embora para muitos impossível em tempo previsível. Os dados, Senhor Presidente, são estes e estão aí à mostra de todos. Hoje todos nós passamos constrangimentos de ordem económica e financeira. A dívida que era brutal e era estrutural, apenas passou a ser conjuntural e, acima de tudo, pagável. Estes são os dados e as peças contabilísticas que o plano de ajustamento financeiro demonstra. Considerando a taxa de referência de 85% sobre o objetivo anual da execução, o mesmo apresenta um desvio positivo de 621 mil euros, face ao valor estimado no plano financeiro. A execução económica com reporte a 30 de setembro: um superavit de quatro milhões. Pagamentos em atraso: Zero. A dívida total do Município, de cerca de vinte e oito milhões de euros: uma redução face a 2014 de dois milhões e meio de euros e ainda deverá reduzir mais 2 milhões para atingir os objetivos de 2015. Dívida empréstimos a médio e longo prazo de 21 milhões: redução de 3 milhões até setembro de 2015; O Município supra 2.8 milhões a redução anual de 10% do montante em excesso. O endividamento de 18 milhões de euros: reduziu 4 milhões de euros. O valor da dívida a fornecedores, 880 mil euros: uma redução de 2 milhões face a 2014. Prazo médio de pagamentos a fornecedores: 24 dias, menos 50 dias do que no ano 2014. É certo, Senhor Presidente, que esta gestão rigorosa de redução constante da dívida, como eu já referi, parece não estar ao alcance de todos os municípios nem de todos gestores autárquicos. Eu, já o afirmei aqui, não me canso de repetir, que o caso da reestruturação da dívida em Oliveira de Azeméis é e deve ser um caso de estudo: porque não é fácil reduzir e investir e investir e reduzir é uma equação possível mas difícil. É um

caso de estudo porque ao mesmo tempo se faz uma forte contenção económica e, também, ao mesmo tempo, o Senhor Presidente conseguiu colocar Oliveira de Azeméis na rota nacional atraindo investimento para concelho quer ao nível do apoio estatal para pequenas e grandes obras, conseguiu reduzir fortemente a dívida de 54 milhões para 28 milhões de euros no tempo em que assumiu a responsabilidade, portanto 26 milhões de redução de dívida. Eu podia ir por aqui, Senhor Presidente: a uma média anual de 4,3 milhões de euros; cerca de 350 mil euros mês o que equivale a uma redução de 11 mil euros por dia. Portanto, este trabalho deve ser valorizado e não criticado. Claro que muitos poderão dizer: Para reduzir isto, não investimos. É certo, há sempre o verso da medalha. Mas, nós, Senhor Presidente, consideramos que estamos no caminho certo: E se recordarmos o passado, o concelho com 19 freguesias mudou e há 20 anos o concelho não é mesmo que é hoje. É muito melhor. Hoje, praticamente todas as nossas vilas e aldeias do nosso concelho podem dizer que têm um centro onde as pessoas se podem identificar com as freguesias. Hoje, chegar a Oliveira de Azeméis de Cesar, demoro 10 minutos. No passado, demorava mais de meia hora. Portanto, há alternativas que foram criadas onde esse investimento está claramente visível. O concelho de Oliveira de Azeméis, no distrito de Aveiro e até se calhar nacional, é o concelho que mais associações tem. E sabemos qual era a politicamente que antigamente este concelho vinha fazendo ao nível do apoio associativo. Por isso é que nasceram associações. Por isso é que o concelho tem mais de 200 associações. Era porque era um concelho que apostava forte no tecido associativo. E eu poderia dizer aqui uma série de elementos para justificar aquela dívida que para muitos é injustificável. Senhor Presidente, para terminar porque o tempo já vai longo, diria: O Senhor Presidente está a fazer um trabalho rigoroso porque acautela as gerações futuras e acautela também a geração que vier a seguir. Senhor Presidente, cada geração será aquilo que cada geração souber semear e, o Senhor está a semear o futuro. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Senhor Presidente, muito obrigado. Peço desculpa de alguma atrapalhão que possa ter na apresentação destes diapositivos; fui busca-los aos meus arquivos, não os tinha preparado para hoje; mas penso que possam ser bastante elucidativo de um conjunto de dados sem factos, sem números, que voltam a ser apresentados. E começaria colocando exatamente a mesma questão que coloquei na assembleia municipal em que falei dos orçamentos de sucesso e da política do sucesso, com bem se recordam, fiz uma pergunta simples e clara, coloquei-a duas e repeti-a “ene” vezes nas últimas assembleias: Se os senhores me disserem onde é que está materializado e plasmado o investimento que gerou a dívida que pela primeira vez vossas excelências dizem brutal, demoramos 10 anos lá chegamos, que pela primeira vez vossas excelências dizem brutal. Se me disserem onde esta esse investimento: Digo o que disse na altura – “deixarei de colocar essa questão”. Posto isto, meus senhores, temos que ver que

dívida é esta e como é que a pagamos e que exemplo é esse? Aliás, faço repto ao Senhor Presidente de Câmara, que quando eu apresentei estes dados sobre quanto é que nós estávamos a pagar dívida por cada município e quanto é que estávamos a investir; O Senhor Presidente disse-me, se bem se recorda: “Faço-lhe um desafio: Veja quanto é que estamos a pagar de dívida e quanto é que pagam os concelhos aqui à volta. Veja, veja isso senhor deputado; - Faça esse desafio.” Senhor Presidente, gosto de pensar com números e sempre balizar as minhas intervenções. E foi exatamente isso que fiz a seguir à assembleia que tive consigo. Já fui há bastante tempo. Retiro esses dados e, portanto, estou capaz de os mostrar neste momento: Portanto, aqui está a redução da dívida municipal, entre 2013 e 2014, em milhões de euros; Podem ver aqui os municípios aqui á volta; Naturalmente os municípios que têm maior dívida são os municípios que pagam mais, a Lei é igual para todos; Aqui encontram a média distrital; Aqui encontram a média nacional; E aqui encontram Oliveira de Azeméis. Não tenho problema nunca em mostrar, qualquer que seja o dado, ao contrário daquilo que sistematicamente dizem. Senhor Presidente, pagamos mais do que a média nacional. Agora, vamos ver a redução da dívida em 2013 e 2014, em percentagem: Temos novamente os concelhos todos; Aqui, vemos quanto é que nós fomos capazes de reduzir, naturalmente, em percentagem do endividamento que temos: Aqui está a média distrital; Aqui está Oliveira de Azeméis; Aqui está a média nacional. Meus senhores isto para dizer uma coisa muito simples: reduzimos exatamente como os outros estão a reduzir, nem mais, nem menos. Não há nada de extraordinário em reduzir e pagar aquilo a que estamos obrigados. E não estamos a fazer mais do que a média do país e mais do que os outros municípios estão a fazer. Há uma coisa que estamos a fazer menos, garanto-vos, foi isso que eu mostrei na altura: Estamos a investir menos, muito menos. Investimos, como eu disse nessa assembleia municipal, muito menos do que qualquer concelho vizinho nos seus municípios; Eramos o segundo concelho que menos investia. Se investíamos menos de 100€, há municípios aqui à volta a investir mais de 500€, por município. Foi sempre isto que dissemos desde a altura dessa famosa discussão estrutural / conjuntural. Senhor deputado, há uma coisa que eu lhe garanto que extremamente estrutural: é a consequência do pagamento desta dívida e de uma década em que o investimento parou. E dou um exemplo simples e curto e, com isto me calo, mantendo novamente a mesma pergunta: Senhor deputado diga-me onde é que está a obra que gerou essa dívida? Mas, faça o trabalho de casa com cuidado. Termino com um exemplo: O Senhor Presidente deu um exemplo de investimento de 4 milhões na ETAR; E a propósito do saneamento, meus senhores, esse investimento não é do município. É o que está acordado no momento em que fizemos a adjudicação em que concessionamos ao privado. Espere: Isso, Senhor Presidente, senhor deputado, permite responder por exemplo aquele município e dizer assim: Olhe, infelizmente, não havendo os fundos estruturais ou comunitários que ainda esperamos e se o concessionário se mantiver firme aquela concessão, portanto, se limitar ao caderno de encargos aqueles 4 milhões, aquela ETAR não resolve o seu problema. Por uma coisa muito simples. Porque, aquilo não aumenta a rede, liga apenas a rede que já está montada a uma ETAR. Dos 27% que são tratados, há 42% que já

tem saneamento em baixa falta recolher essa parte. É isso. E isto é o investimento que falamos, senhor deputado. Há incapacidade de fazermos, pagamos dívida, não investimos. E é isto que nós nunca fomos capazes de ver esclarecido. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Carlos Costa Gomes, do PSD. =====

===== Senhor deputado, só para esclarecer, eu citei aquilo que o PS disse na altura: que era uma dívida brutal e estrutural. Não fui eu que disse. Que fique claro essa nota. Mas também creio, senhor deputado, que é claro e evidente que a redução de dívida é constante. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Muito obrigado, senhor Presidente. Eu vou cingir-me ao ponto da ordem de trabalhos e vou balizar-me, balizar-me, nos números. Nós, estamos a analisar os números, vamos fazer aqui análise de 75% do tempo decorrido, estamos a fazer a análise até setembro e havemos de voltar a discutir isto quando aprovarmos as contas e discutirmos as contas. Quanto à redução da dívida: E vamos aos números, não vamos fazer aqui nenhuma leitura política, eu não faço nenhuma leitura política da redução da dívida; O que é evidente é que, ela baixou 41%, baixou 21 milhões de euros, comparado com 2009 e isto é indesmentível. Portanto, em 2009 o Município devia 52 milhões de euros; Em 2014, fechou as contas com 30,7 milhões. A 30 de setembro de 2015, deve 28.246 milhões. Não faço nenhum comentário, estou a ler os números, deixo o comentário para os políticos. Prazo médio de pagamentos a fornecedores: 2009: 146 dias; 2014: Fechamos o ano com 79 dias; setembro de 2015, prazo médio de pagamentos fornecedores: 24 dias. São números, não faço nenhum comentário relativamente a isso. Não vou ser exaustivo. A melhor resposta ao senhor deputado Bruno Aragão sobre, “se me mostrarem a obra que gerou a dívida eu calo-me para sempre”. Estávamos aqui até amanhã de manhã para lhe mostrar a obra toda. A única coisa que eu lhe posso dizer: a obra feita foi sempre sufragada pelos oliveirenses que de 4 em 4 anos renovam a confiança no PSD. E desta forma não lhe estou aqui a dizer, a estrada, o caminho, a biblioteca, a piscina, isto, aquilo, Depois, é muito cansativo e repetitivo. Aliás, repare: eu estou a balizar os números; só estou a falar de números; não estou a fazer nenhuma consideração política. Não faço hoje, no final do ano aí faço. Hoje, estamos a 75%. Hoje nem vale a pena a gente estar aqui a discutir muito esta matéria. Se os números fossem o contrário, outro galão cantaria; Agora assim, é melhor “an passant”. Até porque, é verdade, ainda não fechou o ano. E nós só estamos a fazer uma obrigação legal que é dar parecer às contas de setembro que tivemos de mandar para as

entidades todas. Dizer que estes são os números e com o esforço de todos. São números indesmentíveis. Quantos aos números: são factuais não dá para dizer: Não, o prazo médio de pagamentos não é bem 24 dias, é 24,5. Não. É 24. E a dívida é 28 milhões; não é 38; é 28. Já foi cinquenta e tal e diminuiu 41%; irrefutável. E eu não vou hoje citar, até pelo respeito, o Senhor Primeiro-ministro. Se se lembravam, o Senhor Primeiro-ministro no primeiro debate que teve com o Dr. Pedro Passos Coelho candidato a primeiro-ministro dizia: Ó meu caro, você há minha beira: - Eu reduzi a dívida da Câmara de Lisboa 40%; - Eu sou um grande gestor; - Eu estou preparado para ser Primeiro-ministro. E o Senhor Primeiro-ministro no primeiro debate não lhe disse, mas no segundo lá lhe teve que lembrar: você reduziu em 40% mas a gente deu-lho o dinheiro para os terrenos do aeroporto - não se esqueça disso. Nós aqui não temos aeroporto. Nós aqui baixamos 41%. Portanto, se eu citar o Dr. António Costa, gera aqui um certo incomodo e eu não o queria fazer e portanto fico-me pelos números. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =

===== Muito obrigado. Agradecer-lhe Senhor Presidente a sua disponibilidade e dizer-lhe que afinal temos mais coisa em comum, estamos também em sintonia, continuo a cingir-me aos números. Senhor Presidente quando fizemos um Plano de Saneamento Financeiro, comprometemo-nos a receber o dinheiro pagar de imediato as dívidas e o prazo médio de pagamentos reduzir logo para valores inferiores a 48 dias. Senhor Presidente sabe quando é que foi o Plano de Saneamento Financeiro? Em 2007. Tivemos 3 anos de carência e começamos a paga-lo passado esse período. E o senhor fala-me hoje em 27 dias. Senhor Presidente, a dívida, desde a altura que nos comprometemos a pagar, é um Plano de Saneamento Financeiro. Mantem-se o que dissemos na altura: Para pagarmos essa dívida temos que reduzir investimento. Senhor Presidente consegue dizer-nos, nos anos em fala, com essa propriedade, do pagamento de uma dívida que, curiosamente, como disse sempre foram eleitos e portanto são responsáveis por ela; Consegue-me dizer Senhor Presidente que a consequência dessa dívida é não ter investimento? Não é não ter aeroporto, Senhor Presidente. Por ter esta dívida: o senhor não tem saneamento; o senhor não tem uma rede viária cuidada; o senhor não tem as políticas culturais que gostaria; o senhor não pode investir na requalificação (ainda hoje admitiu também, hoje fez uma assembleia interessante) no edificado público como a Casa Sequeira Monterroso. É isso, Senhor Presidente. Não é aeroporto. O senhor tem esta dívida e por ter esta dívida não pode ter o resto. Foi sempre isso que falamos. Agora, o senhor diz assim: Dívida? Não. Apareceu aqui, pum. Apareceu uma dívida. Olha aqui nós que sérios somos a paga-la. Meus senhores estamos obrigados. Percebe? E os senhores dizem assim: Nós pagamos a dívida, somos extraordinários; Nós fazemos a dívida, somos extraordinários. Eu digo: Os senhores digam-me assim: - olha a dívida está aqui; está nestes metros de saneamento; está nas redes. O senhor só tem que dizer assim: Quanto disto é que foi esforço da autarquia? É isso Senhor

Presidente. É dizer assim: Aqui pusemos tanto; ali pusemos tanto; ali pusemos tanto; dá tanto; o nosso investimento ao longo do tempo foi este. Foi um exercício tão simples como este que se pediu. E o senhor não faz por uma coisa muito simples, Senhor Presidente. O senhor não faz porque o investimento não está aí. É simples. É essa a dificuldade ano após ano, desde 2007 que discutimos isto, colocamos exatamente a mesma questão. Eu nunca percebi porque é que vossas excelências nunca quiseram simplesmente responder a esta questão. Os senhores apresentam o pagamento de uma dívida como um trabalho autárquico, que é uma coisa que nunca vou perceber. Nunca vou perceber. Que é: há uma dívida porque se gerou essa dívida., essa dívida tem limitado fortemente, fortemente, Senhor Presidente, a sua capacidade de investimento. Quando lhe apresento os gráficos sobre isso, o senhor diz: não, não, lá estão vocês; os senhores estão sempre com isso. Senhor Presidente, temos ainda o orçamento para discutir estas questões; Estou certo que poderá, devagarinho, concordar com o Partido Socialista. Hoje já houve um esforço de aproximação que nós devemos naturalmente saudar. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado. É um pequeno esclarecimento. Porque às vezes quer-se jogar com as palavras, mas é assim: Todos perceberam, menos o senhor deputado Bruno Aragão, o que eu quis dizer sobre o aeroporto. Acho que toda a gente percebeu. O senhor deputado Bruno Aragão diz que eu queria um aeroporto em Oliveira de Azeméis. Não quero aeroporto nenhum. O senhor deputado Bruno Aragão nunca falou sobre isto porque isso não aconteceu: No oásis do senhor deputado Bruno Aragão nunca houve Troika em Portugal. Ó senhor do céu, o quê? Nunca houve quebra de transferências de verbas do orçamento de estado para as Câmaras municipais? =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =

===== Senhor Presidente é só para pedir desculpa. Às vezes é de facto difícil e é só para dizer novamente aqui, para que fique gravado. Não venham novamente com essa estória, os senhores só têm que dizer assim: O número é o valor que os senhores orçamentam todos os anos, sobe um bocadinho, desce um bocadinho sempre o mesmo. Os senhores não perderam receita, percebe Senhor Presidente? Logo, se não perderam receita, não pode vir falar da Troika. O senhor hoje arrecada muitos mais impostos do que na altura. Perdeu nas transferências do estado; recolhe impostos. O valor que o senhor tem disponível para gerir o Município não diminuiu, certo Senhor Presidente? Portanto, o senhor não pode dizer isso para justificar o contrário. É muito simples. =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Nuno Pires, do PSD.* =====

===== *Obrigado Senhor Presidente. Já que estamos numa de citações, eu recordo-me também já ter feito essa intervenção nesta Assembleia, peço-vos que todos acompanhem comigo um mero exercício: Se o Partido socialista de Oliveira de Azeméis, que não venceu as eleições autárquicas, fosse poder - a questão é: A dívida mantinha-se, ou desaparecia? Essa é a primeira questão. Segunda questão: Como é que conseguiriam paga-la e aumentar investimento? O Partido Socialista não conseguiu responder a essa questão: Como é que reduzia a dívida; Como é que reduzia e aumentava o investimento. Pergunto outra que tem a ver com o facto de não conseguir perceber como é que se multiplica o dinheiro. Sinceramente há coisas que eu não consigo compreender.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado José Campos, do PSD.* =====

===== *Muito do que eu queria dizer, o meu colega Nuno Pires também já disse. Só venho aqui fazer uma constatação que me parece óbvia e, já agora, queria perguntar ao deputado Bruno Aragão se é assim: Afinal de contas nós estamos a discutir o Plano de Saneamento Financeiro: ele está ou não está, na sua generalidade, nos pontos principais, neste momento, a ser cumprido? Eu acho que está. A bancada do PSD acha que está. Eu percebi a argumentação do deputado Bruno Aragão e agradeço imenso os gráficos que nos mostrou. Porque às vezes muitas das suas intervenções anteriores até dava a sensação, se calhar, que a nossa redução de dívida até era abaixo da média nacional. Não é abaixo da média nacional e é acima da média do distrito de Aveiro. Portanto, também por isso lhe agradeço. E depois uma coisa muito simples, o deputado Nuno Pires falou e falou bem, e eu só queria complementar dizendo o seguinte: Sim, nós atingimos um nível de dívida; Optamos, politicamente, na altura, o Partido Social Democrata e Câmara da altura por um Plano de Saneamento Financeiro, que foi aprovado, que está a ser executado. E inicialmente o Partido Socialista dizia que não era exequível. Como efetivamente está a ser exequível a argumentação evoluiu para outro caminho. Efetivamente, a política que tem sido seguida pelos executivos do Partido Social Democrata, nomeadamente desde que o Dr. Herminio Loureiro é Presidente da Câmara, já foi sufragada, foi votada e ganhou. Portanto, muito ou pouco investimento? é obvio que sim, é obvio que o investimento está condicionado pela necessidade de redução de dívida e pelo cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro. Mas eu prefiro e acho que os oliveirenses também preferem termos um executivo que cumpre, que cumpre a palavra, que executa mas que cumpre a palavra. E, mais, se tínhamos uma dívida; encontramos uma solução para a resolver, os oliveirenses concordaram com ela votaram novamente nela. As vezes dá sensação que o deputado Bruno Aragão e os elementos do partido Socialista de Oliveira de Azeméis não pertencem ao Partido*

Socialista nacional. O exemplo que o Partido Socialista dá a nível nacional, eu sei que vos custa muito falar nisto mas, está à vista de toda a gente e a grande diferença é que em Oliveira de Azeméis se fizemos dívida; fomos nós e somos nós que estamos a resolver, a nível do País o Partido Socialista faz dívida e têm que ser os outros a vir resolver. =====

===== Pelo Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal foi dito:=====

===== A partir deste ponto vou-me cingir exatamente ao que está no Regimento. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Senhor Presidente agradeço e compreendo naturalmente a sua dificuldade em gerir estas assembleias. Estamos a fazer política, o que é uma coisa que eu considero sempre interessante. E agradeço naturalmente a possibilidade de responder às questões que nos foram dirigidas, se o Senhor Presidente assim o permitir. Dizer em primeiro lugar, que naturalmente andar muito distraídos nas assembleias municipais todo que temos fazendo. Respondemos a essas questões todas; Mostramos gráficos; Disseram-nos sempre a mesma coisa. Mais uma vez devo dizer, esta assembleia tem sido muito saudável e, tem havido algum esforço de aproximação, também pela primeira vez conseguiram dizer sim explicitamente aquilo que nós sempre dissemos que infelizmente seria a consequência. “Para pagar dívida ...” - obviamente estou a citar “... temos que reduzir no investimento.” Desafio a ler todas as atas das assembleias municipais, não encontrará isso nem nada que se pareça em nenhuma delas vindo naturalmente de vossas excelências. Mas a mim não me preocupa isso. Preocupa-me o investimento, a capacidade que temos. Senhores deputados, não tenho problema nenhum em dizer como é que o faríamos. Trouxemos até em algumas assembleias municipais um conjunto de investimentos e o valor desses investimentos. Trouxemos aqui um conjunto de coisas que cortaríamos. E posso-lhe dizer senhor deputado: Nós não faríamos o negócio que vocês fizeram dos Estaleiros Municipais; Nós não teríamos, como o senhor disse, comprado o terreno da Quinta da Cachana por três vezes o seu valor; Nós não teríamos feito o negócio do Shopping. E posso continuar: Nós não teríamos feito nada disso, obviamente. Isto, daria, naturalmente, uma dívida muito menor ou uma não dívida, percebe? É aqui que nós cortaríamos. Mas cortaríamos mais, senhor deputado: Nós não faríamos a Volta a Portugal, é uma opção – não faríamos; Nós não faríamos um conjunto de eventos que os senhores promovem, certamente não o faríamos. O que é que faríamos? Olhe, Senhor Presidente, requalificávamos a rede viária; Requalificávamos o edificado público, que está lastimoso; Obviamente pagávamos a dívida, estamos obrigados, sempre dissemos isso. Os senhores ganharam as eleições, meus senhores isto é democrático,

ganharam, ponto final, as pessoas assim escolheram. Pagávamos a dívida e tínhamos a mesma coisa, foi o que sempre dissemos: Para pagar a dívida infelizmente temos menos capacidade de investir. Isso é igual para o Senhor Presidente Hermínio Loureiro, é igual se fosse outro presidente, é exatamente igual. É isso que nós dizemos desde sempre: Meus amigos vamos ter uma década perdida. É isso que dizíamos em 2007 e os senhores diziam: Não; Lá estão vocês; Catastrofistas. Senhores deputados teremos oportunidade, ainda vamos discutir o orçamento, de ver o nível de investimento e pensar no futuro que é que preconizamos então. Posso naturalmente fazer-vos chegar um conjunto de intervenções das últimas assembleias, o suporte digital que trouxemos onde estão respondidas, literalmente, todas estas questões. Muito brigado, Senhor Presidente. E peço naturalmente que compreenda a necessidade de utilizar mais tempo.

===== A Assembleia apreciou o referido documento. =====

===== **Ponto quatro:** *Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 30 de setembro de 2015 – Apreciação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== A Assembleia apreciou o referido documento. =====

===== **Ponto cinco:** *2.ª Revisão ao Orçamento e PPI/ 2015 – Aprovação;* =====

===== *Pelo Chefe de Divisão de Contabilidade e Património, foi apresentada a seguinte informação: “Esta revisão deve-se à aprovação da candidatura NORTE-10-0241-FEDER-000692 – “Requalificação da Zona Educacional e Desportiva Sul da Cidade – 1ª Fase”, com uma taxa de co-financiamento de 85% e uma comparticipação financeira no valor de € 1.471.950,00, totalmente prevista para 2015”.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Estamos a falar de uma alteração orçamental, por via da entrada de receita através da aprovação de uma candidatura overbooking - requalificação da zona educacional e desportiva a sula da cidade. Estamos a falar de uma obra cofinanciada em 85% no valor de 1.471.950€ e por via disso temos de fazer uma alteração ao orçamento.* =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto seis: 6.1.** Documentos previsionais – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o ano 2016 - Aprovação; =====
6.2 Aprovação/ Autorização das normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do ponto VII – 1.a), 1.b) e 2. =====

===== Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, atendendo já ao adiantado da hora e ao prolongamento do período de “Antes da Ordem do Dia” e à discussão do PAEL, etc..., etc.... Eu vou, naturalmente, responder às questões que colocarem mas vou ser muito curto nesta intervenção inicial. As bancadas receberam o orçamento, prepararam seguramente as intervenções a fazer. Há dúvidas, há esclarecimentos a dar. Não querendo ter o dom da adivinhação, dizer que se olharmos para as atas da última discussão sobre esta matéria, a discussão de hoje não vai ser muito diferente: Porque, efetivamente, o orçamento é um orçamento de continuidade, o orçamento, é um orçamento feito sem truques, é um orçamento feito sem alçapões, é um orçamento de fácil leitura que, como disse há pouco, tem esta preocupação relativamente à questão do investimento com base no cumprimento continuado e reiterado da diminuição da dívida. Como sabem o investimento é alavancado em fundos comunitários, o grande investimento e portanto foi assim até agora. E este orçamento tem essa dificuldade que é nós estarmos num período de transição QREN – Portugal 2020. Como sabem, agora, as regras de construção do orçamento: Não é por expectativa de receita; São questões reais. E aquilo que acontece, (já hoje foi aqui muito falado aquilo que aconteceu nos concelhos aqui à volta), o de Oliveira de Azeméis aumenta. Mas é evidente que, temos de ser sérios, aumenta por uma razão muito simples, aumenta por transferência das verbas do Aproximar a Educação caso contrário o nosso orçamento não ia crescer. Portanto, nós estamos a falar de grosso modo, o aumento é de mais de 3 milhões de euros. O orçamento aumenta 3.100.000,00€ (três milhões e cem mil euros) face ao de 2015, mas há 6 milhões de euros que são transferidos do programa “Aproximar a Educação” que entram do lado da receita e portanto provocam este aumento, caso contrário o nosso orçamento diminuía como acontece com muitos outros. Uma nota, não justificativa mas

explicativa, que se prende com a construção do orçamento e com o facto de nós termos recolhido por via da legislação em vigor termos solicitado aos partidos políticos que nos enviassem em tempo útil as propostas para o orçamento: E, nós não fizemos reuniões com os presidentes de junta, na preparação do orçamento, era uma prática que eu vinha levando todos os anos. Mas por uma razão muito simples, essa explicação julgo que é merecida à Assembleia Municipal e isso já foi explicado aos senhores presidentes de junta, não foi nenhuma desconsideração foi efetivamente aqui o pragmatismo e a dificuldade que tínhamos no acomodar este orçamento naquelas que seriam as propostas, as vontades dos senhores presidentes de junta. Optamos pela seguinte metodologia: Cada junta de freguesia tinha cinco prioridades. As cinco prioridades de cada junta de freguesia constam do Plano Plurianual de Investimentos e as que não constam são por via de subsídios. Portanto, há algumas questões que estão plasmadas diretamente no orçamento e as que não estão, já foi explicado caso a caso a cada um dos senhores presidentes de junta essa mesma situação. É evidente que isto depois conjuga-se com os acordos de execução, que é outra forma que nós temos de colaboração com as juntas de freguesia. Portanto, esse valor mantém-se, não há nenhuma redução mas também não há nenhum aumento. Portanto, os oitocentos mil (mais mil menos mil) transferidos para as juntas de freguesia mantém-se esse valor. Como sabem, quando eu digo esse valor mais mil menos mil tem a ver com a questão dos funcionários, com alguma flutuação de funcionários, se o funcionário está de baixa, se não está de baixa, nós temos o princípio de colaborar com 250€ no caso de o funcionário, ou em substituição desse mesmo funcionário para que a junta de freguesia tenha um contributo da Câmara Municipal para poder junto do Instituto de Emprego suprir essa lacuna. Porque, como sabem, as admissões são complicadas neste momento na administração pública. E, dizer-vos que, este foi um orçamento difícil de construir, pela razão que vos expliquei, tendo em conta a dificuldade de encontrar receita. É como eu digo: Se olharmos para a discussão do ano passado seguramente que a argumentação vai ser muito semelhante, quer para quem está a defender o orçamento, quer para quem está a criticar. E portanto, eu, se calhar, atendendo ao adiantar da hora ficava-me por aqui e depois respondia às questões concretas e objetivas que me colocarem, ou colocarem ao executivo, relativamente a matéria em apreço. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Bruno Aragão, do PS; José Campos, do PSD; Bruno Aragão, do PS; António Pinto Moreira e Jorge Paiva, do CDS/PP. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Senhor Presidente, há pouco discutíamos uma proposta de orçamento participativo convictos que é também por aí que passa o envolvimento das pessoas que se

fortalece a discussão, que se aprende a discutir, a fazer opções, mas também a preterir quando os recursos são limitados e têm ainda que ser melhor geridos. É por isso fácil perceber, porque as pessoas se vão alheando do debate e desligando das decisões. Porque parece, como disse, que se adivinha o discurso, que nele não se encontra nada de novo; Porque parece, que as posições estão cristalizadas e têm cor, que a uns compete aplaudir e que a outros compete criticar. É no fundo o que todos esperamos de mais uma discussão do orçamento. É tão curioso até que nos exercícios mais recentes o Senhor Presidente, nem entra na discussão, não rebate os números e não apresenta alternativas ou procura esclarecer designadamente, remete o discurso para as posições partidárias e diz (estou a citar): “ Bom, é a opinião de cada um, estamos em condições de votar.” Senhor Presidente, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal, é mais um orçamento que poderíamos, como tantas vezes fizemos, escarpelizar os números mas parecerá mais do mesmo sobretudo de quem está sempre do contra. Mais uma vez, poderia dizer que, o investimento é muito baixo, apesar do reforço do valor do orçamento; Mas não vou dizer. Poderia dizer, que o orçamento sobe mas o investimento desce. Poderia dizer, que o orçamento previu 800 mil euros para a requalificação de uma rede viária degradada e, pasma-se, 500 mil euros para festas; Mas, descanse, eu também não vou dizer. Poderia dizer, que absolutamente desproporcional uma coisa destas; Mas também não vou dizer. Poderia dizer que o senhor não ouviu os senhores presidentes de junta mas, como o senhor disse, também não valha a pena. Poderia dizer que não é uma situação nova, mas talvez seja eu o vota abaixo. Poderia dizer que curiosamente aconteceu o mesmo no início do seu primeiro mandato; Mas dirá que estou sempre a olhar para o passado. Poderia até recordar-lhe as suas palavras nessa Assembleia Municipal de dezembro de 2009, e estou a citar: “Nenhum presidente de junta de freguesia foi ouvido nesta matéria, é uma situação que não se voltará a repetir. Ou seja, é um compromisso que eu assumo aqui na Assembleia Municipal perante todos e reconhecendo que temos de ter essa capacidade e humildade para reconhecer que esta é uma situação que não deve acontecer” – fim de citação. Em 2009, Senhor Presidente, falávamos de um orçamento com muitas razões de preocupação e a bancada do PSD falava num orçamento ambicioso e em grande esperança. Em 2010, dizíamos que o orçamento apresentava grandes falhas e a bancada do PSD dizia que - “a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis continuará, contra a corrente, a fazer crescer Oliveira de Azeméis” - e estou a citar. Em 2011, a bancada do PSD dava-lhe os parabéns por um grande orçamento, um orçamento grande porque crescia e um orçamento grande em qualidade; Quando nós dizíamos que era possível fazer melhor e fazer diferente e ter outra qualidade de vida para Oliveira de Azeméis. Em 2012, quando falávamos em orçamentos sucessivos, para quem os quiser analisar com seriedade de real sacrifício para os Oliveirenses, de falta de investimento nas pessoas, no concelho e nas empresas; e continuo a citar, a bancada o PSD contrapunha como “... já nos habituou este executivo um orçamento para 2013 realista, sério, ambicioso e que projeta Oliveira de Azeméis como um concelho mais dinâmico, mais rico e mais competitivo.” Em 2013, dissemos mesmo que “estávamos perante uma introdução demagógica num orçamento sofrível” e estou-me a citar. A bancada do PSD de forma clara

dizia mesmo: "... obviamente da nossa posição relativamente a este orçamento é radicalmente diferente da do Partido Socialista e, aqui também não há novidade, tem sido sempre assim ao longo dos últimos anos, tem sido uma argumentação que não tem evoluído ao longo dos anos" – fim de citação. Já mais recentemente, em 2014, tentamos responder ao esforço par alterar a estratégia comunicacional, como o Senhor Presidente falou, e falamos - se bem se recorda - do caminho de sucesso e de mais um orçamento de sucesso. Nesse ano, a bancada do PSD reforçou a ambição do executivo e do seu orçamento e esclareceu que - e estou a citar: " Não podemos deixar passar em claro a forma feia como o PS tem procurado fazer uma leitura distorcida dos números". Chegados a 2015, genuinamente, o que devemos esperar? Algo de diferente? Estamos todos convencidos que não. Resta-nos pois a realidade, essa será sempre a mesma diga o que eu cada um disser. E por isso mesmo, Senhor Presidente, senhores membros da Assembleia Municipal, tomaremos posição como sempre tomamos, mas não temos desta vez nenhum qualificativo ao seu orçamento. Apenas números, cada refletira e ajuizará a sua opinião: Em 2012, para não ir mais para trás porque não há muita diferença, os valores globais do orçamento têm uma tendência constante: Há uma ligeira descida em 2015; que agora recuperamos pela explicação que o Senhor Presidente já deu. Seja por transferências do orçamento de estado, seja na arrecadação de impostos, seja pela venda de serviços: O valor global, aquele com que fazemos o exercício orçamental, vai-se mantendo estável. O que devemos esperar, então, do investimento previsto? Manto estável os valores globais do orçamento, será expetável que se possa manter também o nível de investimento previsto? Como de costume, a bancada do Partido Socialista poderá falar, aborrecidamente, em desinvestimento, falta de horizonte, num exercício sofrível e dirá que é possível fazer melhor. A bancada do PSD dirá, que um orçamento ambicioso, que reflète dinamismo. Mas não iremos qualificar, como disse, e vamos manter-nos nos números: Como podem ver, desde 2012, o investimento previsional, aquele que a autarquia espera realizar, tem vindo a diminuir. Naturalmente, é um exercício de previsão. Meus senhores, sabendo que a execução tem sido sempre inferior ao previsto, podem já imaginar como será o gráfico relativo à execução do investimento. Na altura certa, também, sem comentários, sem qualificativos, podemos todos observar os números. Aqui chegados, importa pensar o futuro, importa pensar em 2016; Não importa dizer que o Plano de Investimento Plurianual é sofrível, ou que não representa um investimento efetivo; Não importa dizer que a nossa capacidade para investir se vem reduzindo ou que os planos estão sempre a falhar; Não importará também ouvir que estamos sempre melhor, sempre com mais esperança e que todos os anos o dinamismo é melhor. Olhemos para o futuro: Olhemos para 2016 e deixemos, mais uma vez, que cada pessoa em consciência possa refletir sobre o futuro: Se olharem para este gráfico: Em 2012 quando discutíamos o orçamento para 2013, o futuro em 2016 representaria em termos do Plano Plurianual cerca de 14 milhões de euros; Em 2013 quando discutíamos o orçamento para 2014, o futuro em 2016 implicaria afinal um investimento de 11 milhões de euros; Em 2014 quando discutíamos o orçamento para 2015, o futuro em 2016 talvez significa-se, apenas, 7,5 milhões de euros. Em 2015 quando

discutimos 2016, discutimos 4,8 milhões de euros de investimento. E como vimos no gráfico anterior, não porque os investimentos tenham sido realizados em anos anteriores. 4,8 Milhões de euros é o futuro próximo, segundo a mais recente previsão. Poderíamos então, agora, reclamar dizer mal e criticar. Não o faremos. Apenas observamos, também, o que refletem estes 4,8 milhões de euros. Como todos poderão contabilizar, o investimento para 2016 esgota-se em quatro pontos concretos: Escola Básica e Secundária de Fajões; Escola Básica e Secundária Dr. Ferreira da Silva. Aqui está o programa Aproximar a Educação, sobre o qual toda a gente conhece a nossa posição e o que dissemos na altura. Aqui está a consequência orçamental. Esgotar-se-á, ainda, na Área de Acolhimento Loureiro e no Parque de La-Salette, cerca de 2,7 milhões de euros. Isto significa cerca de 56% do investimento previsto. E se aos 44% disponíveis somarmos os 800 mil euros orçamentais para a rede viária; o valor previsto para investir em todo o restante concelho é de cerca de 1,3 milhões de euros. Senhor Presidente, o conjunto de obras que o senhor falava ainda no período de “Antes da Ordem do Dia” terá que obrigatoriamente de estar nestes 1,3 milhões de euros. Se o senhor me for capaz de dizer onde, considerando o que está inscrito no Plano Plurianual de Investimento? Naturalmente, agradeceria. Senhor Presidente, senhoras e senhores membros da Assembleia Municipal, as minhas desculpas se não tecemos comentários, se não dizemos se é bom ou que é mau, que é melhor ou que é pior, que é muito ou que é pouco. Votaremos contra, pelo motivo mais simples, porque, sem necessidade de adjetivos, cada um de nós observou os números e, genuinamente, não os pode votar de outra maneira. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado José Campos, do PSD. =====

===== Só queria fazer aqui um ponto prévio: Aquilo que o senhor deputado Bruno Aragão disse - Senhor Presidente ficamos a saber que na opinião do deputado Bruno Aragão - no princípio da sua intervenção que, (só pode ser à falta de melhor argumento), o Senhor Presidente já estava resignado e já nem explicava. Senhor Presidente, é exatamente o contrário; Eu, aqui, neste momento, aproveito para lhe louvar a paciência. Às vezes é preciso paciência e o Senhor Presidente tem muita e explica muitas vezes e às vezes é difícil mas vai continuando a explicar, portanto tenho que lhe louvar a paciência e perspicácia porque não é fácil. O deputado Bruno Aragão disse que o Partido Socialista não ia tecer comentários, portanto, não ia explicar e ia se cingir aos números. O senhor deputado insinuou que as nossas intervenções no que diz respeito aos orçamentos nos anos anteriores são muito semelhantes, são iguais. E ainda bem que o são, porque somos coerentes, porque efetivamente estamos a analisar um orçamento para o ano seguinte, mas estamos a analisar uma estratégia que é uma estratégia contínua. E se achamos que a estratégia contínua está a ser a correta, obviamente os nossos argumentos não poderão mudar de um ano para o outro. Mas quem o ouve falar, eu às vezes fico com a sensação que o nosso concelho é um concelho de um qualquer país do terceiro mundo. Eu não tenho essa

sensação. Peço desculpa mas, tenho que o dizer novamente, felizmente, os oliveirenses ao longo destes anos nunca tiveram essa sensação, ou seja, que a governação do Partido Social Democrata, nomeadamente do Dr. Herminio Loureiro, fosse tão catastrófica assim porque, de facto, nas urnas sufragaram mais uma vez e portanto têm dado a vitória ao Partido Social Democrata. Se calhar, não somos um concelho assim tão mau. Passo agora a explicar a minha intervenção sobre esta matéria. Mais do que a análise exaustiva, numérica, rubrica a rubrica, o orçamento municipal para 2016, a bancada do PSD considera que é importante olhar para o orçamento e para as grandes opções para 2016 de uma forma mais global e de uma forma a que possamos perceber o impacto que a sua concretização terá na vida dos oliveirenses. É um facto de que se trata de um orçamento de continuidade e, em nossa opinião, ainda bem. A estratégia que já vinha sendo definida em anos anteriores mantém-se. Estamos a analisar o orçamento de 2016 mas temos que o fazer num enquadramento de um mandato autárquico e de uma estratégia que vem de trás e que, aliás, repito novamente, os oliveirenses sufragaram. Portanto, é coerente manter o rumo, é correto manter rumo. Significa que, o rigor, a otimização dos recursos disponíveis e a contenção financeira aconselhável no cenário macroeconómico que atravessamos estão espelhados no documento que agora propomos aprovar. Tudo isto, aliado aquilo que estamos certos e confiantes continuará a ser a aposta do executivo na realização de investimentos estruturantes que se revelam verdadeiras mais-valias e que servem de alavancagem ao desenvolvimento económico e social do nosso concelho. Os investimentos na educação e a aposta na criação de, cada vez mais, condições privilegiadas para o nosso tecido empresarial continuam, em nossa opinião, a serem apostas corretas. A estratégia global seguida é pois, em nossa opinião, a correta. É inegável que o orçamento municipal está ligado ao cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro e á correta necessidade que a Autarquia tem de cumprir as metas de redução da dívida e que, felizmente, são uma realidade significativa. Uma redução de mais de 20 milhões de euros nos últimos anos é dado digno de registo. Bem sei que acusam o executivo de não fazer mais do que a sua obrigação. Mas, Senhor Presidente, é muito bom saber que em Oliveira de Azeméis com sacrifícios e sentido de responsabilidade se cumpre a obrigação financeira; Pois, há outros que não a conseguem cumprir com consequências económicas graves. Dizia que o controlo da dívida, o cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro devem estar sempre na primeira linha de orientação, a governação Autárquica deve ser responsável, deve, antes de mais, ser guiada no sentido de se cumprir com os compromissos assumidos. Estou certo, de que serão os oliveirenses no futuro a lucrarem com este tipo de atuação. Mas para aqueles que acusam este executivo de ser pouco ambicioso e deste orçamento ser parco em investimento, importa referir que: Estamos num período de transição entre Quadros Comunitários; O novo Quadro Comunitário será certamente mais uma oportunidade para alavancarmos o investimento. É assim que faz sentido. E em matéria de aproveitamento de fundos comunitários, a Câmara Municipal deu sempre no passado prova de que é bastante competente no seu aproveitamento e deu já provas para o futuro de que vai ser certamente pioneira em termos municipais no aproveitamento desses fundos comunitários: Os

projetos de candidaturas em muitos casos estão em andamento. Obviamente, que dado a incerteza relativamente à abertura do acesso a fundos em vários domínios, esses investimentos previstos não estão na sua plenitude contidos no orçamento e nas grandes opções do Plano para 2016. Recordo a importância do aproveitamento de fundos comunitários como boa medida de gestão que permitirá sempre as partidas financeiras camararias para a realização de investimentos seja significativamente menor. Existe portanto a expectativa de que possamos, no próximo ano, ser positivamente confrontados com a necessidade de revisões ao orçamento para 2016, para a incorporação dos investimentos que serão submetidos ao financiamento do próximo Quadro Comunitário. Esperemos é que os atrasos burocráticos, que infelizmente têm acontecido, não aconteçam em 2016. Face ao orçamento anterior, este orçamento aumenta em mais de 3 milhões de euros. Este aumento, como já foi dito atrás, deriva da implementação do programa “Aproximar a Educação”, cujo impacto no orçamento municipal é de cerca de 6 milhões de euros, quer do lado da receita, quer do lado da despesa. Importa pois dar nota e importância para este reforço de competências do Município de Oliveira de Azeméis espelhado no orçamento. O impacto desta descentralização vai muito mais além do impacto orçamental. Com o programa “Aproximar a Educação”, Oliveira de Azeméis ganha capacidade de decisão e afirma-se ainda mais no panorama nacional. Este é pois um orçamento com a marca da descentralização. Este reforço de competências do município na área da educação só foi possível porque praticamente todos os agentes políticos, educacionais e sociais, com a exceção do Partido Socialista, se empenharam a fundo para que esta descentralização de competências fosse uma realidade. E 2016 será também o ano da aplicabilidade dos Acordos de Execução entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. As Juntas são, temo-lo dito repetidamente, os parceiros principais da Câmara Municipal. Certamente continuará a ser assim. 2016 Deverá então ser o ano da consolidação dos Acordos de Execução; 2015 Foi o primeiro passo e temos a certeza que na grande maioria dos aspetos, no que aos Acordos de Execução diz respeito, correu bem; No entanto, sabemos que há ainda espaço para melhor e fazer os ajustes necessários. E, com mais um ano de experiência, esta consolidação tenderá certamente a ocorrer. Este é portanto um orçamento de rigor que continua a sua aposta nos setores âncora de desenvolvimento local. Um orçamento responsável que merecerá, naturalmente, o apoio e o voto favorável da bancada do PSD. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Jorge Paiva – Presidente da Junta de Freguesia de Fajões. =====

===== Boa noite, Senhor Presidente da Mesa, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara Municipal, Vereadores, colegas, público aqui presente, imprensa. Estamos hoje aqui a discutir um documento importante para o desenvolvimento do nosso Concelho e das Freguesias. Fajões - como é evidente - tem espelhado um leque de obras que, parecendo muito, não

representa o real valor a que temos direito. Se, por um lado, a “tempestade” que assolou a nossa Freguesia parece que já lá vai; Espera-se que venha a bonança o mais rapidamente possível. Sei que os tempos não são fáceis e para todos; Mas a real mola das contribuições dos que produzem riqueza através das suas fábricas não aparece espelhado no real retorno a que temos direito. Fajões, do meu ponto de vista, merece mais investimento por parte da Câmara Municipal. Sei que é possível fazer mais, cito: A zona Industrial porque não avança? Já existiu um documento em tempos que alavancava toda essa zona e agora sabemos que existem proprietários de terrenos que querem ser parceiros na dinamização do espaço para que possa ser desenvolvido. A Via do Nordeste IV – Fase, Senhor Presidente, uma vez mais, o orçamento contempla essa grande obra que todos os Fajoenses anseiam desde que em abril de 1998 foi sugerido por mim à Câmara mas que, por questões várias, ainda não foi possível levar por diante. No entanto, Senhor Presidente, a sua vontade tem sido frontal e inequívoca em levar a obra para a frente o que está patente no orçamento e PPI. Os terrenos já são em boa percentagem propriedade de edilidade, gostava pois, ainda neste mandato, com dinheiro do nosso orçamento ou dinheiro de fundos que, por ventura, sobre de algum programa fosse construída. É justa a nossa pretensão, senhores membros da Assembleia. Não podia deixar passar também esta oportunidade e enaltecer a coragem do Senhor Presidente e do senhor vereador da educação no esforço para a requalificação das escolas: falo, como é evidente, da Escola Secundária de Fajões e Ferreira da Silva – Cucujães. Como seria de esperar, Fajões está-me na retina, pois, desde há muito que a nossa escola merece obras e esta será com certeza uma oportunidade excelente para alteração de várias situações, nomeadamente: amianto; segurança; comodidade e melhores condições para que os alunos possam disfrutar de condições para o seu desenvolvimento intelectual. Quanto aos Acordos de Execução: Senhor Presidente, espero que os mesmos possam ser alterados para melhor com introdução de mais atividades que possibilitem uma melhor equidade do nosso trabalho. Por estas razões, vou votar favoravelmente os documentos em execução.=====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado António Pinto Moreira, do CDS/PP. =====

===== Em anos anteriores, no presente e durante mais, pelo menos, dois executivos, qualquer orçamento municipal terá um bloqueio decorrente da obrigatoriedade de cumprimento do Plano de Ajustamento Financeiro. Vamos continuar a ouvir o jargão PAEL; Vamos continuar a pronunciar Programa de Apoio à Economia Local. Estamos pois em regime de assistência externa. Depois deste considerando inicial de enquadramento: No orçamento ora aqui proposto, relativamente ao que foi contratualizado no Plano de Ajustamento Financeiro em 2008, verifica-se uma alteração estrutural. Desde 2008 perdeu-se a capacidade de angariação de receitas correntes provenientes da venda de bens e serviços correntes, relativamente ao

previsto em cerca de 2,5 milhões de euros. Esta redução de receitas é coberto parcialmente de que forma? Simples. Aumento em cerca de 2 milhões de euros em impostos diretos e impostos indiretos cobrados aos bolsos dos oliveirenses. Portanto, excluindo as receitas correntes do estado, o Município não tem capacidade de gerar receitas próprias por via da atividade económica, exceto a cobrança de impostos. E não é preciso dizer muito mais e nem convém dizer muito mais que se torna repetitivo e por conseguinte redundante. Em termos simples: Resulta que o valor de amortizações de empréstimos e respetivos encargos financeiros, ao ano, são superiores ao valor do investimento no futuro dos oliveirenses. Não se governa para a fotografia do passado, governasse para os horizontes do futuro. O orçamento é um instrumento fulcral e vital para o funcionamento regular do Município. Este orçamento que o executivo consegue com o recurso que tem é o orçamento possível. Não podemos exigir mais. Por agora, que assim seja, não temos alternativa. Passemos em seguida ao capítulo das opções políticas: Gestão de opções e prioridades do Plano Plurianual de Investimentos. Em 11 de dezembro de 2013, o CDS enviou um email ao Senhor Presidente da Câmara com uma sugestão de alguns melhoramentos na freguesia de Ossela: Não teve inserção no Plano de 2014, nem de 2015, nem de 2016; Mas também não tivemos qualquer feedback favorável ou desfavorável, nem qualquer razão que pudesse indicar o inusitado, afinal, das nossas propostas. Na Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2014, entregamos uma proposta para se incluir no orçamento uma verba para planeamento, organização e defesa da floresta. Na Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2014, voltamos a falar no assunto. E no orçamento de 2015 lá aplaudimos, na altura, aqui, e lá foi inscrita uma verba de 5 mil euros para 2015 e 20 mil euros para os anos seguintes. Deve ter sido para nos ver calados. Pois, no plano agora apresentado, o que temos é um copy paste, mas um ano à frente: 5 mil euros passaram para 2016 e 20 mil euros para os anos seguintes. Daqui a um ano poderemos até verificar a mesma tendência e, então, diremos que o sistema é estável: avança no tempo a velocidade constante. Obviamente que, não esperaríamos que estívéssemos distraídos, pelo menos neste aspeto. Então, afinal, em 2015, nesta mesma rubrica, foram gastos ou não foram gastos os tais 5 mil euros? Também falo em Cucujães, como cucujanense: O Anfiteatro, ao ar livre: Senhor Presidente em 2009 fez a sua apresentação de campanha naquele espaço monumental. Já completou 6 anos como presidente da Câmara, não foram 6 semanas. Como diz que quer respeitar os cucujanenses, na Assembleia de 28 de novembro 2014, há um ano, lembrei a necessidade de dar acabamento condigno e dignificante. Plano de Investimentos Plurianual há? Sim. No PPI do ano anterior estava previsto 65 mil euros para 2017. No orçamento, ora apresentado, para iniciar em 2016, fica afinal zero em 2017. E os 65 mil euros são chutados para 2018. No próximo ano, se se verificar o mesmo mandamento, então diremos que este sistema também é estável. Avança no tempo a velocidade constante. Não diga que por acaso a culpa e da oposição e que é sempre obstrutiva. Dei alguns exemplos de opções com as quais não concordo; Opções, não são sofismas; Opções são tão validas umas como as outras. O que digo é que faria de forma diferente e com mérito. Na Assembleia Municipal de 30 de abril de 2015, está registado em ata, na minha intervenção sobre

o relatório de contas de 2013 quando se decidiu e votou a extinção da GEDAZ, no final, fiz um pedido para me serem enviado o resumo dos custos e proveitos da extinta GEDAZ em 2014. Caro Presidente, não recebi resposta. Caro Presidente, assim deve ser fastidioso ter de vir a estas Assembleias Municipais pois o que aqui é falado por alguns deputados não lhe afetam em nada, não serve para nada, são inconsequentes e os deputados são uns chatos que aqui têm de fazer perguntas. Anteriormente, nas palavras que proferi, indiquei que não teria razão de força para me opor a este orçamento. Para recusar o apoio ao orçamento entendo que só deve ser feito quando enferma desequilíbrios muito graves como o aqui apresentado no ano anterior. Mas falta ainda escalpelizar um ponto. E vou-me dirigir à Mesa, ao Senhor Presidente da Mesa que o assunto assim reporta: Na Assembleia Municipal de 30 de abril de 2014, o CDS apresentou uma proposta tendo sido deliberada por unanimidade. Essa proposta era para a elaboração de um Plano Estratégico para o Parque Molinológico. Apresentou a proposta Jorge Melo; falou Bruno Aragão; falou António Rosa; falou António Marques; falou António Cruz; falou Rui Luzes Cabral, uma intervenção relativamente extensa. A pergunta é: Estivemos a falar para quem? E para quê? O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu, na altura, o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara que interveio também. Colocada à votação à votação a proposta apresentada pelo grupo parlamentar do CDS/PP, foi a mesma aprova nesta Assembleia por unanimidade. No ano de 2014, não vimos nada. No ano de 2015, não vemos nada. No Plano de atividades e orçamento para 2016, nada. Significa que prescreveu? Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no âmbito das funções e competências, as deliberações da Assembleia Municipal são ou não são para serem cumpridas? Estamos perante um ato de não acatar as deliberações do órgão deliberativo. Mas, também, estamos disponíveis para contribuir para uma solução e, só vejo uma saída: A saída é que ficamos à espera que o Senhor Presidente da Assembleia nos possa, agora, assegurar que na primeira assembleia ordinária de 2016 seja remetida uma proposta de alteração ao orçamento e plano de atividades que contemple esta deliberação de 30 de abril de 2014 conforme exarado na respetiva ata. Dito isto, em função do compromisso que aqui nos for vinculado assim decidiremos a nossa votação, dispensando portanto a emissão de declaração de voto específica. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Respondendo diretamente ao deputado Pinto Moreira: No orçamento tem para estudos parece e projetos 348 mil euros e tem para trabalhos especializados 728 mil euros. O que eu lhe quero dizer é o seguinte, só para perceber: Inscrever uma verba específica para Parque Temático Molinológico e, ponho lá 5 mil, 10 mil, eu não sei quanto é que vai custar o estudo. O que eu sei é vamos fazer o estudo. E o estudo está contemplado nestas duas rubricas que acabei de lhe dizer. Fiquei surpreendido com a sua intervenção, mas eu rapidamente

consegui aqui ver: Estudos pareceres e projetos; e Trabalhos especializados. Quanto á questão da GEDAZ no processo de internalização das contas, as contas foram aprovadas aqui na Câmara Municipal. Eu, vou-lhe fazer chegar esse dossier, quero que o senhor tenha acesso a toda a informação. As contas foram aprovadas aqui por nós. Porque no processo de internalização as contas, transferiram-se da GEDAZ para a Câmara Municipal, foram aprovadas na Assembleia Municipal. Qualquer dúvida que possa ter, relativamente a essa matéria, esteja completamente à vontade; É mais fácil fazer perguntas concretas sobre questões concretas. Responder-lhe também concretamente, porque fez perguntas concretas sobre o Anfiteatro ao Ar Livre de Cucujães. O senhor presidente de Junta de Freguesia está aqui e pode testemunhar: Sobre essa matéria já tivemos duas reuniões objetivas: Inclusive, numa conseguimos trazer, finalmente, o projetista; E estamos a trabalhar, a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, para encontrar uma solução. Porque é muito fácil a gente falar das coisas. É verdade, as coisas não andam mas é preciso perceber porque é que elas não andam. Eu fazer obra sem projeto: Confesso - Não consigo fazer. E é preciso saber quem é o dono da obra. Definidas as coisas, seguramente que a Junta de Freguesia de Cucujães e a Câmara Municipal e o senhor deputado Pinto Moreira vão ficar satisfeitos que o problema está resolvido. Agora, não vale a pena andarmos a fazer castelos na areia. Já agora que passou no Anfiteatro ao Ar Livre podia ter na Fonte das Manguelas (não sei se ia a subir se ia a descer) cortado á esquerda e onde era o Teso, que era um monte que lá havia, podia ter passado e ver que há lá um investimento municipal, que é um campo de jogos municipal, que vai ser um parque de lazer que está a ser construído e que vai ser orgulhosamente feito em Cucujães. E é um investimento municipal. E é um investimento importante que seguramente todas as freguesias gostavam de o ter. Só falei disso porque era lá ao lado e estamos a falar do orçamento. Há uma coisa que eu quero dizer a todos, o orçamento é um exercício previsional e não é feito para condicionar nem para calar ninguém. É um exercício difícilimo de fazer. Tenham paciência. Difícilimo de fazer, tendo em conta as restrições que nós temos hoje para construir um documento orçamental. Meus amigos vamos falar claro: Hoje fazer um orçamento para uma Câmara Municipal é completamente diferente do que o que era há 20 anos, do que era há 15 anos, do que era há 10 anos porque as regras de construção de um orçamento eram completamente diferentes. Hoje há uma lei de enquadramento orçamental; Hoje há regras específicas; Hoje há dados que são dos últimos três anos, há verbas que temos de inscrever que é o orçamento geral do estado que nos manda; E hoje não há criatividade orçamental. Porque é que as Câmaras atingiram os défices? Porque tinham capacidade de fazer a previsão no aumento das receitas e tinha um terreno e dizia: Vou vender este terreno por 10 milhões de euros: Não tinha ninguém para o comprar, mas o terreno estava avaliado e punha-se aqui 10 milhões de euros e do lado da despesa punha-se 10 milhões de euros de investimento. E depois o que é que acontecia? A coisa não dava certo. Porquê? Porque o terreno não era vendido e havia uma quebra de receita. Havia uma quebra de receita, a despesa estava feita: Dá défice. É simples. Hoje é impossível fazer isso. Hoje construir um orçamento é muito diferente daquilo que era há 20 anos, mas, mesmo muito diferente. E

permitam-me também que faça um agradecimento público às três pessoas que ali estão: Dr. Nuno Gomes, Dr. Carlos Maia e o Dr. Figueiredo Faria porque foram os homens na Câmara Municipal que trabalharam de dia e de noite para construir este orçamento. Eles próprios sabem que este orçamento foi dos mais difíceis que nós tivemos dos últimos anos por razões que já aqui foram explicitadas. Eu também tinha aqui que lhes fazer este agradecimento. Portanto, que fique claro relativamente ao estudo do Parque Molinológico, o que falta aqui é a adjudicação, o dinheiro está acomodado nestas duas rubricas, ou numa ou noutra está acomodado. Precisamos é de o adjudicar e fazer o concurso. Eu acho que tem de ser uma empresa externa a fazê-lo para que depois nós possamos aqui aprovar e implementar. Mas, também, deixe-me dizer-lhe o seguinte, senhor deputado Pinto Moreira, que é: Hoje a associação que gere o Parque Temático Molinológico, também é justo fazer este reconhecimento, porque, nós conseguimos, nós, todos, - não foi a Câmara, - o Presidente então nunca consegue nada, nós conseguimos sensibilizar os privados e hoje no Parque Temático Molinológico são as empresas que ajudam a encontrar soluções, são as empresas e os privados que garantem financiamento para melhorarem permanentemente o Parque Temático Molinológico. Portanto, há uma estratégia. Falta o plano. É verdade. E plano é uma deliberação da Assembleia Municipal. E falta um plano a longo prazo? Estamos completamente de acordo sobre isso. E vamos fazê-lo, esteja completamente tranquilo relativamente a essa matéria. Mas, hoje, Valente Marques S.A., Novarroz, Catelas & Teorgas, privados que compraram moinhos e que estão a investir. É que, se calhar, as pessoas falam do Parque Temático Molinológico e já não vão lá à não sei quanto tempo. Então, os caminhos que lá estão feitos – candidatura ADRITEM, percursos pedonais, percursos cicláveis, uma rota de BTT extraordinária: isto vai até Loureiro, passa pelo Pinheiro, Travanca, pela União das Freguesias, e centro de Ul. O Parque Temático Molinológico hoje, isto há dois anos não acontecia, tem lá uma padeira. Perguntem a quem trata da gestão do Parque Temático Molinológico o que é que custa ter lá uma padeira. Mas as pessoas, hoje, vão ao Parque Molinológico e têm lá pão e compram a regueifa e muitas iam lá e estava fechado porque a padeira tinha ido para casa dela trabalhar. Hoje, não, há um sistema de rotatividade. O Parque temático Molinológico faz pão. Já está a falar com o senhor vereador da educação: porque é as crianças das nossas escolas não hão de consumir pão de Ul? Mas há pão melhor do que o pão de Ul? Porque é não podemos fazer este trabalho de sinergia, se temos de comprar pão para as crianças porque é que não há-de ser pão de Ul? Se andamos a valorizar tanto o pão de Ul, porque é que não apostamos logo nas crianças? São todas estas coisas e eu não vou estar aqui a dar explicações do Parque até porque, há uma associação do Parque, há uma associação do Parque que está a fazer um excelente trabalho. Está ali o senhor presidente de junta da União de Freguesias que pode testemunhar essa interatividade com os privados e com a população. Vocês já viram: O Parque Molinológico está sempre limpo. Grande parte daquela limpeza é feita por campanhas de voluntariado; grandes empresas e algumas até nem são de Oliveira de Azeméis mas que dedicam o seu sábado a limpar a fazer trabalho comunitário. Isto é

espetacular. É um local único, é um local aprazível. Agora, logicamente, e aí concordo: Uma visão até 2020, a 25, a 10 anos, excelente. Excelente, estamos de acordo, não vamos voltar a discutir essa matéria. Quanto ao senhor deputado Jorge Paiva, dizer-lhe o seguinte: Falou na Via do Nordeste: Nós temos uma intenção de o mais rápido iniciar a IV-Fase da Via do Nordeste. Mas, senhor deputado, ela não pode ser feita toda ao mesmo tempo. Por uma razão muito simples. O financiamento de estradas do ponto de vista estruturais, vocês vão ouvindo: não vai haver dinheiro para estradas; só há dinheiro para acessos a zonas industriais. Aquela é uma via importante. Nós temos essa via como prioritária e temos a Via do Sudoeste; A Via do sudoeste que liga a Área de Acolhimento Empresarial de Ul /Loureiro liga à zona industrial de, grosso modo, Rebordões – Cucujães. Nós, na última reunião de câmara, estivemos a aprovar uma fase ali na zona da elétrica, na zona de Madail / Santiago para poder, também, dar ali um sinal a um privado, mas, acima de tudo planejar a construção dessa Via do Sudoeste que para nós é uma via muito importante do ponto de vista estratégico paralela à Via do Nordeste última fase de ligação a Fajões. Mas há aqui uma série de outras coisas que estão pendentes, e o senhor presidente da Junta de Fajões sabe, também, de outros investimentos, de outros investimentos de outros concelhos que podem implicar a interferência de Oliveira de Azeméis, ou não. E por isso será uma matéria a ser falada. O senhor deputado falou na zona industrial: dizer que também nessa matéria de zonas industriais, procurando escarpelizar e indo aqui um bocadinho ao pormenor, é muito importante aquilo que estamos a fazer relativamente á ainda área de Acolhimento Empresarial Ul/ Loureiro mas, o plano que temos da requalificação da zona industrial de Cesar / Fajões / Carregosa, Nogueira do Cravo/ Pindelo e Costa Má – S. Roque, para além da zona industrial de Oliveira de Azeméis que precisa também de requalificada e basta passar lá durante o dia para perceber os constrangimentos de trânsito, estacionamento desordenado, obviamente que, a pressão daquelas fábricas e número de pessoas que ali trabalham precisam de uma resposta e nós vamos ter que rapidamente investir também ali naquela zona industrial. Também nessa matéria temos uma coisa em curso, que é: O encaminhamento de uma linha de água a céu aberto vai provocar a construção de uma nova via para melhorar a acessibilidade e a mobilidade dentro da zona industrial de Oliveira de Azeméis. Portanto, vamos ter uma atenção muito especial para tudo o que é zonas industriais no nosso Concelho. Quanto à intervenção do senhor deputado José Campos: O senhor deputado falou nas questões do investimento, nas restrições do investimento; Mas o senhor deputado conhece bem o Concelho; A sugestão que eu lhe fazia era que, um dia deste disponibilizasse a sua viatura e pudesse conduzir algumas pessoas a verem algumas coisas, escolha as pessoas aquelas que têm dúvidas a verem. Podem ir aqui perto: A zona aqui já ao lado a zona desportiva, as piscinas, o pavilhão, depois, mais abaixo um bocadinho está, um Centro Escolar, Centro Escolar de Ul a funcionar. Foi construído agora recentemente; Foi investimento também. Depois mais um bocadinho abaixo, vamos a Loureiro, Área de Acolhimento Empresarial; Prometido há mais de 30 anos; Toda a gente falava: Mário Alberto Pires Lopes, Presidente da Junta de Loureiro – “ Vamos fazer a zona industrial de Loureiro”. Está feito. Está

lá. Investimento. *Businesses Center* está a ser construído, também é uma infraestrutura importante de apoio aos nossos empresários. Eu disse-lhe para ir para este lado; se for aquele: passe na La-salette e, veja o Parque de La-Salette, a obra está à vista, portanto, a requalificação o parque para mais 100 anos; Pode ver o Centro de Interpretação do Vidro também; Está ser feita a recuperação da Casa do Mateiro - estava a cair e toda a gente dizia: ai que tristeza aquela casa tão bonita a cair - Está recuperada. Mas, depois, se quiser dar uma volta pelo concelho e ver investimento em educação: Aí tem que gastar muito gásóleo e muita gasolina porque tem muito por onde andar. Isto, para não lhe falar nos investimentos materiais: Só em investimento na Ação social – políticas sociais, estamos a falar de mais de 4 milhões de euros. Estamos a falar de investimentos que, estão feitos, são visíveis, as pessoas veem. Agora, não vale a pena falar; se as pessoas não querem ver, não veem. Ninguém se zanga, a democracia é mesmo assim. Portanto, dar-lhe essa nota e essa sugestão, deputado José Campos. Uma última nota relativamente ao orçamento, Senhor Presidente António Grifo, que é o seguinte: Nós vamos ter que nos habituar, e eu já disse isto aos senhores presidentes de junta, a sucessivas e constantes alterações orçamentais. Era uma coisa que não acontecia. Nós hoje fizemos uma, aprovamos há bocadinho a inscrição no lado da receita de 1 milhão, fruto de uma candidatura. Eu tenho a certeza absoluto que, no próximo ano, no exercício orçamental de 2016 nós vamos ter que aprovar aqui muitas alterações orçamentais, espero eu, por via do aumento da receita. Logicamente que o aumento da receita vai provocar o aumento do investimento, é evidente. Quando os senhores presidentes de junta, com quem reuni esta semana, falavam numa questão, que é uma questão objetiva e não vale a pena fugir ao tema, que é: Senhor Presidente - está bem; - o senhor inscreveu lá as nossas prioridades mas meteu tão pouquinho dinheiro. É verdade. Meus caros é muito simples: Nós temos o valor do investimento mas, depois temos o valor que efetivamente podemos investir, por via das restrições orçamentais. É uma equação. O difícil era falar se estivéssemos a falar de outro tipo de valores. Mas quando a decalagem entre o investimento e aquilo que nós pudemos efetivamente investir é grande: é onde funciona a folha de Excel. Senhor deputado Bruno Aragão, o senhor fala na questão do investimento. Estamos a dizer que a obra está feita, a obra está feita e pode-se ver, está à vista, pode-se fotografar. Agora, o investimento é sempre pouco. É verdade. E o que nós fizemos foi, fruto das alterações orçamentais que vamos fazer ao longo do ano, inscrever as rubricas mesmo com valores pequenos. É verdade. E os senhores presidentes de junta compreenderam isto porque, efetivamente, é preferível ter lá inscrito e depois fruto de rubrica de alteração orçamental acomodar a obra e ela estar em plano e estar em orçamento, do que não ter. Como disse - foi o orçamento possível. Se vocês me perguntarem: o Senhor Presidente queria ter um orçamento maior? Pois claro que queria. Queria ter mais capacidade de investimento? Pois claro que queria. Era o mais faltava. Também se disse-se o contrário era masoquista. Portanto, aqui ficam as explicações às questões que me foram colocadas. Muito obrigado.=====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado maioria aprovar o Orçamento, Grandes Opções Plano e Quadro Plurianual de Programa Orçamental para o ano 2016, bem como a autorização das normas e propostas que constam do relatório orçamental, nomeadamente as propostas do ponto VII – 1.a), 1.b) e 2., com a seguinte votação: - a favor: dezassete votos do PSD, três votos do CDS/PP e o voto do Presidente da Junta de freguesia de Cesar; - contra: onze votos do PS; abstenções: cinco - Presidente da Junta de Freguesia de Cucujães, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro, Presidente da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta/ Palmaz e Travanca e Presidente da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo.* =====

===== **Ponto sete:** *Mapa de Pessoal para o ano 2016 – Aprovação;*=====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A necessidade de se planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis; - Que o planeamento deve incluir eventuais alterações a introduzir nas unidades orgânicas flexíveis, bem como o respetivo mapa de pessoal, e acompanhar a proposta de orçamento (art.º 28º do Anexo I, à Lei n.º 35/2014, de 20.06); - As necessidades previsionais de pessoal para 2016, manifestada pelos Serviços/Secções/Divisões/Departamentos; - Que o mapa de pessoal no atual contexto de restrições, contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função: a. Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; b. Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam; c. Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular; d. Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho (n.º 2 do art.º 29º do referido diploma). Proponho: - A apresentação, para apreciação da Câmara Municipal, do mapa e respetivos anexos, o qual representa e incorpora a previsão de pessoal que se estima ser necessário para 2016, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas; - Que se submeta o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal, na mesma sessão da apresentação do orçamento municipal para o mesmo ano; e - Que posteriormente, se torne público, por afixação no órgão/serviço e inserção na página eletrónica, assim devendo permanecer, em cumprimento do determinado no n.º 4 do art.º 29º do Anexo I à Lei n.º 35/2014, de 20.06.”* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Só uma brevíssima explicação com o Mapa de Pessoal porque neste exercício ele é condicionado pelo “Aproximar a Educação”. Portanto, nós temos um número de postos de trabalho fruto da competência e da descentralização que temos agora na área da educação. Há aqui postos de trabalho que ainda vêm de exercícios anteriores e há depois novos. Aquilo que eu posso dizer, relativamente a novos postos de trabalho e como sabem os senhores membros da Assembleia Municipal eu tenho por hábito dizer isto: o estar inscrito nos novos recrutamentos a fazer não quer dizer que se faça: Até porque, já provamos que isso não acontece; O problema é que não o podemos fazer se eles não estiverem inscritos. Portanto, os sete que estamos a falar é: Um engenheiro eletrotécnico para a Divisão de Educação; Quatro para a equipa de Planeamento e Gestão Ambiente; Uma consolidação de mobilidade de uma engenheira eletrotécnica e de três jardineiros; Um encarregado operacional mas é um concurso intercarreiras, portanto é um concurso interno; Um motorista de transportes coletivos, porque nós temos cada vez mais exigências naquilo que são os transportes de crianças. E estamos também a fazer um investimento, na renovação do nosso parque auto, para comprar novos autocarros, fruto da nova legislação o nosso autocarro antigo está no limite para poder transportar crianças. Fruto das especificidades que agora são obrigatórias nós estamos a investir na renovação da frota, nomeadamente nesse autocarro. Também tivemos uma senhora motorista, e também aí fomos pioneiros, a senhora que conduzia o autocarro da Câmara pediu licença sem vencimento e foi trabalhar para outra empresa. Nós neste momento para satisfazer, quer aquilo que necessitamos em termos de educação, quer a disponibilidade dos autocarros para as associações, ranchos folclóricos, bandas de música, clubes desportivos, associações juvenis, etc..., etc..., temos a necessidade de mais gente qualificada para o fazer e assegurar as folgas e os descansos que são precisos por trabalharem fim-de-semana atrás de fim-de-semana. Portanto, basicamente era isto.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado maioria aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2016, com a seguinte votação: - a favor: dezassete votos do PSD, três votos do CDS/PP e um voto Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - abstenções: catorze do PS.* =====

===== **Ponto oito:** *Autorização de contratação de empréstimo de curto prazo para o ano económico 2016;* =====

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Ata de abertura de oito propostas; - O relatório da Comissão de análise, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas; - O mapa de simulação demonstrativo da capacidade de endividamento do município, documento este que fica igualmente arquivado em pasta anexa ao livro de atas, para efeitos e em cumprimento do Art.º 49º, n.º 5 da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o Art.º 25º, n.º 4 da Lei n.º 75/2013. Propõe-se: 1. A aprovação da ata de abertura e relatório de análise; 2. A adjudicação ao Banco BPI, optando-se pela taxa de juro indexada à euribor 3 meses + Spread 1%, por ser a proposta que apresenta as condições mais vantajosas; 3. A dispensa de audiência prévia, nos termos do art.º 124º, n.º 1, alíneas a) e c) do Código do Procedimento Administrativo, dada a urgência para aprovação / autorização na Assembleia Municipal que fará aprovar e considerando não haver matéria que suscite dúvidas na vantagem da proposta mais favorável. Submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização de contratação e aprovação das condições nos termos e para efeitos do Art.º 25º, n.º 1, alínea f) e n.º 4, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com os artºs 49º, n.º 5, e 50º, n.º 2, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.”*=====

=====*O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*=====

=====*Senhor Presidente é aquilo que normalmente na Assembleia desta data vem para o ano seguinte em termos de empréstimo de curto prazo. Como sabem, este empréstimo é feito e tem que ser pago no próprio ano (2016). Está aí a ata do júri, portanto é só para Assembleia poder aprovar.*=====

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

=====*O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a contratação de empréstimo a curto prazo para o ano económico 2016.*

=====***Ponto nove:** Fixação das Taxas sobre os Prédios Urbanos no âmbito do Imposto Municipal de Imóveis – IMI para 2016;*=====

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: · Que a comunicação à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), por transmissão eletrónica de dados, das deliberações da Assembleia Municipal que fixam as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 2015, referidas no Art.º112º do CIMI, deve ser recebida nesse serviço até 30 de Novembro de 2015. Caso isso não se verifique serão aplicadas as taxas mínimas (n.º14, do Art.º112 do CIMI, na sua atual redação); · O plano de saneamento financeiro (PSF)*

aprovado, que aponta para a maximização de receitas, designadamente em matéria de impostos locais e taxas, conforme o estatuído na f), n.º 2 do Art.º 4º do Decreto-Lei n.º 38/2008 de 7 de Março; · A semelhança do PSF, o estudo e aprovação do PAEL prevê a manutenção de taxas e impostos; · O constante acréscimo de novas responsabilidades e transferências por parte dos Municípios, os constrangimentos e restrições orçamentais, designadamente as decorrentes das medidas adicionais do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), Lei n.º 12 – A/2010, conforme o art.º 13, em que foram reduzidas as transferências do Orçamento de Estado (OE) para as autarquias locais, o que implicou uma redução de 3,79% (cerca de 529.000€) nas transferências para o nosso Município no ano de 2010; · Nos Orçamentos de Estado para 2011 e 2012, os valores das transferências para o nosso município foram diminuídos nos montantes de 672.170,00€ e 638.098,00€, respetivamente; em 2013; manteve-se o mesmo valor de 2012; em 2014, houve uma diminuição no montante de 333.487,00€; em 2015, houve um aumento de 589.982,00€, tendo o Município a obrigação de contribuir no montante de 225.856,00€ para o Fundo de Apoio Municipal, nos termos do art.º 17º da Lei 53/2014 de 25 de Agosto; para 2016 permanece, contudo, a obrigação de contribuir para o Fundo de Apoio Municipal em valor idêntico ao ano anterior; · A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o regime financeiro das autarquias locais; · Que os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, podem fixar uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13.º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com o n.º 13 do art.º 112 do CIMI, aditado pelo art.º 213º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), pelo que neste âmbito a proposta de redução – IMI familiar - é a seguinte:

N.º de dependentes a cargo	Redução de taxa
1	5 %
2	10 %
3 ou mais	20 %

Que, nos mesmos termos legais, se justifica a fixação da redução da taxa de IMI, dado que: - As famílias com dependentes têm despesas acrescidas; - A família, como pilar da nossa comunidade deve ser destacada, valorizada e protegida; - A redução da taxa de IMI, que se propõe, funcionará como incentivo à natalidade e conseqüente aumento da população do nosso concelho e uma diferenciação positiva relativamente às famílias numerosas; · Não obstante o quadro de reduções e constrangimentos financeiros, a responsabilidade e compromissos de gestão, julga-se adequado efetuar um esforço de amortecimento do impacto e com alcance direto das medidas de austeridade, da crise e avaliação dos imóveis, nas famílias, população oliveirense e desenvolvimento do nosso concelho, optando por: manter a redução dos valores das taxas de IMI para 2016; bem como, a possibilidade da redução de IMI consoante o número

de dependentes a cargo do proprietário do imóvel, assim propõe-se: Mediante deliberação da Assembleia Municipal e sob proposta da Câmara Municipal manter as taxas a aplicar em 2016, com redução equivalente aos valores de 2015, que correspondem a uma redução de 0,12 pontos percentuais do valor máximo previsto no CIMI para prédios urbanos: 1 - Nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 112º, n.º1 alínea c), n.º 5 e n.º 13 do Código do Imposto sobre Imóveis (CIMI), na sua atual redação, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do Art.º 33º e alínea d), do n.º1, do Art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro 2013, se fixem as taxas do IMI para 2016 em: · Prédios urbanos: - em geral valor: 0,38%; - com redução de 5% (agregados familiares com 1 dependente), valor: 0,361%; - com redução de 10% (agregados familiares com 2 dependentes), valor: 0,342%; - com redução de 20% (agregados familiares com 3 dependentes ou mais), valor de 0,304%; 2 - Que também se comunique à AT, o diretamente estatuído no n.º3, do Art.º 112º do CIMI, na sua atual redação, ou seja, que a taxa prevista anteriormente e correspondente à alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo do CIMI, é elevada, anualmente ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio; 3 - Se majore em 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, na área de intervenção do plano de urbanização da cidade e nas áreas e freguesias cujo levantamento já se efetuou em anos anteriores, Prédios Urbanos = 0,494% e considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens. Para o efeito deverá a Equipa Multidisciplinar de Planeamento Urbano e Ambiente proceder ao levantamento dos prédios urbanos degradados, nas áreas acima referidas, e proceder à identificação dos respetivos proprietários para comunicarem à AT até 30 de Novembro de 2015, conforme o n.º 8 do art.º 112º do CIMI, na sua atual redação; 4 - Se majore no dobro (1,6%), a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situações de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20€ por cada prédio abrangido nos termos do n.º 9, do art.º 112º do CIMI, na sua redação atual. Para o efeito e nos termos do n.º 11, do art.º 112º do CIMI na sua redação atual, deverá o Núcleo de Competências de Gestão de Espaço Florestal, proceder ao levantamento dos prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono (conforme definido e nos termos do n.º10 do mesmo artigo) e à identificação dos respetivos proprietários, até 30 de Março de 2016, para comunicação via eletrónica à AT; 5 - Para as restantes situações ainda não é oportuno propor a respetiva fixação de taxas.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 Portanto estamos a falar do ponto nove, dez, onze e doze, certo? Muito bem. Relativamente ao IMI para 2016: Nós já discutimos em sede de executivo e a nossa proposta, naquilo que diz respeito ao IMI familiar, é que a redução seja feita da seguinte forma: 5% de redução de taxa a quem tem um dependente a cargo, 10% para quem tem dois e 20% para quem tenha três ou mais. Esta é a nossa proposta de IMI, na questão do IMI familiar. A taxa de IMI mantemos relativamente aquela que foi a taxa no ano passado, portanto, neta matéria como sabem nós já temos uma redução de IMI. A taxa que nós decidimos implementar no ano passado foi de 0,38% e é essa taxa que propomos, como digo, com esta redução, com a aplicação da redução do IMI familiar. Como sabem, foi uma prerrogativa que o orçamento de estado nos disponibilizou e ficou ao critério da Câmara Municipal as taxas máximas nessa matéria e as taxas máximas eram: um dependente 10%, dois dependentes 15% e três dependentes ou mais 20%. Nós optamos, por propor a redução máxima a quem tem três ou mais, num claro incentivo à natalidade e não aplicar a disponibilidade nos dois e num dependente, portanto passar a 5% e 10%. Naquilo que é a taxa da Derrama: Como sabem, o valor máximo permitido para a aplicação da taxa da derrama é 1,5 %. Nós aqui em Oliveira de Azeméis temos tido por hábito de aplicar a taxa de Derrama de 1,2%. Taxa Municipal de Direitos de Passagem: A discussão mantém-se. Os problemas de há um ano e de há dois anos são os problemas de hoje. Eu acho que esta taxa devia dar mais receita aos Municípios. E, está agora a iniciar-se um novo ciclo governativo, esperemos que este governo possa, já que o anterior não conseguiu resolver, os anteriores não conseguiram resolver, ultrapassar esta situação. A questão da definição da percentagem de IRS sobre os rendimentos de 2016, nós mantemos o mesmo o valor que propusemos para 2015 porque nós ainda temos este problema de consolidação orçamental e portanto achamos que, pelo princípio da precaução, devemos manter esses 5%. Por isso, Senhor Presidente julgo que fui rápido mas fui factual naquelas que são as nossas propostas. =====

=====
 Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Ana Sofia Pinho, do PS e Nuno Pires, do PSD. =====

=====
 O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada Ana Sofia Pinho, do PS. =====

=====
 É com agrado que vemos esta questão do IMI revista que sempre batalhamos de vermos as famílias com dependentes a cargo verem proporcionalmente esta questão revista. No entanto, claro que nós somos, naturalmente, insatisfeitos e se tivéssemos optado por aquilo que está estipulado no orçamento de estado, achávamos que também por aí poderíamos fazer mais um bocadinho a diferença. Verificamos também com agrado a questão da Derrama como tem sido também apanágio nosso, é um sinal também de apoio aos investidores e ao tecido industrial / comercial oliveirense. Já quanto à questão relativamente ao IRS, continuamos com a taxa máxima, o Senhor Presidente acabou de dizer que continuaríamos com ela, face à consolidação

orçamenta. No entanto, o Partido Socialista continua a achar que também em sede de IRS as famílias devem ser um bocadinho mais beneficiadas e, se possível, gradualmente. Aquilo que vamos propor a votação é que, seja reduzida a taxa para 4,5%. Não fiz, efetivamente, os cálculos de quanto é que seria a diferença. Considero que a percentagem de meio valor não fazer grande diferença – digo eu. E por isso, vamos por à votação esta proposta, se entenderem obviamente. Entendemos que com esta redução de meio ponto percentual vamos ser um bocadinho ainda mais competitivos face à fixação das famílias em terras Oliveirenses. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Nuno Pires, do PSD. =====

===== No seguimento da política fiscal adotada pelo do Município de Oliveira de Azeméis, importa referir determinados aspetos: Ao abrigo do Plano de Saneamento Financeiro estão previstas a maximização de receitas, nomeadamente através da receita de impostos e taxas definidas pelo Município. Estamos obrigados ao cumprimento rigoroso de um Plano Financeiro que visa o equilíbrio e a sustentabilidade das contas do Município. Algo que tal como se verificou nos pontos anteriores tem sido cumprido com distinção, nomeadamente através da redução de dívida do Município superior a 20 milhões de euros. Importa referir ainda que do ponto de vista de projeção do nome Oliveira de Azeméis, bem como da qualidade dos serviços prestados e dinamização do Concelho, em nada foi afetado com este rigor orçamental. Sendo que Oliveira de Azeméis está na moda e é referência para muitas áreas no nosso país. Começo por dizer que não há nenhum aumento de impostos em Oliveira de Azeméis bem pelo contrário, o IMI familiar prevê uma redução do mesmo como forma de incentivo á natalidade. Tomei a liberdade de vos presentear com uma apresentação comparativa das taxas aplicadas nos municípios do distrito de Aveiro no ano anterior: Não sem isto deixar uma especial comparação entre o Município de Oliveiras de Azeméis, Santa Maria da Feira, Aveiro e Ovar dado que são os maiores municípios do distrito e os que têm idênticas simetrias que é o número de habitantes, na dimensão do território, no valor dos orçamentos e no endividamento, com exceção de Aveiro que se encontra numa situação financeiramente grave. Relativamente ao IMI, o município mantém a taxa do ano anterior de 0,38%, face à taxa máxima possível de 0,5%. E com a bonificação no IMI familiar, já referida pelo Senhor Presidente de Câmara, que prevê uma redução de 5% para famílias com um dependente, 10% para famílias com dois dependentes e 20% para famílias com três ou mais dependentes. Em termos comparativos do distrito verificamos que: Santa Maria da Feira e Aveiro aplicam a taxa máxima de IMI; Ovar apresenta uma taxa igual a Oliveira de Azeméis; No global do distrito treze municípios apresentam uma taxa inferior e quatro uma taxa superior. De realçar que as taxas municipais são incentivos à política local e, neste caso, à captação de pessoas para cada um dos municípios. O que se constata, é que a maioria dos municípios do interior apresentam taxas mais reduzidos como incentivo ao combate da desertificação. Taxa de Derrama: Este imposto é aplicado diretamente

às empresas e na sua essência tem o mesmo objetivo que o IMI no caso das famílias. Os municípios optam por aplicar taxas de acordo com a política de incentivo à criação de empresas e muitos optam ainda por aplicar taxas reduzidas para pequenas e médias empresas. Como se verifica no mapa exposto, dos quatro municípios comparáveis, Oliveira de Azeméis mantém a taxa de 1,2%, sendo que, Santa Maria da Feira, Ovar e Aveiro aplicam a taxa máxima de 1,5%; Onze concelhos do distrito de Aveiro apresentam uma taxa superior a Oliveira de Azeméis, um apresenta a mesma taxa, e seis taxas mais reduzidas. Relativamente às taxas reduzidas: oito municípios optam por praticar esta modalidade, com características específicas, verificamos que na sua essência beneficiam as pequenas e médias empresas com volumes de negócios abaixo e no caso de Oliveira de Azeméis 150.000,00€. Percentagem de IRS sobre os rendimentos: Neste caso, a taxa aplicável de IRS corresponde a uma percentagem no peso do Orçamento Municipal. Os municípios que se encontrem em cumprimento de Planos de Saneamento Financeiro, ou que vêm verbas reduzidas para promover a atividade do município ou investimento, contam com a maximização dessa receita. Sendo assim, e como verificamos no mapa: Dos quatro concelhos que temos feito a comparação, apenas Ovar apresenta uma taxa inferior à taxa máxima de 5%, neste caso 3%; Santa Maria da Feira, Aveiro e Oliveira de Azeméis apresentam a taxa máxima de 5%; Dos dezanove concelhos do distrito, dez apresentam a taxa máxima de 5%; Destaque, neste caso, pela positiva, dos municípios de Águeda e Mealhada que aplicam a taxa de zero (0%). Face ao exposto nem tudo será como desejaríamos, ou seja: uma redução aos mínimos de todas as taxas previstas e consecutivamente a redução da receita e por outro lado um aumento na atribuição de verbas em várias rubricas, por exemplo: transferências para as juntas de freguesia ou no próprio investimento. Confesso, perante tudo o que aqui ouvi hoje, que não devo viver no mesmo concelho. Mais do que discutir programas eleitorais que foram sufragados. Perante a nossa realidade e com o cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro o investimento é o possível. Confesso que todos desejaríamos mais. Mas uma coisa eu tenho a certeza: Oliveira de Azeméis é hoje um concelho com vida, com dinâmica, reconhecido a nível nacional. Com todos os constrangimentos não sinto que Oliveira de Azeméis esteja pior do que há dois, três, quatro, cinco ou seis anos. Como diária alguém: “Não podemos ter o melhor de dois mundos – sol na eira e chuva no naval”. Tenho dito. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dez:** Fixação da Taxa de Derrama para 2016; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O definido no n.º 1 do Art.º 18º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, os municípios podem deliberar

lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC); - O plano de saneamento financeiro (PSF) aprovado, que aponta para a maximização de receitas, designadamente em matéria de impostos locais e taxas, conforme o estatuído na f), n.º2 do Art.º 4º do Decreto-Lei n.º38/2008 de 7 de Março; - A semelhança do PSF, o estudo e aprovação do PAEL prevê a manutenção de taxas e impostos; - Os constrangimentos e restrições orçamentais, designadamente as decorrentes das medidas adicionais do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC), Lei n.º.12 – A/2010, conforme o art.º13, em que foram reduzidas as transferências do Orçamento de Estado (OE) para as autarquias locais, o que implicou uma redução de 3,79% (cerca de 529.000€) nas transferências para o nosso Município no ano de 2010; - Nos Orçamentos de Estado para 2011 e 2012, os valores das transferências para o nosso município foram diminuídos nos montantes de 672.170,00€ e 638.098,00€, respetivamente; em 2013, manteve-se o mesmo valor de 2012; em 2014 houve uma diminuição no montante de 333.487,00€; em 2015 houve um aumento de 589.982,00€, tendo o Município a obrigação de contribuir no montante de 225.856,00€ para o Fundo de Apoio Municipal, nos termos do art.º 17º da Lei 53/2014 de 25 de Agosto; para 2016 permanece, contudo, a obrigação de contribuir para o Fundo de Apoio Municipal em valor idêntico ao ano anterior; - Que a conjuntura económica tem afetado a economia em geral e as empresas em particular, no entanto na comparação de períodos homólogos (Julho2013/Junho2014 e Julho2014/Junho2015) verifica-se um aumento de 300.024,54€; - O enquadramento atrás referido, o Executivo vai manter a sua orientação para uma política de apoio às empresas, designadamente às PME's e de dinamização do tecido económico do concelho, assim apontamos para manter as taxas pelos valores de 2015; - Que, ao abrigo do nº 10 do art.º 18º do RFALEI, e posteriores alterações, a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para sujeitos passivos com volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros), propõe-se: Nestes termos, ao abrigo do disposto no Art.º 18º do RFALEI, conjugado com a alínea ccc), do nº 1, do Art.º 33º e alínea d), do nº 1, do Art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro 2013, a fixação pela Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal das seguintes taxas de Derrama para o ano 2016: Taxa geral de 1,2%; Taxa reduzida de derrama de 0,75%, para sujeitos passivos com o volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€ (cento e cinquenta mil euros).” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade fixar a taxa da derrama para 2016: Taxa geral de 1,2%; Taxa reduzida de derrama de 0,75%, para os sujeitos passivos com o volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse € 150.000,00. =====

===== **Ponto onze:** *Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2016;* ==

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “A Lei nº 5/2004 de 10 de Fevereiro e posteriores alterações veio permitir a cobrança por parte dos Municípios respetivos, de uma taxa municipal de direitos de passagem, com o intuito de mitigar os encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público (Operadores), em local fixo, dos domínios públicos e privado municipal. Posto isto, e considerando que: o percentual a aprovar por cada Município deverá ser aprovado anualmente até ao final do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina (art.º 106º, nº 2, alínea b); - o seu valor máximo é o de 0,25% – devendo tal constar de forma expressa na faturação mensal emitir pelos Operadores de redes e comunicações eletrónicas (art.º 106º, nº 3): o percentual aprovado e cobrado no ano de 2015 foi de 0,25%, propõe-se: nos termos e ao abrigo do preceituado no art.º nº 106º da Lei 5/2004 de 10 de Fevereiro (Lei das comunicações eletrónicas), conjugado com os art.º 33º, nº 1, alínea ccc) e para efeitos do art.º 25º, nº 1, alínea b) e c), do anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, a aplicação de um valor percentual de 0,25% com Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para vigorar no ano de 2016.”* ==

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por maioria fixar a taxa municipal de direitos de passagem para 2016 em 0,25%, com a seguinte votação: - a favor: dezassete votos do PSD, três votos do CDS/PP e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; contra: quinze votos do PS.* =====

===== *Seguidamente, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou à votação a admissão da proposta apresentada pela deputada Ana Sofia Pinho, do PS: “Redução do Imposto sobre os Rendimentos das pessoas Singulares (IRS) para 4,5%”, tendo a mesma sido admitida por maioria com um voto contra.* ==

===== *Aberto o período de inscrições, para análise e discussão da proposta admitida, registaram-se os pedidos de inscrição dos senhores José Campos, do PSD e Bruno Aragão, do PS.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado José Campos, do PSD.* =====

===== *Senhor Presidente dizer que nós, obviamente, vamos votar contra, por dois motivos: Se fossemos agora alterar a taxa de IRS, isto iria interferir com o orçamento que acabamos de aprovar. Portanto, não faz sentido. Em segundo lugar: não tenho dúvidas*

absolutamente nenhuma de que estas verbas, são, de alguma forma significativas, usadas pela Câmara Municipal sobretudo na Ação Social e no apoio aos mais carenciados e isso seguramente é muito importante e não pode de alguma forma ficar aqui em causa com esta proposta. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Obrigado, Senhor Presidente. Para tranquilizar os senhores deputados. Senhor José Campos, naturalmente que: se temos que votar numa Assembleia Municipal, não sabendo, á partida, o que é o que os senhores deputados vão votar; se é possível alterar taxas, vota-las, aprecia-las depois da votação de um orçamento é porque naturalmente está enquadrado e foi o que fizemos com as outras taxas. Imagine, por suposição, que, a Assembleia Municipal teria votado noutro sentido: Portanto, tranquiliza-lo nesse sentido. Tranquiliza-lo também relativamente ao exemplo que deu de com o que significaria a redução da taxa do IRS no apoio que a Câmara Municipal poderia dar. A redução da Taxa do IRS, é um princípio simples, é uma taxa que se aplica ao rendimento e não ao património como é caso do IMI. Isto significa que: as pessoas com rendimentos menores têm de imediato um alívio nas suas finanças familiares. Ao contrário do IMI que, naturalmente, recai sobre o património, em geral quem tem menos património são também as famílias que precisam e nesse sentido a nossa proposta sobre a taxa de IRS, aliás, aplicando o mesmo princípio que a Câmara Municipal aplica às empresas. O raciocínio é exatamente o mesmo. E dizer que, aproveitando também a exposição que o senhor deputado Nuno Pires fez também, mais uma vez, dizer que, a Assembleia está a ser muito interessante, e congratulamos que possam também utilizar este tipo de ferramentas que ajudam-nos a pensar e a refletir sobre os dados e as propostas que cada um de nós tem. Eu recordo que quando previmos no Plano de Saneamento Financeiro a taxa dos impostos o que cobrávamos aos munícipes era francamente menor aquela que hoje lhes cobramos. Recordo por exemplo, hoje, e com aquilo que está previsto para o próximo ano, vamos se calhar arrecadar mais do dobro da taxa do IMI. Ao apresentar os concelhos aqui à volta numas taxas que nós somos os que cobramos mais, noutras taxas estamos iguais. Há uma coisa em que nós somos de facto os primeiros, somos dos municípios que investe e consegue devolver menos dos impostos cobrados aos munícipes. Isto é um facto. Ou seja, apesar de arrecadarmos mais receita nesta modalidade do que o que sempre esteve prevista no plano de saneamento financeiro, mas isto também é bom e alivia os orçamentos municipais, apesar disso tudo, nós somos capazes de investir menos do que os municípios aqui à volta diretamente nos munícipes. Muito obrigado. =====

===== Colocada à votação a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foi a mesma rejeitada por maioria com a seguinte votação: votos contra - dezassete

do PSD, três do CDS/PP e o voto do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; votos a favor – quinze do PS. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, a qual foi aprovada por maioria, com a seguinte votação: votos a favor - dezassete do PSD, três do CDS/PP e o voto Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; votos contra - quinze votos do PS. =====

===== **Ponto doze:** Definição de percentagem no IRS sobre os rendimentos de 2016; ==

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: · O definido na alínea e) do Art.º 14º conjugado com o Art.º 26º, n.º1 do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI)), Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, os municípios têm direito a participação variável no IRS, até ao limite de 5%, devendo deliberar anualmente uma percentagem de IRS; · Que a ausência da comunicação ou a sua transmissão para além do prazo estabelecido (até 31 de Dezembro) equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável por parte dos municípios, conforme n.º3 do Art.º 26.ª do RFALEI; · O plano de saneamento financeiro (PSF) aprovado, que aponta para a maximização de receitas, designadamente em matéria de impostos locais e taxas, conforme o estatuído na f), n.º 2 do art.º 4º do Decreto-Lei n.º38/2008 de 7 de Março; · A semelhança do PSF, o estudo e aprovação do PAEL prevê a manutenção de taxas e impostos; · As medidas adicionais do plano de estabilidade e crescimento (PEC), Lei n.º. 12 – A/2010, conforme o Art.º 13º, em que foram reduzidas as transferências do Orçamento de Estado, para as Autarquias Locais, que implicou uma redução de 3,79% (cerca de 529.000€), para o nosso Município no ano de 2010; · Nos Orçamentos de Estado para 2011 e 2012, os valores das transferências para o nosso município foram diminuídos nos montantes de 672.170,00€ e 638.098,00€, respetivamente; em 2013, manteve-se o mesmo valor de 2012, em 2014 houve uma diminuição no montante de 333.487,00€; em 2015 houve um aumento de 589.982,00€, tendo o Município a obrigação de contribuir no montante de 225.856,00€ para o Fundo de Apoio Municipal, nos termos do art.º 17º da Lei 53/2014 de 25 de Agosto; para 2016 permanece, contudo, a obrigação de contribuir para o Fundo de Apoio Municipal em valor idêntico ao ano anterior; · A percentagem de participação no IRS será aplicada sobre os rendimentos auferidos em 2016 e transferida para o Município no ano de 2017. Propõe-se: Nestes termos, ao abrigo do disposto na alínea e), do Art.º 14 e o n.º 2 do Art.º 26 do RFALEI, Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do Art.º 33º e alínea c), do n.º1, do Art.º 25º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro 2013, a deliberação pela Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, da percentagem de participação no IRS sobre os rendimentos do ano de 2016, em 5%.” =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, fixando a percentagem de participação no IRS sobre os rendimentos do ano de 2016 em 5%, registando-se a seguinte votação: - a favor: dezassete votos do PSD; dois do CDS/PP e o voto Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; contra: quinze votos do PS.* =====

===== **Ponto treze:** *Tabela de taxas, licenças e outras receitas municipais para o ano 2016 – Apreciação/ Aprovação da proposta de não atualização;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. Que os orçamentos anuais das autarquias locais podem atualizar o valor das taxas estabelecidas nos regulamentos de criação respetivos, de acordo com a taxa de inflação (art.º 9.º n.º 1 da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, regime geral de taxas das autarquias locais (RGTA)); 2. Que as taxas e outras receitas municipais, previstas na tabela, serão atualizadas ordinária e anualmente, em função dos índices de inflação continental publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, acumulados durante 12 meses contados de Novembro a Outubro inclusive (art.º 8.º n.º 1 do Regulamento e da Tabela de Taxas, Licenças e outras Receitas Municipais - RTTLORM); 3. Que na parte que não esteja previsto, são aplicáveis subsidiariamente e de forma sucessiva as normas previstas no art.º 2.º do RGTA e, ainda, o regime geral das contraordenações, com as necessárias adaptações, e, na falta delas, os princípios gerais de direito fiscal e administrativo (art.º 33.º n.º 2 do RTTLORM); 4. O apuramento do custo das taxas constantes do Ponto II -2.3 do Relatório de Fundamentação Económico-Financeira, no número 2.3.4 anexo e parte integrante do RTTLORM, em que se considerou a relevância da variação necessária para cobertura dos custos diretos, o valor proposto promoveu o aumento da taxa em 25% da variação necessária, permitindo a cobertura de custos a 4 anos; 5. A situação de crise económica e financeira, e o quadro de austeridade, que contribui para situações de asfixia financeira das famílias e das empresas; 6. O papel preponderante do Município em aplicar políticas de estimulação à economia local, às empresas e às atividades comerciais, justifica assim, a aplicação de medidas de amortecimento dos efeitos da crise e das medidas de austeridade nas famílias e nos agentes económicos. 7. A média do índice de inflação, referida no ponto nº 2, cifra-se no valor de 0,04%, e a sua aplicação nos valores em vigor na tabela resultam, na maior parte das taxas e nas que mais se aplicam no dia-a-dia, num acréscimo pouco significativo – alguns nem chegam a aumentar 0,01€. Propõe-se: 1. A não atualização ordinária da tabela de taxas, em anexo, nos termos e para os efeitos dos art.º 9.º n.º 1 da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, 8.º n.º 1 e 33.º n.º 2 do Regulamento e da Tabela de Taxas, Licenças e outras Receitas Municipais – RTTLORM; 2. A não atualização/ajustamento do acréscimo de 25% da variação das taxas constantes no número 2.3.4, do Ponto II – 2.3 do Relatório de Fundamentação Económico-Financeira; 3. Que ao*

abrigo do disposto na alínea d), do n.º 1, do art.º 14, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1 do art.º 33º e alíneas b), c) do n.º 1 do art.º 25, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro de 2013, se remeta a presente proposta à Assembleia Municipal para a respetiva aprovação.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente isto pode parecer um paradoxo, que é a não atualização; ou seja, é uma prerrogativa que nós temos de atualizar as taxas todos os anos, é uma obrigatoriedade de atualizar as taxas e entendemos, tendo em conta a conjuntura atual e financeira, em não atualizar. Portanto, daí a proposta de não atualização, quer neste ponto e no ponto catorze o argumento é igual. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a não atualização da tabela de taxas, licenças e outras receitas municipais para o ano 2016. =====

===== **Ponto catorze:** Tabela de taxas constante no regulamento municipal de taxas relacionadas com a atividade urbanística e operações conexas - Apreciação/ Aprovação da proposta de não atualização;=====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. Que os orçamentos anuais das autarquias locais podem atualizar o valor das taxas estabelecidas nos regulamentos de criação respetivos, de acordo com a taxa de inflação (art.º 9.º n.º 1 da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, regime geral de taxas das autarquias locais (RGTAL)); 2. Que as taxas e outras receitas municipais, previstas na tabela, serão atualizadas ordinária e anualmente, em função dos índices de inflação continental publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, acumulados durante 12 meses contados de Novembro a Outubro inclusive (art.º 59.º do Regulamento Municipal de Taxas relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas, Reg. n.º 297/2010 de 25Mar, na redação conferida pelo Reg. 356/2013 de 9Set); 3. Que na parte que não esteja previsto, são aplicáveis subsidiariamente e de forma sucessiva as normas previstas no art.º 2.º do RGTAL e, ainda, o regime geral das contraordenações, com as necessárias adaptações, e, na falta delas, os princípios gerais de direito fiscal e administrativo; 4. A situação de crise económica e financeira, e o quadro de

austeridade, que contribui para situações de asfíxia financeira das famílias e das empresas; 5. O papel preponderante do Município em aplicar políticas de estimulação à economia local, às empresas e às atividades comerciais, justifica assim, a aplicação de medidas de amortecimento dos efeitos da crise e das medidas de austeridade nas famílias e nos agentes económicos. 6. A média do índice de inflação, referida no ponto nº 2, cifra-se no valor de 0,04%, e a sua aplicação nos valores em vigor na tabela resultam, na maior parte das taxas e nas que mais se aplicam no dia-a-dia, num acréscimo pouco significativo – alguns nem chegam a aumentar 0,01€, propõe-se: 1. A não atualização ordinária da tabela de taxas, em anexo, nos termos e para os efeitos dos art.º 9.º n.º 1 da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, art.º 59.º do Regulamento Municipal de Taxas relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas, Reg. n.º 297/2010 de 25Mar, na redação conferida pelo Reg. 356/2013 de 9Set; 2. Que ao abrigo do disposto na alínea d), do nº 1, do art.º 14, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com a alínea ccc), do nº 1 do art.º 33º e alíneas b), c) do n.º 1 do art.º 25, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro de 2013, se remeta a presente proposta à Assembleia Municipal para a respetiva aprovação.” =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade a não atualização da tabela de taxas constante no regulamento municipal de taxas relacionadas com a atividade urbanística e operações conexas.* =====

===== **Ponto quinze:** *Proposta de isenção de taxas, tarifas ou outros encargos à União Desportiva Oliveirense, pela utilização do Pavilhão Municipal Prof. António Costeira, até ao final da época desportiva 2015/2016 – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1 - Que a prática desportiva é reconhecida como um elemento fundamental de educação, cultura e vida social, proclamando-se o interesse de direito da sua prática; 2 - Que a prática desportiva constitui um fator de equilíbrio, bem-estar e desenvolvimento da população, sendo indispensável ao funcionamento harmonioso da sociedade; 3 - As atribuições dos municípios em matéria de cultura, tempo livres e desporto (alíneas e) e f) do n.º 2 do art.º 23.º do anexo I da lei n.º 75/2013, 12 setembro); 4 – Que o desenvolvimento de atividades neste âmbito destinadas às camadas mais jovens, traduz-se positivamente na formação pessoal e social dos mesmos; 5 - A importância do desporto no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; 6 - Que para integração das taxas de utilização dos equipamentos desportivos incluindo o pavilhão municipal, estão a ser desenvolvidos procedimentos de preparação,*

elaboração e aprovação das respetivas taxas de utilização; 7 - Que de acordo com o n.º 2 do artigo 16.º da lei n.º73/2013, "a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios"; 8 – Que as instituições desportivas desempenham um papel importante na captação de crianças e jovens para a prática desportiva desde a formação até à competição, o que contribui para a evolução do desporto no concelho; 9 – Que a União Desportiva Oliveirense, entidade de utilidade pública conforme consta do Despacho publicado no D.R. n.º 76, II série, 2 de abril de 1986, com o número de identificação fiscal 501416293, que visa o engrandecimento do desporto nacional desenvolvendo a prática desportiva e proporcionando meios de recreio e de cultura, solicitou a cedência do Pavilhão Municipal Prof. António Costeira com carácter regular para a realização de treinos e jogos no âmbito da formação desportiva das camadas infantis e jovens; Propõe-se, que nos termos e para os efeitos do artigo 16.º n.º2 da Lei n.º73/2013: 1 - A isenção total de taxas, tarifas ou outros encargos pela utilização do Pavilhão Municipal Prof. António Costeira, até ao final da época desportiva 2015/2016, com a despesa fiscal estimada em 9.500€, à União Desportiva Oliveirense, nos termos da tabela, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; 2 - O envio da presente proposta para autorização da Assembleia Municipal." =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, se a Assembleia Municipal estiver de acordo fazíamos a discussão do ponto quinze, dezasseis e dezassete em conjunto. Muito bem, tem a ver com o regulamento de utilização do pavilhão municipal e neste caso concreto com a utilização que é feita pelo basquetebol da Oliveirense, pelo futsal do Clube de Azeméis e pelo Enesse Basquetebol Clube que também utiliza o pavilhão municipal. Portanto, tendo em conta o Regulamento, e a pedido e como sabem as dificuldades que os clubes atravessam só a Assembleia Municipal é que tem capacidade para aprovar estas isenções. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezasseis:** Proposta de isenção de taxas, tarifas ou outros encargos ao Futsal Clube de Azeméis, pela utilização do Pavilhão Municipal Prof. António Costeira, até ao final da época desportiva 2015/2016 – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1 – Que a prática desportiva é reconhecida como um elemento fundamental de educação, cultura e vida social, proclamando-se o interesse de direito da sua prática; 2 – Que a prática desportiva constitui um fator de equilíbrio, bem-estar e desenvolvimento da população, sendo indispensável ao funcionamento harmonioso da sociedade; 3 - As atribuições dos municípios em matéria de cultura, tempo livres e desporto (alíneas e) e f) do n.º 2 do art.º 23.º do anexo I da lei n.º 75/2013, 12 setembro); 4 – Que o desenvolvimento de atividades neste âmbito destinadas às camadas mais jovens, traduz-se positivamente na formação pessoal e social dos mesmos; 5 - A importância do desporto no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; 6 – Que para integração das taxas de utilização dos equipamentos desportivos incluindo o pavilhão municipal, estão a ser desenvolvidos procedimentos de preparação, elaboração e aprovação das respetivas taxas de utilização; 7 – Que de acordo com o n.º 2 do artigo 16.º da lei n.º73/2013, “a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios”; 8 – Que as instituições desportivas desempenham um papel importante na captação de crianças e jovens para a prática desportiva desde a formação até à competição, o que contribui para a evolução do desporto no concelho; 9 – Que de acordo com os artigos 2.º e 3.º dos estatutos do Futsal Clube de Azeméis, é uma associação de carácter desportivo, cultural e juvenil, sem fins lucrativos que “tem por objeto a promoção cultural dos sócios através da educação cultural e desportiva e a ação recreativa cultural”, solicitou a cedência do Pavilhão Municipal Prof. António Costeira com carácter regular para a realização de treinos e jogos no âmbito da formação desportiva das camadas infantis e jovens; Propõe-se, que nos termos e para os efeitos do artigo 16.º n.º2 da Lei n.º73/2013: 1-A isenção total de taxas, tarifas ou outros encargos pela utilização do Pavilhão Municipal Prof. António Costeira, até ao final da época desportiva 2015/2016, com a despesa fiscal estimada em 17.552 €, à Entidade Futsal Clube Azeméis, nos termos da tabela, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; 2 - O envio da presente proposta para autorização da Assembleia municipal.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezassete:** Proposta de isenção de taxas, tarifas ou outros encargos à Enesse Basquetebol Clube, pela utilização do Pavilhão Municipal Prof. António Costeira, até ao final da época desportiva 2015/2016 – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1 - Que a prática desportiva é reconhecida como um elemento fundamental de educação, cultura e vida social, proclamando-se o interesse de direito da sua prática; 2 - Que a prática desportiva constitui um fator de equilíbrio, bem-estar e desenvolvimento da população, sendo indispensável ao funcionamento harmonioso da sociedade; 3 - As atribuições dos municípios em matéria de cultura, tempo livres e desporto (alíneas e) e f) do n.º 2 do art.º 23.º do anexo I da lei n.º 75/2013, 12 setembro); 4 – O desenvolvimento de atividades neste âmbito destinadas às camadas mais jovens, traduz-se positivamente na formação pessoal e social dos mesmos; 5 - A importância do desporto no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; 6 - Que para integração das taxas de utilização dos equipamentos desportivos incluindo o pavilhão municipal, estão a ser desenvolvidos procedimentos de preparação, elaboração e aprovação das respetivas taxas de utilização; 7 - Que de acordo com o n.º 2 do artigo 16.º da lei n.º73/2013, “a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios”; 8 – Que as instituições desportivas desempenham um papel importante na captação de crianças e jovens para a prática desportiva desde a formação até à competição, o que contribui para a evolução do desporto no concelho; 9 – Que de acordo com artigos. 1.º e 2.º dos estatutos a Associação “Enesse Basquetebol Clube” com o número de identificação fiscal 510108784 é uma entidade “sem fins lucrativos que tem como fim promover a prática desportiva, em particular do basquetebol, usando a modalidade como motor de formação e desenvolvimento social, desportivo e cultural dos seus associados”, solicitou a cedência do Pavilhão Municipal Prof. António Costeira com carácter regular para a realização de treinos e jogos no âmbito da formação desportiva das camadas infantis e jovens; Propõe-se, que nos termos e para os efeitos do artigo 16.º n.º2 da Lei n.º73/2013: 1 - A isenção total de taxas, tarifas ou outros encargos pela utilização do Pavilhão Municipal Prof. António Costeira, até ao final da época desportiva 2015/2016, com a despesa fiscal estimada em 1.800€, à Enesse Basquetebol Clube, nos termos da tabela, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; 2 - O envio da presente proposta para autorização da Assembleia Municipal.” ==

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezoito:** Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis – Isenção de pagamento de taxas pela cedência do Cine-Teatro Caracas – Aprovação;

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que o pedido de cedência do Cineteatro Caracas com isenção do pagamento de taxa de locação apresentado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis E/27843/20015), com vista à realização de espetáculo de Música, no dia 7 de novembro de 2015, pelas 21h30m, foi deliberado (I/73108/2015) em reunião de Câmara, de 8/10/2015 o pagamento da taxa mínima de utilização; - A instituição Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis tem prestado serviço de acompanhamento, com vista à salvaguarda de pessoas e bens, em todos os espetáculos públicos promovidos, pela Câmara Municipal no Cine Teatro Caracas; - Esta prestação de serviço tem sido liquidada pela Câmara Municipal, mediante dação em cumprimento designadamente através da cedência ou equipamentos municipais ou meios de transporte; - O interesse público na prestação do serviço dos Bombeiros assenta na segurança pública e na saúde pública, das pessoas e bens. A cedência dos bens e equipamentos pela Câmara Municipal aos Bombeiros afigura-se-nos de valor inferior ao serviço que a corporação Bombeiros, neste caso, os Bombeiros de Oliveira de Azeméis prestam à Câmara Municipal, na vigilância do Caracas, não só pela quantidade de vezes mas também na quantidade de pessoas que estão presentes. Determino: - Que se emita guia, mas considerando-se a mesma paga, por dação em cumprimento, afigurando-se assim, estar a taxa em causa paga, por dação em cumprimento, nos termos do nº 3 do art.º 22º do regulamento de taxas. - Que se leve à próxima reunião de Câmara e Assembleia Municipal, para ratificar este meu despacho.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar de um concerto que já se realizou da Adelaide Ferreira, foi uma organização dos Bombeiros Voluntários, e a Câmara Municipal decidiu isentar o pagamento de qualquer taxa e só pode ser aprovado pela Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezoito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezanove:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação de Pais da Escola EBI, n.º 2, de Nogueira do Cravo (atual Escola EBI e JI do Largo da Feira), para

acompanhamento do serviço de refeições escolares aos alunos da Escola EBI e Jardim-de-Infância do Largo da Feira) – Autorização; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições das Autarquias Locais em matéria de educação e ação social escolar; - O estabelecido no Decreto-Lei n.º 399-A/84 de 28 de dezembro, bem como o Programa de Generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico; - Que as instituições existentes junto dos estabelecimentos escolares concretizam e asseguram o princípio da subsidiariedade, criando condições de prosseguir com melhor eficácia a satisfação das necessidades das populações; - A experiência, missão, competências e capacidade já instalada nesta instituição, designadamente em termos materiais, humanos e de equipamentos e a possibilidade de, em cooperação/colaboração com o Município se proceder ao desenvolvimento das atividades complementares à ação educativa; - Os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, com compromisso de fundo disponível n.º 3431/2015, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, propõe-se: - Ao abrigo das alíneas o) e u) n.º 1, art.º 33º, Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a Associação de Pais da Escola EBI, n.º 2, de Nogueira do Cravo (atual Escola EBI e JI do Largo da Feira), que têm por objeto a colaboração entre os outorgantes com vista ao acompanhamento do serviço de refeições escolares aos alunos da Escola EBI e Jardim-de-Infância do Largo da Feira. - Que a mesma seja submetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar de um protocolo que foi celebrado com a Associação de Pais da Escola de Nogueira do Cravo, atual EBI do Jardim de Infância do Largo da Feira, para ao acompanhamento do serviço das refeições às crianças desta escola. E já agora dizer, se a Assembleia também estiver de acordo, o ponto seguinte é também um protocolo com a Comissão de Melhoramentos de Palmaz para o fornecimento de refeições aos alunos do primeiro ciclo da Escola Básica da freguesia de Palmaz. Portanto, são protocolos com estas instituições no sentido de assegurarem este serviço. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezanove à votação, tendo sido deliberado por

unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Associação de Pais da Escola EB1, n.º 2, de Nogueira do Cravo (atual Escola EB1 e JI do Largo da Feira), para acompanhamento do serviço de refeições escolares aos alunos da Escola EB1 e Jardim-de-Infância do Largo da Feira). =====

===== **Ponto vinte:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Comissão de Melhoramentos de Palmaz, para acompanhamento do serviço de refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico da freguesia de Palmaz – Autorização; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições das Autarquias Locais em matéria de educação e ação social escolar; - O estabelecido no Decreto-Lei n.º 399-A/84 de 28 de dezembro, bem como o Programa de Generalização do fornecimento de refeições escolares aos alunos do 1º ciclo do ensino básico; - Que as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), são instituições constituídas sem fins lucrativos, por iniciativa privada, e têm por objetivo essencial facultar respostas de ação social, através da concessão de bens e da prestação de serviços, nomeadamente apoio a crianças, jovens e famílias (Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro); - Que as IPSS’s integram a economia social (art.º 4º da Lei n.º 30/2013, de 8 de maio); -A experiência, missão, competências e capacidade já instalada nestas instituições, designadamente em termos materiais, humanos e de equipamentos e a possibilidade de, em cooperação/colaboração com o Município se proceder ao desenvolvimento das atividades complementares à ação educativa; - Os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, com compromisso de fundo disponível n.º 3430/2015, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, proponho: - Ao abrigo das alíneas o) e u) n.º 1, art.º 33º, Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a Comissão de Melhoramentos de Palmaz, que têm por objeto a colaboração entre os outorgantes com vista ao acompanhamento do serviço de refeições aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico da Freguesia de Palmaz, nas instalações da Comissão de Melhoramentos; - Que a mesma seja submetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Comissão de Melhoramentos de Palmaz, para acompanhamento do serviço de refeições escolares aos alunos do 1.º ciclo do Ensino Básico da freguesia de Palmaz. =====

===== **Ponto vinte e um:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa, com vista à realização da “Queima das Fitas 2015”, do “Rapagão – Festival de Tunas Masculinas da Rapazinhos Mui e Nobre Tuna da ESECVPOAZ” e do “Pik’Aqui – Festival de Tunas Femininas da K’RICA TUNA” – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando e reconhecendo: - As atribuições dos Municípios em matéria de Tempos Livres e Desporto, - Que o desenvolvimento de atividades nesse âmbito destinadas às camadas mais jovens traduz-se positivamente na formação pessoal e social dos mesmos, criando espírito de grupo e vivência mais sã e saudável; - A importância da implementação do espírito e tradição académica no município; - A importância que a “Queima das Fitas”, o “Rapagão - Festival de Tunas Masculinas da Rapazinhos Mui e Nobre Tuna da ESECVPOAZ”, o “Pik’Aqui” – Festival de Tunas Feminino da K’Rica Tuna”, bem como outros eventos, assumem na camada jovem; - A possibilidade de envolver a comunidade numa festa académica; Ao abrigo da alínea u) nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, proponho: - A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa, nos termos e condições ali estabelecidas, - Se submeta à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos. Os encargos resultantes do presente Protocolo serão suportados pelo orçamento do município do ano 2016, nas respetivas classificações orgânica e económica.”* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Nós procurando otimizar e como o parceiro é o mesmo, ou seja Escola de Enfermagem e a Cruz Vermelha Portuguesa, colocamos todo o nosso apoio num único protocolo. Portanto, estamos a falar do “Festival – Rapagão”, das tunas masculinas; depois, “Pik` Aqui”, das tunas femininas; e “Queima das Fitas”, está tudo no mesmo protocolo. Isto nos outros anos vinham três protocolos e nem sempre eram aprovados na mesma altura. Portanto, a Associação apresentou o plano de atividades e nós entendemos estarem reunidas as condições para aprovação.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e um à votação, tendo sido deliberado por*

unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa, com vista à realização da “Queima das Fitas 2015”, do “Rapagão – Festival de Tunas Masculinas da Rapazinhos Mui e Nobre Tuna da ESECVPOAZ” e do “Pik’Aqui – Festival de Tunas Femininas da K’RICA TUNA”. =====

===== **Ponto vinte e dois:** Protocolo de cooperação celebrado com o Tribunal Arbitral de Consumo do Porto/ CICAP – Ratificação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:
- O TAC/CICAP foi fundado em 1992, por decisão das entidades, a saber: Câmara Municipal do Porto, Deco-Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, Associação de Comerciantes do Porto, Ministério da Justiça e Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, com o objetivo de facultar a resolução justa, rápida e eficaz de conflitos de consumo. - O Centro de Informação de Consumo e Arbitragem do Porto: é a entidade competente para dirimir conflitos de consumo ocorridos na Área Metropolitana do Porto (incluindo no Município de Oliveira de Azeméis); - Em 30 de outubro do corrente ano foi celebrado, com o Tribunal Arbitral de Consumo do Porto/CICAP, protocolo de cooperação no domínio da formação, informação e encaminhamento dos processos de reclamações de consumo que não forem resolvidos em sede de mediação, para o TAC/CICAP, propõe-se: a) Ao abrigo da alínea o) do art.º 33º e n.º 3 do art.º 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ratificação do Protocolo acima referido, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; b) - Que o mesmo seja remetido à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Nós no serviço que temos, na entrada do Mercado Municipal, que é o SIAC (serviço de Informação e Apoio ao Consumidor) e que tem tido bastante procurar, bastante afluência e hoje as instalações permitem alguma comodidade, segurança e confidencialidade na discussão e resolução dos assuntos. Nós entendemos também que era importante poder resolver com o Tribunal Arbitral algumas questões, desviando-as, no bom sentido da palavra desviar, ou seja: se se conseguir resolver ali extrajudicial determinada situação e todos temos a ganhar: menos burocracia; menos problemas. Portanto, basicamente, é um serviço que nos é prestado pelo CICAP – com qual nós temos este protocolo. Também temos uma contribuição financeira. Mas entendemos que é um serviço interessante e importante e que não se circunscreve única e exclusivamente aos municípios de Oliveira de Azeméis outras pessoas podem recorrer a estes serviços no nosso SIAC, fruto deste protocolo que temos com o CICAP. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade ratificar o protocolo de cooperação celebrado com o Tribunal Arbitral de Consumo do Porto/ CICAP. =====

===== **Ponto vinte e três:** Protocolo de cedência de instalações a celebrar com a Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Cucujães), com vista à instalação e funcionamento do Gabinete de Inserção Profissional (GIP), na freguesia de Cucujães – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A criação recente de um segundo Gabinete de Inserção Profissional (GIP) para o Município de Oliveira de Azeméis, em resultado de candidatura apresentada pelo Município nos termos da Portaria n.º 140/2015, de 20 de maio, a qual obteve a decisão de aprovação (candidatura n.º 922038 e respetivo Contrato de Objetivos celebrado com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP, em 29.07.2015); - A necessidade de estabelecer um protocolo com a entidade que já consta da candidatura em apreço, a Delegação da CVP de Cucujães, a qual se disponibilizou no apoio a esta iniciativa, nomeadamente ao nível da cedência do espaço para o funcionamento deste GIP, definindo e regulando desta forma a colaboração desta entidade neste processo, propõe-se: - Ao abrigo da alínea u) do n.º1 do art.º 33º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da minuta do Protocolo de Cooperação, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, com a Delegação da CVP de Cucujães, no âmbito da candidatura em apreço; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 2 do art.º 25º do mesmo diploma. Compromisso Fundo Disponível n.º 3310/2015” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Município de Oliveira de Azeméis a partir de agora vai ter a funcionar dois Gabinetes de Inserção profissional (GIP): um nas nossas instalações da Câmara Municipal fruto de uma candidatura que efetuamos; o segundo na Freguesia de Cucujães espaço que se entendeu central e que tinha condições para poder acolher esse serviço são as instalações da Cruz Vermelha Portuguesa de Cucujães. E, portanto, este protocolo de cedência é nesse sentido, as instalações são cedidas para a implementação deste serviço. É um serviço importante tendo

em conta as funções deste Gabinete de Inserção Profissional e logicamente também a escolha da freguesia de Cucujães tendo em conta a sua dimensão populacional achamos que era oportuna esta localização e esta aposta. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o documento referido em epígrafe. =====

*===== **Ponto vinte e quatro:** Adenda ao protocolo de delegação de competências celebrado com a freguesia de Loureiro – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que foi celebrado em 24 de setembro de 2013, protocolo de delegação de competências com a freguesia de Loureiro, ao abrigo do disposto na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2001, de 11 de janeiro; - O teor do ofício/email enviado pela Freguesia de Loureiro em 05 de outubro corrente, em que solicita a alteração ao referido Protocolo, no sentido de reforçar o apoio financeiro então atribuído no que concerne à Rua do Penedo, nos termos e fundamentos nele constantes; - A intenção dos outorgantes na alteração da redação das cláusulas 3ª e 4ª, do citado Protocolo; Ao abrigo e em conformidade com o nº 3 do art.º 3º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, propõe-se: - A aprovação da minuta de adenda ao protocolo de delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Loureiro, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, com os compromissos de fundo disponível números 528/2015 e 530/2015, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar da Rua do Penedo (está ali o senhor presidente da Junta), - Acho que isto não precisa de grandes explicações, esta adenda é para que se possa concretizar a aspiração da Junta, (a Junta com a Câmara Municipal), na requalificação deste espaço. Passados alguns condicionalismo, estamos agora em condições poder andar para a frente. ===

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e quatro à votação, tendo sido deliberado

por unanimidade aprovar a celebração da adenda ao protocolo de delegação de competências celebrado com a freguesia de Loureiro. =====

===== **Ponto vinte e cinco:** Proposta de participação/ apoio à freguesia de Loureiro, no âmbito do protocolo de delegação de competências celebrado em 2004, relativo à sinalização toponímica – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O Protocolo de Delegação de Competências, celebrado a 22 de Novembro de 2004, com a Junta de Freguesia de Loureiro, que concretiza a delegação de competências relativas à sinalização toponímica, conforme se encontram definidos no Regulamento Municipal de Toponímia e numeração de Polícia; - A deliberação 16/12/2008, em que se define que o “reconhecimento dos valores atribuídos às respetivas entidades, apenas sejam reconhecidos como dívida para a Autarquia, no momento em que por deliberação expressa do órgão executivo, e caso a caso, este valide os documentos justificativos com montantes totais ou parciais e o correspondente nível de execução do investimento”; - A deliberação de 28/06/2009, em que foi definido o valor (16.600,00€) à Junta de Freguesia de Loureiro, para concretização do objeto do Protocolo de Delegação de Competências acima mencionado; - O teor da deliberação de 01 fevereiro de 2011, sobre “atribuição de subsídios/transferências e participações- Reavaliação do Principio de Reconhecimento da Dívida” e dado que este “subsídio” enquadra-se no ponto 2 da referida deliberação, por ter sido atribuído e não estar justificado à data dessa deliberação, Assim: - Pelo ofício 147/JF/2015, em 01/10/2015, a freguesia apresentou os documentos justificativos (cópias de faturas e ordens de pagamento) para o protocolo de toponímia; - Dos documentos apresentados, só duas faturas referem no seu descritivo “Placas Toponímicas”, sendo as faturas números 1163 e 1151 de 30/06/2015 e 31/05/2011, respetivamente e do fornecedor SNSV, consideradas por esse pressuposto válidas no âmbito do objeto em análise; - Pelo que só se mostra possível reconhecer e aceitar como justificativos essas duas faturas, no valor de 845,75€ e 7.860,20€, do fornecedor SNSV, totalizando 8.705,95€. Proponho: Ao abrigo do art.º 33º, nº 1, alínea o) e ccc), conjugado com o art.º 25º, nº 1, alínea j), do anexo I, da lei nº 75/2013 e posteriores alterações, que a Assembleia Municipal, sob proposta da CM, reconheça a respetiva atribuição, assunção efetiva do apoio participação, das obrigações resultantes das deliberações e protocolo acima identificado, pelo valor justificado de 8.705,95€, considerando para todos os devidos efeitos o fecho e conclusão deste processo e das obrigações inerentes ao respetivo protocolo para a toponímia, devendo-se por este facto proceder-se à transferência de apoio/pagamento no montante referido justificado. Ao apoio/encargo corresponde o compromisso de fundo disponível nº 3910/2015 e conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho.” =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente não se enganou: é mesmo 2004. E finalmente está resolvido pelo trabalho intenso da Junta de freguesia e da equipa técnica da Câmara Municipal. Isto era uma questão que se arrastava há bastante tempo mas fruto da colaboração entre Câmara e a Junta de Freguesia também se encontrou- a solução. E estamos em condições de aprovado que seja na Assembleia Municipal resolver e satisfazer esta pretensão da Junta.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto vinte e seis:** *Contrato de arrendamento a celebrar com Licínio Vieira Dias – Repartição de encargos em mais do que um ano económico;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A necessidade de um espaço para sede de Associações Municipais e a intenção manifestada por Licínio Vieira Dias de dar de arrendamento uma fração, sito na Rua 5 de Janeiro, nesta cidade de Oliveira de Azeméis, inscrito na matriz urbana sob o artigo 2196, de que são proprietários, com início em setembro do ano corrente, nos termos e condições constantes da minuta, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: - a celebração de Contrato de Arrendamento com os identificados proprietários. Os encargos resultantes do contrato de arrendamento estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.ºs 3034/2015, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações.”* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Isto tem a ver com um contrato, que temos de assinar, de arrendamento, com o senhor Licínio Vieira Dias, que é o espaço onde estão a funcionar os Escoteiros de Oliveira de Azeméis, (na saída de Cabo de Vila, a caminho de Ul, onde antigamente funcionava a Associação de Comandos). É uma infraestrutura que está cedida ao Grupo de Escoteiros que desenvolvem lá intensa atividade e o nosso compromisso é pagamento da renda.* =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e sete:** Proposta de sinalização vertical na Rua Prof. Manuel Pinheiro Magalhães, freguesia de Ul – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: a) Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 33.º, n.º 1, alínea ee); b) A necessidade de prevenir o excesso de velocidade na Rua Prof. Manuel Pinheiro Magalhães, na “freguesia” de Ul. c) O pedido registado através do E/20137/2015, que relata o excesso de velocidade praticado na via em questão. Proponho: 1. A colocação de dois sinais verticais de limitação de velocidade – sinais C13 (40 Km/h), um no início da Rua Prof. Manuel Pinheiro Magalhães e outro no final. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, isto, basicamente, tem a ver com uma rua em Ul e a necessidade de condicionar a velocidade, daí a decisão de colocar dois sinais verticais o chamado C13 – 40 km/h. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e oito:** Proposta de sinalização horizontal na Rua Condessa de Penha Longa, freguesia de Cucujães – Aprovação; =====

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que, bem assim, também lhe compete “Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos “, (art.º 33.º, n.º 1, alínea rr); - A necessidade de reforçar a sinalização vertical existente, na Rua Condessa Penha Longa, no troço do arruamento compreendido entre o corte para a Igreja do Mártir e o corte para o Parque de Estacionamento da Quinta do Torreão, de acordo com o pedido da Junta de Freguesia de Cucujães, registado no E/21477/2014, considerando-se não haver justificação para se proceder à marcação de sinalização horizontal para além desta área delimitada, atendendo ao princípio da proporcionalidade, evitando prejudicar as zonas habitacionais / residenciais, propõe-se: a) A marcação de linha contínua de cor amarela – M12, nos termos do nº 1 do Artigo 62º do D. Regulamentar 22-A/98 de 1 de outubro, no troço da Rua Condessa Penha Longa supra identificado, na Vila de Cucujães; Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.”* =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====
 ===== *Senhor Presidente, isto também já teve uma longa discussão; é uma situação que já foi também discutida com a junta de freguesia, o senhor vice-presidente da Câmara reuniu com a proprietária do estabelecimento comercial, e é a necessidade de resolver um problema que existe nesta rua, e para que todos percebam qual é a rua de que estamos a falar é na rua em frente à Casa do Torreão - Cucujães. E, portanto, em dia de eventos há estacionamento abusivo e há desrespeito pela sinalização vertical: está lá a dizer que é proibido estacionar. E acontece que, muitas das vezes e em muitos eventos também, passado dois ou três meses de participado naquele evento recebemos uma lembrança em casa de multa de estacionamento. Devem haver vários aqui dentro da sala a quem aconteceu (o Jorge Paiva já se está a acusar está a levantar o dedo, não deve ser para falar, deve ser para dizer que recebeu uma multa). São vários a quem aconteceu. Chegou à Câmara Municipal o pedido e também a sugestão da colocação de uma linha amarela. Como sabem a linha amarela tem as limitações que tem. Nós conversamos com a Junta de Freguesia sobre isso; A Junta de Freguesia, também nos tinha dado via email essa mesma indicação/ sugestão de linha amarela não nos dizendo qual era o lado em que queria a linha amarela mas falando na linha amarela. Depois, houve uma posterior reunião do senhor vice-presidente da Câmara com a proprietária do estabelecimento que na altura apresentou uma reclamação no livro de reclamações da Câmara Municipal. Como sabem, aquele livro*

obriga a dar resposta obrigatória e a dar conhecimento às entidades. Isso já foi feito. Portanto a senhora foi chamada e a turbulência especial dada a este caso foi ultrapassada e a linha amarela vem de alguma forma ajudar a condicionar e a melhorar a fluidez de trânsito, nomeadamente em dias eventos que tornava muitas vezes as passagens catastróficas e com grandes dificuldades. Como vos digo, é uma solução que entendemos que vai de alguma forma melhorar e vai ao encontro também das propostas que fomos recebendo e a nossa secção de trânsito foi analisando. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovada a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto vinte e nove:** Sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros na Área Metropolitana do Porto: autorização de delegação de competências e aprovação de minuta de contrato interadministrativo – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A Lei nº52/2015, de 9 de Junho, aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros (RJSPTP), estabelecendo o regime aplicável ao planeamento, organização, operação, atribuição, fiscalização, investimento, financiamento, divulgação e desenvolvimento do serviço público de transporte de passageiros, por modo fluvial, ferroviário e outros sistemas guiados, incluindo o regime de obrigações de serviço público e respetiva compensação; - Os municípios são as autoridades de transportes competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros municipais; - A Área Metropolitana do Porto é a autoridade de transportes competente quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros intermunicipais que se desenvolvam integral ou maioritariamente na respetiva área geográfica; - Os municípios podem delegar nas áreas metropolitanas, através da celebração de contratos interadministrativos, as respetivas competências em matéria de serviços públicos de transporte de passageiros municipais, de acordo com o previsto nos artigos 6ª nº 2 e 10º do RJSPTP e nos artigos 116º a 123º e 128º a 130º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; - As Partes consideram que através da celebração de um contrato interadministrativo, na área do serviço público de transporte de passageiros se promoverá uma maior eficiência e gestão sustentável do serviço público de transporte de passageiros, bem como a universalidade do acesso e a qualidade dos serviços, a coesão económica, social e territorial, o desenvolvimento equilibrado do sector dos transportes e a articulação intermodal, propõe-se: Que se submeta, à autorização da delegação de competências na matéria em apreço à AMP, bem com se aprove a respetiva minuta de contrato Interadministrativo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de

atas, à Assembleia Municipal, nos termos e ao abrigo do Artºs 6º, nº 2 e 10º do RJSTFP – Lei nº 52/2005, e art.º 33º, nº 1, alínea ccc) e artº 25, nº 1, alínea k), conjugado com os artºs 116º a 123º e 128º a 130º, do Anexo I, da lei nº 75/2013, e posteriores alterações.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Estamos a falar, basicamente, na questão da mobilidade. A Autoridade metropolitana de Transportes era uma entidade que existia em Lisboa e no Porto e geria a questão dos transportes. A legislação que foi aprovada, recentemente, transfere essas competências que eram da Autoridade Metropolitana de Transportes para as Câmaras Municipais. As Câmaras Municipais entenderam que, numa gestão integrada, era preferível haver um órgão supramunicipal que pudesse fazer a gestão e ter essas competências do que estar a decidir Município a Município. Passo a explicar: Se os municípios de Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Santa Maria da Feira tivessem visões diferentes, métodos diferentes, regras diferentes, era impossível haver uma carreira para Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira a passar por S. João da Madeira. Acontece que, os Municípios entenderam, os 17 municípios da Área Metropolitana do Porto entenderam que se devia concentrar essas competências na Área Metropolitana do Porto. Área Metropolitana do Porto que recebeu os funcionários que tinham essa competência, que estavam na Autoridade Metropolitana dos Transportes. E, portanto, trata-se aqui de aproveitar a descentralização do estado para os Municípios e os Municípios por sua vez transferirem essa competência para a Área Metropolitana. Dos 17 Municípios, 16 já decidiram aderir, há um que ainda não decidiu e que é Santo Tirso. A não decisão de Santo Tirso prende-se com as carreiras que tem para Municípios fora da Área Metropolitana do Porto, nomeadamente Guimarães e Famalicão, faz com que crie depois dificuldades de entrosamento no relacionamento. Portanto, está em “stand by” a situação de Santo Tirso. Mas, neste momento, como digo, os 16 Municípios se for o caso também desta Assembleia Municipal, amanhã notificaremos a área Metropolitana da aprovação de Oliveira de Azeméis também nesta opção. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte e nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto trinta:** Minuta de acordo complementar à cessação do contrato de concessão de estacionamento de superfície – Aprovação; =====

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que o Contrato de Concessão de Estacionamento de Superfície terminou em 31/10/2015; -Que o Município de Oliveira de Azeméis se propõe gerir o estacionamento à superfície a partir da data da extinção da Concessão; -Que se prevê que o equipamento afeto à gestão do estacionamento tenha uma durabilidade média de 15 anos; -Que durante os próximos anos se prevê uma gestão autónoma, apenas de interesse municipal, de todo o parqueamento à superfície que lhe permite uma maior flexibilidade e maximização da gestão; -Que uma nova concessão implicaria, a aquisição de novos equipamentos para a gestão do estacionamento e a continuação da gestão partilhada, sem a autonomia, flexibilidade e maximização das decisões a cargo do Município como se pretende; -Que no período de preparação do procedimento para a nova concessão e até á tomada de decisão se correria o risco de provocar uma desabituação dos utentes na utilização do parqueamento e um retorno ao desordenamento do estacionamento na cidade, o que acarretaria um especial prejuízo para o interesse público municipal; -O relatório em anexo, I/87533/2015, propõe-se: 1 - A aprovação da minuta, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, do acordo complementar à cessação do contrato de concessão de estacionamento à superfície, nos termos e considerandos aí referidos. 2 - Se submeta a ratificação deste acordo a deliberação da Assembleia Municipal, atendendo a que a sua vigência envolve o cumprimento de compromisso plurianual.” =====

=====
 ===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 ===== O Município de Oliveira de Azeméis, a alguns anos, lançou uma concessão do estacionamento á superfície e a gestão de uma gestão partilhada, gestão do Município e uma gestão privada. É evidente que vivemos aqui um processo de adaptação de aprendizagem de ganhar conhecimento. E, findo esse contrato, a opção era: ou a gestão passava para a Câmara Municipal (gestão do estacionamento á superfície); ou avançava para um novo concurso para uma nova concessão. Nós, procuramos, naturalmente, com o atual gestor da concessão, que a Costa Parques, conversar com eles; fomos-lhes dando também a perceber que a nossa ideia era nesta fase a de assumir a responsabilidade mas, para isso, havia um conjunto de pressupostos e premissas que era importante salvaguardar: Porque nós ficarmos com a gestão do estacionamento á superfície sem ter as máquinas e sem ter os equipamentos e sem ter o “know how” era estarmo-nos a meter numa situação complicada termos de adquirir material de custo muito avultado. A Costa Parques devia e deve dinheiro à Câmara Municipal. Como sabem quem faz a recolha do dinheiro dos parcometros, é a Costa Parques, não é a Câmara Municipal. A recolha é feita pela Costa Parques e a Costa Parques depois dá a percentagem que Câmara Municipal tem direito. Neste momento a dívida da Costa Parques anda nos cento e vinte, cento e vinte e cinco mil euros. E, portanto, perante esta situação, sendo que os parcometros são

propriedade da Costa Parques, nós entramos em conversações com eles (Costa Parques) no sentido de como é que íamos resolver o problema. Foi feita uma avaliação aos parcómetros, com o tempo de vida dos parcómetros e o custo e o custo de depreciação que já tiveram nestes primeiros anos de concessão, e entendemos que seria uma boa solução nós ficarmos com os parcómetros da Costa Parques por estes cento e vinte e cinco mil euros. E a partir de janeiro nós estamos em condições de gerir o estacionamento à superfície. Logicamente que isto tem depois outras questões: Nós, como sabem, temos uma postura de trânsito na cidade para alterar e temos que redefinir e regulamentar o estacionamento à superfície. A Costa Parques continua, a fazer a gestão do parque subterrâneo; ou aqui permitam-me: há pouco fizemos a não atualização das taxas; Ou a Costa Parques continua a não gerir o parque de estacionamento subterrâneo do Gemini, mas é da responsabilidade deles e não é o que está aqui em causa, neste momento, o que está aqui em causa é o estacionamento à superfície. Nós temos uma luta contra o tempo. Em sede de reunião de Executivo, o Partido Socialista já deu contributos para o futuro Regulamento: há que redimensionar zonas; há sítios que hoje estão fruto de alterações da cidade e fruto das alterações a fazer ao trânsito; há zonas que têm de ser alteradas e não pode haver tanto estacionamento pago em alguns sítios e não haver tanto em outros sítios; portanto, a ideia aqui é um bocadinho “aliviar” a pressão do estacionamento pago; e temos que decidir também a questão do estacionamento do mercado provisória, a forma como vamos fazer, a partir de janeiro a gestão passa a ser da responsabilidade do Município. Dizer que a solução foi contruída: Os senhores vereadores do partido socialista indicaram a senhor vereador Hélder Simões para poder trabalhar com o senhor vice-presidente Ricardo tavares na procura de uma boa solução. Entendemos que aqui devemos procurara uma situação de convergências. As opiniões eram diferentes no passado: O Partido Socialista sempre defendeu a gestão da Câmara Municipal; A Câmara Municipal, na altura, entendeu, atendendo às contingências e à conjuntura, que a opção passava por uma concessão. Portanto, hoje, como digo, estamos mais próximos nesta matéria. E não deixou de ser também interessante – eu queria aqui agradecer a disponibilidade dos senhores vereadores do Partido Socialista para encontrar uma solução convergente. Julgo que a conseguimos encontrar mas precisa também de um conforto em sede de Assembleia Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de José Lourenço e Bruno Aragão, do PS e António Cruz, do PSD. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado José Lourenço, do PS. =====

===== Excelentíssimo Senhor Presidente em exercício, Secretários, Executivo, Vereadores, colegas e comunicação social. Senhor Presidente, desde já uma nota que votaremos favoravelmente este ponto. Recordando que o mesmo resulta de mais uma proposta feita pelos

vereadores do Partido Socialista, em sede de Executivo Municipal, por isso não poderemos estar mais de acordo. Contudo, Senhor Presidente, a aposta neste processo caberá fazer um balanço a esta concessão terminada que foi no final do mês passado. Como será certamente do conhecimento dos senhores deputados, o Município celebrou o contrato de concessão com a empresa Costa Parques, por um período de quase 9 anos, tendo esta iniciado a respetiva exploração em março de 2006, tendo este contrato sido adaptado por um período de mais um ano e dez meses. Na altura, foi uma opção do Município justificando o facto de que a autarquia não teria meios nem capacidade técnica para gerir este tipo de infraestruturas, deixando para o privado 60% das receitas arrecadas. O que resultou daqui? A Autarquia sendo minoritária na distribuição das receitas tinha a maioria do trabalho. No entanto, se se achava que este tinha sido um bom negócio, o tempo passou e acabou por demonstrar precisamente o contrário. Mas afinal o que mudou? Aquilo que facilmente se verifica é que perante os cerca de nove anos de vigência da concessão, não se constatou que a concessionária tenha acrescentado mais-valia nas políticas de mobilidade na cidade. Mas mais grave ainda foi o facto de a concessionária ter manifestado, ao longo do período da concessão, sistemáticos incumprimentos com o concedente no que concerne aos pagamentos a efetuar sendo devedor da autarquia em finais de 2014, de mais de 100 mil euros. Recorde-se que a concessionária arrecadava 60% da receita. Não será por isso difícil de depreender que os valores envolvidos no acordo complementar que hoje aqui se aprova, seja precisamente aqueles que a concessionária deve ao Município, tratando-se de mero acerto de contas. Não querendo com isto colocar o mesmo em causa. Senhor Presidente, relativamente a esta questão, o Partido Socialista sempre foi muito claro e não é só de agora. Ainda em junho passado, em sede própria, os vereadores do Partido Socialista apresentaram uma proposta na qual defendiam a gestão integral do estacionamento de superfície pelo Município, permitindo o estudo sobre uma eventual redução sobre o número de lugares de estacionamento pago em zonas de reduzida expressão em termos de comércio e serviços, dado que existe a perceção que o número de lugares de estacionamento que são pagos em Oliveira de Azeméis é absolutamente desproporcional face à dimensão da cidade e desajustado face à zona habitacional e comercial. Esta redução do número de lugares de estacionamento pago proposta pelo Partido Socialista em caso algum prejudicaria a receita municipal, reconhecemos sim, que quem ficou a perder foi um privado. Anteriormente apenas recebíamos 40% do valor gerado pelos parquímetros. Considerando que a Costa Parques, ao longo destes quase nove anos sem praticamente nada fazer, arrecadou 60% da receita gerada o equivalente a mais de um milhão de euros. Ora a redução de lugares onerosos não acarretaria a redução do atual nível de receitas municipais, pois o município ficará com a totalidade de receita dos parquímetros quando, apenas, como referi: apenas auferia 40%. Infelizmente esta proposta, bastante criticada no passado quando por altura da campanha eleitoral o Partido Socialista se propunha a fazer exatamente o que referi, foi chumbada na referida reunião de junho. Esta recusa foi justificada com a posição da autarquia de que já estaria a prepara uma nova concessão e respetivo caderno de encargos, com suposta melhorias ao nível da repartição das receitas e ajustamentos

do número de lugares de estacionamento a explorar, mas nunca ponderando que o município pudesse vir a fazer a gestão direta do número de lugares de estacionamento de duração limitada. Senhor Presidente, felizmente a posição do executivo PSD mudou radicalmente de há cinco meses para cá mostrando com a mesma que o Partido Socialista estava certo na análise e proposta que fez. Agora já defendem, o que o PS sempre defendeu, que doravante seja o município a gerir estacionamento de superfície na cidade ficando com a totalidade da receita gerada permitindo aplica-la na promoção de novas políticas de mobilidade e acessibilidades do concelho. Assim, senhor Presidente, queira aceitar também algumas das sugestões que foram feitas e pode aproveitar aquando da alteração do regulamento, tais como: a redução do número de lugares pagos; emissão de mais cartões de residente; cartão de estacionamento para comerciantes; alargamento do prazo de pagamento de estacionamento abusivo; mecanismos de pagamentos alternativos com recurso às novas tecnologias. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado António Cruz, do PSD. =====

===== Boa noite Senhor Presidente em exercício na sua pessoa cumprimentar esta Assembleia e na pessoa do Senhor Presidente da Câmara cumprimentar os Vereadores e funcionários da Autarquia e publico presente. Antes de falar no que tinha pensado dizer-vos, queria só colocar a questão: ficou-me com ideia, com a intervenção do colega, que a Costa Parques só veio cá buscar dividendos e não veio fazer mais nada. Parece que ficou essa ideia que o que está aqui: os parcómetros eram da Câmara? o know how, era da Câmara? Eu nem vou dizer mais nada, acho que foi a altura certa para a Câmara chamar a si a gestão do estacionamento pago em Oliveira de Azeméis. Tenho dito. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara. =====

===== Senhor Presidente vão ser 30 segundos. Eu acho que este grau de eficácia do senhor Cruz é desarmante. É verdade. Quando nós estamos no exercício contabilístico orçamental, quando falamos na receita também falamos na despesa, não é? Mas se se quer falar ou despesa ou só falar da receita, depois, é isto: eu não consigo fazer melhor que o senhor Cruz. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Senhor Presidente: Estamos efetivamente desarmados; podemos votar. =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto trinta e um:** *Desclassificação do Caminho Público 191, em S. Tiago de Riba-Ul, atualmente integrado na União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, S. Tiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando o exposto pelo reclamante e a Informação da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se a desclassificação do Caminho 191, Registado no Cadastro dos Caminhos públicos de Santiago de Riba-Ul.”* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É uma retificação. Aliás, reconhecido o erro pela Junta e pelos nossos serviços, portanto está em condições de ser aprovado em Assembleia Municipal.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresenta.* =====

===== **Ponto trinta e dois:** *Reconhecimento de Interesse Público Municipal das Explorações Pecuárias, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11 – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. os requisitos previstos no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 165/14, de 5/11, relativo à oportunidade extraordinária de regularização de atividades económicas; 2. que o artigo 6º do referido diploma admite que a regularização extraordinária se possa processar por conjuntos de explorações, enquanto setor de atividade específico; 3. o exposto no I/86724/2015. Propõe-se que seja aceite o envio para Assembleia Municipal do pedido de reconhecimento de interesse público municipal das explorações pecuárias identificadas na listagem anexa ao I/86724/2015, para efeitos da subsequente candidatura à regularização extraordinária dessas explorações ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14.”* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *Nós estamos a falar de uma matéria que é uma matéria importante e, que, ao aprovarmos nesta Assembleia Municipal, se calhar vamos despertar situações noutras proprietários de explorações pecuárias que se podem ter atrasado relativamente a esta matéria. A Câmara Municipal fez, desde o dia 11 de maio até ao dia 8 de junho, um conjunto significativo de sessões de esclarecimento que contou muito com o empenho e o apoio das juntas de freguesia e dos senhores presidentes de junta, dos serviços da junta de freguesia, para que acontecesse essa divulgação. Eu acho que se calhar vai ser preciso fazer um esforço suplementar, eu não sei depois do ponto de vista legal como é que isto se poderá fazer, porque esta poderá ser a última Assembleia Municipal deste ano e nós temos aqui um regime transitório. Mas seguramente que não ficará ninguém prejudicado. Se houver necessidade de se fazer uma Assembleia Municipal Extraordinária vamos fazer porque o que está aqui em causa é relevante para os proprietários destas explorações pecuárias. E, portanto, o que estamos aqui a fazer é reconhecer o Interesse Público Municipal das mesmas (aquelas que vocês têm na listagem anexa, aquelas que foram pedidas, com a respetiva tipologia). E, portanto, basicamente, o que importa é a Assembleia Municipal fazer esta aprovação. =====*

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **Ponto trinta e três:** *Reconhecimento de Interesse Público Municipal da empresa Bastos e Valente, Lda., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11 – Aprovação; =====*

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - se encontra em vigor um regime excecional de regularização das atividades económicas, instituído pelo DL 165/2014 de 05/11; - a instrução do pedido a apresentar na entidade coordenadora do licenciamento industrial, inclui uma certidão de reconhecimento de interesse municipal na regularização da atividade económica da empresa em questão; - compete à assembleia municipal deliberar sobre o pedido formulado e emitir a respetiva certidão; considerando ainda os pareceres técnicos emitidos, anexos à presente proposta, e que fundamentam o reconhecimento solicitado, propõe-se: - que seja aprovado pelo executivo municipal, remeter à assembleia municipal, o pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica (industrial) da empresa Bastos e Valente,*

Lda, nos termos identificados na alínea a) do nº 4 do art.º 5º do DL 165/2014 de 05/11 e para os fins aí previstos.” =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente, se a Assembleia Municipal estivesse de acordo nós podíamos discutir o ponto trinta e três, trinta e quatro e trinta e cinco. Ou seja, estamos a falar de reconhecimento de interesse público, neste caso não é explorações pecuárias mas é de indústrias ao abrigo da mesma legislação - Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11: Ponto trinta e três – Bastos e Valente, Lda; Ponto trinta e quatro – A. Silva Godinho & CA, Lda; Ponto trinta e cinco – Sonecol – Indústria Metalúrgica de Utilidades Domésticas, Lda. Portanto, é também o processo de licenciamento destas infraestruturas, destas instalações, destas fábricas, aproveitando também esta legislação nós propomos o reconhecimento de interesse público para que elas possam ficar devidamente licenciadas e para não terem nenhum constrangimento.* ==

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta e três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto trinta e quatro:** *Reconhecimento de Interesse Público Municipal, da empresa A. Silva Godinho & CA, Lda., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11 – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - se encontra em vigor um regime excecional de regularização das atividades económicas, instituído pelo DL 165/2014 de 05/11; - a instrução do pedido a apresentar na entidade coordenadora do licenciamento industrial, inclui uma certidão de reconhecimento de interesse municipal na regularização da atividade económica da empresa em questão; - compete à assembleia municipal deliberar sobre o pedido formulado e emitir a respetiva certidão; considerando ainda os pareceres técnicos emitidos, anexos à presente proposta, e que fundamentam o reconhecimento solicitado, propõe-se: - que seja aprovado pelo executivo municipal, remeter à assembleia municipal, o pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica (industrial) da empresa A. Silva Godinho & CA. Lda, nos termos identificados na alínea a) do nº 4 do art.º 5º do DL 165/2014 de 05/11 e para os fins aí previstos.”* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta e quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto trinta e cinco:** *Reconhecimento de Interesse Público Municipal empresa Sonacol – Indústria Metalúrgica de Utilidades Domésticas, Lda., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/14 de 05/11 – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - se encontra em vigor um regime excecional de regularização das atividades económicas, instituído pelo DL 165/2014 de 05/11; - a instrução do pedido a apresentar na entidade coordenadora do licenciamento industrial, inclui uma certidão de reconhecimento de interesse municipal na regularização da atividade económica da empresa em questão; - compete à assembleia municipal deliberar sobre o pedido formulado e emitir a respetiva certidão; considerando ainda os pareceres técnicos emitidos, anexos à presente proposta, e que fundamentam o reconhecimento solicitado, propõe-se: - que seja aprovado pelo executivo municipal, remeter à assembleia municipal, o pedido de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da atividade económica (industrial) da empresa Sonacol - Indústria Metalúrgica de Utilidades Domésticas, Lda., nos termos identificados na alínea a) do nº 4 do art. 5º do DL 165/2014 de 05/11 e para os fins aí previstos.”* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta e cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto trinta e seis:** *Contrato de prestação de serviços – Serviços Postais – Autorização para assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos em mais do que um ano económico;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““Considerando: - Que foi remetido pelos CTT – Correios de Portugal, S.A. (CTT) um Ofício, de 26 de agosto de 2015, acompanhado de nova minuta de contrato de prestação de serviços postais com vigência a partir de 01/01/2016, deixando de produzir efeitos o contrato de 06 de fevereiro de 2006, que vigora até 31/12/2015; - Que até 31 de dezembro de 2020, os CTT são concessionários do serviço postal universal; - Que na sequência do referido Ofício, foi efetuado um estudo e análise das atuais necessidades destes serviços, mantendo-se a necessidade de assegurar o serviço de encomendas postais até 10 Kg e envio de correspondência (por correio normal, correio azul, correio registado e económico internacional, infomail, entre outros); - Que, nos termos da alínea a) do nº 8 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 (LOE 2015), de 31 de dezembro, a presente*

necessidade não está sujeita a pedido de parecer prévio vinculativo do órgão executivo nem a redução remuneratória; - Que nos termos do Decreto-Lei n.º 448/99, de 4 de novembro e posteriores alterações e Lei n.º 17/2012, de 26 de abril e posteriores alterações, a contratação está excluída nos termos e para os efeitos do art.º 5.º n.º 1 do CCP, já que a prestação do serviço postal universal não é suscetível de estar submetida à concorrência de mercado; - Que o valor estimado anual para a celebração do referido contrato é até ao limite de 140 000,00 (cento e quarenta mil euros)/ano incorporando, desde já, as despesas decorrentes do contrato de delegação de competências na área da Educação; - Que o período de vigência do novo contrato será de dois anos; - Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22º, do referido diploma legal, de EUR 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contratação; Propõe-se ao Órgão Executivo que aprecie e submeta a autorização do órgão deliberativo: - nos termos e para os efeitos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, o compromisso plurianual de acordo com os valores acima indicados; - A repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados referenciados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.” =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente, isto vem à Assembleia Municipal pela lógica dos compromissos plurianuais, portanto, por ser mais do que um ano civil.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta e seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, bem como autorizar a assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos em mais do que um ano económico.* =====

===== **Ponto trinta e sete:** *Aquisição de serviços de seguros – Autorização para assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos em mais do que um ano económico;* =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que nos termos do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que nos termos legais, e conforme apresentado na RQI n.º 1827, se torna necessário proceder à contratação de seguros (responsabilidade civil viaturas, ramo multirriscos, acidentes pessoais, responsabilidade civil geral, acidentes de trabalho - pessoal do quadro), para um período de vigência de 36 (trinta e seis) meses. - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida pelo previsto no n.º 14, do artigo 75º, da Lei n.º 82- B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), onde é referido que se encontram excecionados do Pedido de Parecer Prévio previsto no n.º 5 do mesmo artigo, a celebração de contratos de prestação de serviços até ao montante de EUR 5.000,00, nem se encontra abrangida pela Proposta referente ao Pedido de Parecer Prévio Vinculativo – autorização genérica para celebração de contratos de aquisição de serviços, aprovada em sede de reunião do Órgão Executivo, de 23 de julho de 2015 (I/55888/2015), pelo que necessita da respetiva autorização/parecer prévio favorável; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - A circular da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) – CIR. Nº 92/2014-PB de 24 de julho, que divulga a Nota Nº 5/JP/2014 da Secretaria de Estado da Administração Pública, bem como o despacho nº 2556/2014-SEAP de 10/07/2014, proferido sobre a mesma pelo Senhor Secretário Estado da Administração Pública, que corrobora a não aplicabilidade da consulta à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) para a administração autárquica, bem como a solução interpretativa uniforme da DGAL, no mesmo sentido, homologada pelo Senhor Secretário da Administração Local, a 15 julho de 2014; - Que o valor estimado (Preço Base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para celebração do referido contrato é de EUR 391.800,00 (trezentos e noventa e um mil e oitocentos euros), isentos de IVA; - Que por ser um procedimento com o mesmo objeto de contrato vigente em 2014, está sujeito à aplicação de redução remuneratória no valor de 8%, nos termos do estatuído no n.º 2º e 4º, da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), passando o preço base apresentado (EUR 391.800,00) a ser de EUR 360.456,00 (trezentos e sessenta mil, quatrocentos e cinquenta e seis euros). Os valores mencionados são isentos de IVA; - Que se prevê que a verba seja distribuída do seguinte modo: para o ano de 2016 prevê-se uma verba de EUR 110.139,33 (cento e dez mil, cento e trinta e nove euros e trinta e três cêntimos), para o ano de 2017 prevê-se uma verba de EUR 120.152,00 (cento e vinte mil, cento e cinquenta e dois euros), para o ano de 2018 prevê-se uma verba de EUR 120.152,00 (cento e vinte mil, cento e cinquenta e dois euros) e para o ano de 2019 prevê-se uma verba de EUR 10.012,67 (dez mil e doze euros e sessenta e sete cêntimos). Os valores mencionados são isentos de IVA; - O valor referente ao ano 2015 encontra-se cabimentado nas rubricas 01030901 e 020212, pela Proposta de Cabimento n.º 1639; - Que se trata de um

encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1º, do artigo 22º, do referido diploma legal, de EUR 99.759,58 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contração. - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público com publicidade internacional. Submete-se ao Órgão Executivo o presente pedido de parecer prévio para que o mesmo obtenha deliberação favorável para abertura de procedimento de aquisição de "apólices de seguros". Propõe-se ainda que Órgão Executivo: - nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, conjugada com a alínea b), do artigo 3º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e posteriores alterações, submeta à autorização do Órgão Deliberativo o referido compromisso plurianual de acordo com os valores acima indicados; - submeta à autorização do Órgão Deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados referenciados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho." =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. A razão de vir à Assembleia Municipal é a mesma, ou seja: compromissos plurianuais mais do que um ano civil. Como sabem, qualquer autorização nessa matéria: repartição de encargos por mais do que um ano económico têm que vir à Assembleia Municipal. Portanto é abertura de um processo de seguros para a Câmara Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta e sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, bem como autorizar a assunção de compromissos plurianuais e repartição de encargos em mais do que um ano económico. =====

===== **Ponto trinta e oito:** *Aquisição de serviços, na modalidade de avença, para o desenvolvimento de ações no âmbito do funcionamento/ dinamização de um Gabinete de Inserção Profissional – Autorização de assunção de compromissos plurianuais.* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que nos termos do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que no seguimento da candidatura apresentada por este município nos termos da Portaria n.º 140/2015, de 20 de maio, a qual obteve a decisão de aprovação (candidatura n.º 922038 e respetivo Contrato de Objetivos celebrado com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP, em 29.07.2015), foi criado um novo Gabinete de Inserção Profissional (GIP) para a área do município, a funcionar em Cucujães, em espaço cedido pela Delegação da CVP de Cucujães; - Que para o funcionamento deste GIP o município terá de assegurar os recursos para o efeito, designadamente um/a animador/a para a dinamização do GIP-Cucujães, técnico/a com formação superior na área das ciências sociais e experiência relevante na área do emprego, desenvolvendo neste âmbito um conjunto diversificado de atividades, das quais se destaca a concretização do contrato de objetivos assinado com o IEFP; - Que nos termos legais, e conforme apresentado na RQI n.º 1907, se torna necessário proceder à contratação de serviços, na modalidade de avença, para o desenvolvimento de ações no âmbito do funcionamento/dinamização de um Gabinete de Inserção Profissional (GIP) - Cucujães, de acordo com informação do Serviço Requisitante, nos termos do previsto no Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, na Lei n.º 35/2014 de 20 de junho e posteriores alterações, e demais legislação aplicável; - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida pelo previsto no n.º 14, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), onde é referido que se encontram excecionados do Pedido de Parecer Prévio previsto no n.º 5 do mesmo artigo, a celebração de contratos de prestação de serviços até ao montante de EUR 5.000,00, nem se encontra abrangida pela Proposta referente ao Pedido de Parecer Prévio Vinculativo – autorização genérica para celebração de contratos de aquisição de serviços, aprovada em sede de reunião do Órgão Executivo, de 23 de julho de 2015 (I/55888/2015), pelo que necessita da respetiva autorização/parecer prévio favorável; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público, conforme parecer da Divisão Municipal de Administração Geral e de Recursos Humanos apenso ao processo; - A circular da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) – CIR. Nº 92/2014-PB de 24 de julho, que divulga a Nota Nº 5/JP/2014 da Secretaria de Estado da Administração Pública, bem como o despacho nº 2556/2014-SEAP de 10/07/2014, proferido sobre a mesma pelo Senhor Secretário Estado da Administração Pública, que corrobora a não aplicabilidade da consulta à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) para a administração autárquica, bem como a*

solução interpretativa uniforme da DGAL, no mesmo sentido, homologada pelo Senhor Secretário da Administração Local, a 15 julho de 2014; - Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é de EUR 27.668,52 (vinte e sete mil, seiscentos e sessenta e oito euros e cinquenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; - Que, por ser um procedimento com novo objeto e contraparte, o preço contratual não está sujeito à aplicação de redução remuneratória, de acordo com o estatuído na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015); - Assim, o valor global do procedimento é de EUR 27.668,52 (vinte e sete mil, seiscentos e sessenta e oito euros e cinquenta e dois cêntimos), prevendo-se que a verba seja distribuída do seguinte modo: para o ano de 2016 prevê-se uma verba de EUR 10.061,28 (dez mil e sessenta e um euros e vinte e oito cêntimos), para o ano de 2017 prevê-se uma verba de EUR 10.061,28 (dez mil e sessenta e um euros e vinte e oito cêntimos) e para o ano de 2018 prevê-se uma verba de EUR 7.545,96 (sete mil, quinhentos e quarenta e cinco euros e noventa e seis cêntimos). Aos valores mencionados acresce IVA à taxa legal em vigor; - O valor referente ao ano 2015 encontra-se cabimentado na rubrica 010107, pela Proposta de Cabimento n.º 1631 e Registo de Enquadramento Financeiro n.º 1974; - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea a), do artigo 20.º, do CCP, propõe-se a adoção de um ajuste direto em regime geral, e por não se considerar necessário e exigível o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, da economia e da eficiência processual. Submete-se ao Órgão Executivo o presente pedido de parecer prévio para que: 1. nos termos do artigo 75º, da LOE 2015, o mesmo obtenha deliberação/parecer favorável para abertura de procedimento de “aquisição de serviços, na modalidade de avença, para o desenvolvimento de ações no âmbito do funcionamento/dinamização de um Gabinete de Inserção Profissional (GIP) - Cucujães”; 2. nos termos do artigo 6º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e posteriores alterações, o mesmo obtenha deliberação/parecer favorável, dado que se encontram preenchidos os requisitos previstos na alínea a), n.º 2, do artigo 32, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e posteriores alterações, conforme fundamentado nos considerandos acima mencionados. Por tratar-se de um compromisso plurianual, propõe-se ainda que Órgão Executivo: - nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, conjugada com a alínea b), do artigo 3º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e posteriores alterações, submeta à autorização do Órgão Deliberativo o referido compromisso plurianual de acordo com os valores acima indicados.” =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== *Este ponto quase que devia ter sido discutido logo a seguir ao ponto da cedência da Cruz Vermelha para GIP. Porque o que se passa é que, agora, fruto também do novo registo de cooperação do Instituto de Emprego e Formação Profissional com o Gabinete de Inserção Profissional, há a necessidade de fazer esta contratação para o funcionamento do Gabinete de Inserção Profissional a ser instalado em Cucujães.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta e oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada, bem como autorizar a assunção de compromissos plurianuais.* =====

===== **Ponto trinta e nove:** *Redução de taxas urbanísticas sobre pedidos de legalização de explorações pecuárias bovinas – Aprovado por unanimidade.* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “A Proleite - Cooperativa Agrícola de produtores de leite, C.R.L., veio através do requerimento E/28798/2015, solicitar a isenção das taxas urbanísticas relativas a operações urbanísticas que incidam sobre as explorações pecuárias bovinas. Trata-se de um pedido que surge pelo facto de as licenças de exploração da maior parte das explorações pecuárias do concelho serem de natureza provisória e estarem dependentes de reavaliações periódicas, em muitos casos por inexistência de autorização de utilização da totalidade das edificações que compõem essas explorações. O quadro legal vigente vem apoiar, e mesmo incentivar, as medidas de reposição da tutela da legalidade, quer pela possibilidade agora prevista de legalização das edificações, seja ao abrigo do artigo 53º do regulamento do PDM13, seja ao abrigo do artigo 102º-A do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, seja ainda pelo regime extraordinário de legalização de atividades económicas previsto pelo Decreto-Lei n.º 165/2014 de 05/11. Após auscultação de outros municípios do litoral norte que integram as principais bacias leiteiras do norte de Portugal, é possível inferir que a maioria desses municípios tem encetado políticas de incentivo à legalização quer das edificações quer das atividades económicas, com reduções de taxas urbanísticas no valor de 50% dos montantes em vigor, que decorrem dos seus regulamentos municipais. Reconhecendo o interesse que o setor de produção de leite e carne de bovinos tem no desenvolvimento económico do concelho, sendo porventura a principal fonte de rendimento nas freguesias de S. Martinho da Gândara, Madaíl, Ul e Loureiro, e porque as instalações em causa estão consolidadas no tempo e no espaço, e que em muitos casos convivem pacificamente com as respetivas envolventes propõe-se que seja enviada para Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas das alíneas b) do n.º 1 do artigo 25º e k) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, na*

sua atual redação, a seguinte proposta de redução de taxas urbanísticas: "Há lugar a redução em 50% do valor de todas as taxas urbanísticas aplicáveis em processos de controlo prévio (legalizações) de explorações pecuárias bovinas, com aplicação imediata nos processos em curso." Mais se propõe que a decisão que recair sobre esta proposta seja vertida na redação da revisão dos regulamentos municipais, integrada na proposta do Código Regulamentar Municipal de Urbanismo." =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Como sabem, nosso Município estas explorações de pecuária bovina ainda tem um impacto importante, em algumas freguesias maior predominância do que em outras, naturalmente. As freguesias mais rurais têm estas situações. E nós queremos resolver definitivamente legalizando todas estas explorações e para isso também temos que criar condições para que efetivamente isso possa acontecer. Eu não disse há pouco no ponto que discutimos anteriormente – Reconhecimento de Interesse Público das Explorações Pecuárias: Nós vamos criar na Câmara Municipal um serviço específico, tipo: balcão da lavoura, para que as Juntas de Freguesia ou os proprietários das explorações possam recorrer a uma única pessoa. Mesmo o senhor presidente da junta quando precisa de uma informação não andar à procura no Gabinete de Apoio ao Município; vai ter com o funcionário "x" que ele terá a resposta para o problema e está ele encarregue de concertar posições, quer com os proprietários diretamente, proprietários das explorações, ou, no caso ser feito com a Proleite, a Proleite também a saber quem é que há-de falar. Portanto, o que está aqui em causa é, agora, no processo de legalização, o pagamento das taxas. E a proposta que nós fazemos é que a taxa a aplicar tenha uma redução de 50%. Portanto, todas as explorações agrícolas que tenham de passar por este processo, no seu plano de licenciamento, as taxas a aplicar sejam aplicadas com uma redução de 50%. É um sinal importante que estamos a dar. Nós fizemos um estudo comparativo. Percebemos o que estava a ser feito em Vila do Conde, em Barcelos e na Póvoa do Varzim. E aquilo que nós temos conhecimento de Póvoa do Varzim e Vila do Conde é que há também redução de 50% nessas taxas. E portanto, nós achamos que é um sinal importante a quem trabalha a terra e para quem faz da agricultura o seu meio de subsistência, a exploração do seu negócio e este processo possa sofrer uma redução de 50% nas taxas a pagar. É esta a sugestão e proposta que nós fazemos. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Jorge Paiva – Presidente da Junta de Freguesia de Fajões. =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Jorge Paiva – Presidente da Junta de Freguesia de Fajões.* =====

===== *Uma vez mais, boa noite. Embora eu já tenha conversado com o Senhor Presidente da Câmara sobre este assunto mas, quero transmitir à Assembleia este mesmo assunto. Relativamente á proposta da Câmara Municipal aqui em discussão, a Junta de Freguesia de Fajões não pode ser acusada de escudar pela descida das taxas. Considerando que o concelho é composto por 12 Freguesias e, ou, União de Freguesias entendo fazer esta reflexão: Primeiro- não vejo como merecer só quatro das freguesias: Madail Loureiro, S. Martinho da Gândara e Ul, pois nas outras oito os seus agricultores seriam manifestamente penalizados; Segundo – deve a Câmara aceitar alterar a forma no seu todo no concelho. No entanto, estarei solidário na aplicação do valor a reduzir em 50% das taxas. O que eu pretendo com isto é dizer que se faça a redução abrangendo todas as freguesias do concelho e não só a quatro.* =====

===== *Para dar resposta à intervenção anterior, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara.* =====

===== *Senhor Presidente permita-me um esclarecimento: é assim, a referência que aqui é feita é uma referência factual informativa. Portanto, o que está aqui em causa é a redução em 50% para todas as freguesias. Há algumas onde há uma maior predominância, mais explorações, é só essa referência. Aliás, deixem-me dizer-vos que não fazia nenhum sentido que num sítio tivéssemos um registo e na outra freguesia ao lado tivéssemos outro registo. Portanto, esta preocupação do deputado Jorge Paiva – Presidente da Junta de Freguesia de Fajões está esclarecida, é redução de 50% para todo o Concelho e para todas as explorações em fase de licenciamento.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal colocou o ponto número trinta e nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do senhor Manuel de Oliveira.* =====

===== *O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Manuel Oliveira, residente em Cucujães.* =====

===== *Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores. Eu, moro na Rua Domingos José Soares da Silva, e José Manuel Gonçalves Nunes e José de Almeida Correia respetivamente, fizemos uma reclamação por escrito e apresentada pessoalmente por mim em 30 de abril de 2015. Admiramos o facto de que até agora, novembro de 2015, ainda não termos recebido qualquer resposta sobre a mesma exposição. Se eu soubesse, como o Senhor Presidente falou, e eu peço desculpa, devia ter pedido livro de reclamações e no outro dia teria tido logo a resposta. Queremos informar vossas excelências, que há pessoas que continuam a fazer análises à água dos seus poços e a mesma continua má - bacteriologicamente imprópria para consumo humano. Ainda hoje recebi o jornal “Azeméis Vida” e segundo lá dizia: Oliveira de Azeméis respirava saúde por todos os lados. Portanto, há aqui qualquer coisa que descamba um bocadinho em relação a isto. Quero informar que há um morador desta zona, que reside sazonalmente em Portugal e França, e que levou estas análises para França as quais foram traduzidas para Português (das quais junto fotocópias), para poderem fazer a vossa apreciação. Senhor Presidente, senhores responsáveis por este pelouro, vamos continuar a esperar pela vossa resposta até quando? Eu sou responsável por aquelas pessoas simples lá do lugar, porque elas delegaram em mim esta coisa de vir aqui explicar. Portanto, esta gente, se pelo menos tivesse uma resposta: Olha está aqui; estes senhores só tem isto para vos dizer; Estes senhores só podem fazer isto. Eu entregava uma fotocópia a cada um e eles ficavam a saber e não podiam esperar mais nada. Eu não posso dizer nada. Eu tenho que estar calado até, se calhar, podem pensar que eu não vim cá, nem quero saber, etc..., etc.... Acham que devíamos expor o caso no Ministério da Saúde ou do Ambiente? Senhor Presidente: Eu, Manuel de Oliveira Pinho, Rua Domingos José Soares da Silva, nº 321, tenho água potável; Eu tenho água potável, através de acesso à Rua do Imigrante. Podia simplesmente cruzar os braços e dizer: - Quem quiser que se desenrasque. Atenção eu podia ter esta perspectiva de vida. Mas não. Não posso fazer isso porque tenho o dever cívico para com as pessoas habitam nesta rua e circundantes. Sou um simples cidadão. Não tenho cor política. Mas tenho formação suficiente para perceber e compreender estas pessoas que não sabem, não podem e não têm voz. Esperamos uma resposta, das devidas competências da Câmara Municipal, urgente. Obrigado.* =====

===== *Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade.* =====

===== *Para terminar a Sessão o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal disse:* =====

===== *Dado a proximidade das festas natalícias, a todos, um bom Natal, muita saúde e que o ano de 2016 nos traga coisa muito boas. Boa noite.* =====

===== *E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram vinte e três horas e 15 minutos, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa.* =====